

PATRÍCIA DANIELE URIAS

**EDIFICAR EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII
A CULTURA DAS OFICINAS DE CONSTRUÇÕES RELIGIOSAS LUSO -
BRASILEIRAS**

**Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2013**

PATRÍCIA DANIELE URIAS

**EDIFICAR EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII
A CULTURA DAS OFICINAS DE CONSTRUÇÕES RELIGIOSAS LUSO -
BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de pós – graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Orientador: André Guilherme Dornelles
Dangelo

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2013

Dissertação defendida por Patrícia Daniele Urias junto ao Programa de Pós –
Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais
22 de março de 2013 e aprovada pela banca examinadora constituída pelos
seguintes professores:

Professor Dr.^o André G. Dornelles Dangelo – Escola de Arquitetura/UFMG

Professor Dr.^o Caio César Boschi – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Professora Dr.^a Celina Borges Lemos – Escola de Arquitetura / UFMG

Professor Dr.^o Fábio José Martins de Lima – Universidade Federal de Juiz de Fora

Aos meus queridos pais e irmãos, pelo Carinho e Amor.

AGRADECIMENTOS

“Tijolo com tijolo, num desenho lógico (...)”.
(Construção – Chico Buarque)

A presente dissertação é o resultado de muita dedicação e esforço, elementos que considero fundamentais para se alcançar êxitos e ideais, mas é importante ressaltar que este não foi um trabalho solitário. Recebi importantes contribuições para a concretização desta pesquisa e para que os alicerces de nossas vidas sejam feitos de forma sólida é preciso reconhecer a importância das pessoas que nos ajudaram a construí-los.

Não me esquecerei, em momento algum, cada palavra de ânimo, cada crítica construtiva, cada rosto que passou por meu caminho, cada conversa, cada mão estendida e cada sorriso.

Entretanto, alguns foram mais especiais e a estes devo o meu carinho e agradecimento. Deixo registrado os seus nomes:

A Deus, pela vida.

Aos meus amados pais, Maria José Urias e João Nepomuceno Urias Pinto, meus primeiros Mestres, pelas sábias e acertadas palavras nos momentos difíceis, pelo carinho, por se fazerem sempre presentes, pelo apoio incondicional e pelo Amor.

Ao meu orientador, Professor André Guilherme Dornelles Dangelo, por acreditar neste projeto, por compartilhar o seu vasto conhecimento sobre arquitetura, pelo empréstimo de livros importantes (ainda inexistentes em bibliotecas brasileiras) para a conclusão deste trabalho, e pelas constantes calma e paciência, principalmente na reta final.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, em especial, às queridas Professoras Celina Borges Lemos, por sua generosidade e

sensibilidade, e Fernanda Borges de Moraes, pela competência à frente do NPGAU. Programa que se diferencia por entender a necessidade da interdisciplinaridade para o crescimento e enriquecimento intelectual do profissional que está sendo formado.

Aos professores da banca examinadora: Professor Caio César Boschi, Professora Celina Borges Lemos e o Professor Fábio José Martins de Lima, pela disponibilidade e gentileza ao aceitarem o convite.

Aos funcionários do NPGAU, em especial Renata de Albuquerque de Araújo, sempre atenciosa, além do atendimento ágil e eficiente.

Aos colegas de Mestrado, com os quais muito aprendi, em especial, Danielle Stuart, Jeanne Crespo e Fabiana Araújo, que se revelaram grandes amigas que levarei por toda vida.

A Adriano Reis Ramos, Affonso Ávila (*In Memoriam*), Eduardo Pires de Oliveira, Ivo Porto de Menezes, José Efigênio Pinto Coelho, Marcos Hill, Mônica Eustáquio Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira e Vanessa Brasileiro pelas aulas e conversas. Os seus pontos de vistas foram de fundamental importância ao enriquecimento da pesquisa.

Aos párocos, sacristãos e zeladores das igrejas que visitei e fotografei. Em especial, o sacristão Lucimar Dias (Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso/Caeté) e a zeladora Dilma Aparecida Ferreira Magalhães (Igreja de São Francisco de Assis/Ouro Preto), pela importante assistência nas igrejas.

Aos funcionários das bibliotecas pesquisadas, em especial, Juliana Rodrigues Pereira e Marco Antônio Lorena Queiroz, da biblioteca Raffaello Berti da Escola de Arquitetura, pela agilidade, competência e atenção.

À Luciana de Jesus e Maria José, pela atenção e atendimento na Biblioteca Nacional de Portugal.

Aos funcionários dos arquivos pesquisados, em especial: Maria de Lourdes de Oliveira (Dinha), do Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte; Cássio Vinício Sales; do Arquivo da Casa Setecentista de Mariana; Carlos Aparecido de Oliveira (Caju); do Arquivo Paroquial de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto; e Gilsomar Batista, do Museu do Aleijadinho em Ouro Preto, pelo atendimento, auxílio e colaboração.

Aos meus queridos irmãos Ângela, Anderson, Márcia, pelo carinho e em especial, a minha querida irmã, Regina Urias, pela amizade, por sua alegria e por sempre estar ao meu lado me dando força e incentivando, principalmente nos momentos de ansiedade.

Aos meus amigos que souberam entender a minha ausência para me dedicar a esta importante conquista; em especial, Daniela Rosa, por me receber em sua casa, quando realizei as pesquisas no IPHAN e no Arquivo Nacional da cidade do Rio de Janeiro.

À Camila Flecha, pela amizade, pelas opiniões sempre pertinentes e criteriosas, e pelo incentivo.

A Miguel Flecha, pelos sorrisos e dias de alegria.

Aos amigos do Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté, pelo apoio e incentivo.

A Elias Henrique Rodrigues, pela beleza em seu olhar, o que resultou em lindas fotografias.

À Sônia Regina, pelas importantes e norteadoras conversas.

À Carolina Laender, pela disponibilidade para fazer as plantas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela bolsa de Mestrado, que foi um incentivo fundamental para viabilizar e concretizar a presente pesquisa.

Por fim, mas não menos importante agradeço a todos os mestres de obras, construtores e aprendizes pesquisados que, com sua competência, dedicação e esforço, enriqueceram o cenário arquitetônico mineiro deixando a nós belos monumentos.

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. (ROSA, João Guimarães, 2006, p. 280-281).

RESUMO

Esta dissertação discorre acerca do universo das construções dos edifícios religiosos, tratados neste estudo como oficinas. Locais por onde passaram e constituíram-se inúmeros profissionais do ramo da construção e onde ocorreram trocas de experiências, técnicas e saberes alusivos ao universo construtivo setecentista. O enfoque da pesquisa é o processo histórico que se inicia em Portugal, em São Vicente de Fora, em Santa Engrácia e em Palácio-convento de Mafra, oficinas que contaram com a atuação de Filippo Terzi (1520–1597), João Antunes (1642–1712) e João Frederico Ludovice (1673–1752), respectivamente. Profissionais possuidores de uma mentalidade arrojada para a época, que empreenderam as mudanças possíveis no universo arquitetônico português, considerado defasado no que dizia respeito às modificações realizadas em países como Itália e França. A abordagem histórica alcança o território da América Portuguesa, mais precisamente a Capitania de Minas Gerais onde são analisadas as atuações de profissionais envolvidos nas construções locais. As igrejas mineiras, analisadas como oficinas, foram as de Nossa Senhora do Bom Sucesso localizada na cidade de Caeté, São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Carmo, localizadas em Ouro Preto. Os profissionais que estiveram à frente dessas obras foram Antônio da Silva Herdeiro, Domingos Moreira de Oliveira e João Álvares Vianna, respectivamente. Foram analisados os trâmites necessários para a arrematação dessas obras, assim como o processo construtivo dessas igrejas. A abordagem culmina com a análise da oficina de São Francisco de Assis, evidenciando as etapas construtivas dela.

Palavras-chave: oficinas de construções religiosas, Portugal, Minas Gerais.

ABSTRACT

The present dissertation deals with the Luso-brazilian construction sites, places where the construction field professionals were trained and places where occurred exchanges of experiences, skills and knowledges related to the seventeenth-century universe. The research focus is on the historical process that began in Portugal, in the construction sites of São Vicente de Fora, Santa Engrácia and Mafra National Palace, learning fields where Filippo Terzi (1520–1597), João Antunes (1642–1712) and João Frederico Ludovice (1673–1752), acted, respectively. Professionals who had a bold mentality for the period and who undertook the possible changes in the Portuguese architectural universe, considered lagged with regard to the modifications carried out in countries like Italy and France. The historical approach achieves the American Portuguese territory, more precisely the Captaincy of Minas Gerais, where we analyze the performances of professionals involved in its constructions. The constructions analyzed learning fields were the churches of Nossa Senhora do Bom Sucesso (Caeté), São Francisco de Assis and Nossa Senhora do Carmo (Ouro Preto). Antônio da Silva Herdeiro, Domingos Moreira de Oliveira and João Álvares Vianna, respectively, were professionals at the forefront of these works. The necessary procedures for the auction of these works were analyzed, as well as the constructive process of these churches. The approach culminates with the analysis of the workshop of São Francisco de Assis, pointing its construction steps.

Key-words: workshops religious buildings, Portugal, Minas Gerais.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Igreja de São Vicente de Fora - Lisboa/ Portugal	23
FIGURA 02	Igreja de Santa Engrácia - Lisboa/ Portugal	27
FIGURA 03	Planta da Igreja de Santa Engrácia - Lisboa/ Portugal	28
FIGURA 04	Interior da Igreja de Santa Engrácia - Lisboa/Portugal	33
FIGURA 05	Palácio - convento de Mafra - Mafra/ Portugal	34
FIGURA 06	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	45
FIGURA 07	Igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz - Ouro Preto/ MG	50
FIGURA 08	Igreja de Nossa Senhora da Assunção - Mariana/ MG	51
FIGURA 09	Palácio dos Governadores - Ouro Preto/ MG	56
FIGURA 10	Igreja de Nossa Senhora do Pilar - Ouro Preto/ MG	59
FIGURA 11	Igreja São Pedro dos Clérigos - Mariana/ MG	62
FIGURA 12	Igreja São Pedro dos Clérigos - Rio de Janeiro/ Rio Janeiro	64
FIGURA 13	Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso - Caeté/ MG	68
FIGURA 14	Igreja de Nossa Senhora do Carmo - Ouro Preto / MG ...	69
FIGURA 15	Igreja São Francisco de Assis - Ouro Preto/ MG	70
FIGURA16	Retábulo da Capela-mor da igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso - Caeté/ MG	73
FIGURA 17	Inventário de Antônio da Silva Herdeiro	78
FIGURA 18	Fragmento do Testamento de Antônio da Silva Herdeiro	79
FIGURA 19	Inventário de Domingos Moreira de Oliveira	80
FIGURA 20	Igreja de São Francisco de Assis - São João Del Rei/MG	89
FIGURA 21	Igreja de São João do Morro Grande - Barão de Cocais/MG	90

FIGURA 22	Igreja de Nossa Senhora do Carmo - Sabará/ MG	91
FIGURA 23	Frontispício da Igreja de N. Senhora do Carmo - Sabará/ MG	92
FIGURA 24	Documento de arrematação da igreja de N. S. do Carmo.	96
FIGURA 25	Recibo de pagamento a João Vianna	107
FIGURA 26	Pedreira - Jean Baptiste Debret	118
FIGURA 27	Embasamento da igreja de São Francisco de Assis - Ouro Preto/ MG	126
FIGURA 28	Paredes estruturais da igreja de São Francisco de Assis - Ouro Preto/MG	127
FIGURA 29	Escultura do barrete da capela-mor da Igreja de São Francisco de Assis - Ouro Preto/ MG	132
FIGURA 30	Escultura da portada da igreja de São Francisco de Assis - Ouro Preto/ MG	133
FIGURA 31	- Retábulo da Capela-mor da igreja de São Francisco de Assis - Ouro Preto/ MG	133
FIGURA 32	Torres da igreja de São Francisco de Assis- Ouro Preto/ MG	137
FIGURA 33	Sino da igreja de São Francisco de Assis/Ouro Preto/MG	138
FIGURA 34	Sino da Sé de Mariana- Mariana/ MG	140
FIGURA 35	Portas e janelas da igreja São Francisco de Assis - Ouro Preto/ MG	141
FIGURA 36	Sistema de caibros armados presente no telhado da igreja de São Francisco de Assis - Ouro Preto/ MG	146
FIGURA 37	Tesoura de ângulo suportando o espigão	146
FIGURA 38	- Forro da igreja de São Francisco de Assis - Ouro Preto/ MG	149
FIGURA 39	- Pintura do forro da igreja de São Francisco de Assis (Mestre Manuel da Costa Ataíde - Ouro Preto/ MG)	149

FIGURA 40 Cobertura do telhado da igreja de São Francisco de Assis - Ouro Preto/MG

151

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A TRANSIÇÃO DA CULTURA DAS OFICINAS DE CONSTRUÇÕES RELIGIOSAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII EM PORTUGAL: as oficinas de São Vicente de Fora, Santa Engrácia e o Palácio - convento de Mafra	20
3	A CULTURA DAS OFICINAS DE CONSTRUÇÕES RELIGIOSAS NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS: os profissionais da primeira metade do século XVIII	43
3.1	Os profissionais da segunda metade do século XVIII na Capitania de Minas Gerais	59
4	O UNIVERSO DOS EMPREENDIMENTOS ARQUITETÔNICOS	94
5	UM OLHAR SOBRE O CANTEIRO DE OBRAS: a oficina de São Francisco de Assis em Vila Rica	110
5.1	Das obras preliminares: a montagem do canteiro	113
5.1.2	Dos alicerces	121
5.1.3	Das paredes estruturais	127
5.1.4	Do barrete da Capela – mor e abóbadas dos corredores	129
5.1.5	Dos corredores da sacristia	134
5.1.6	Das torres e sinos	136
5.1.7	Das portas e janelas	141
5.1.8	Do telhado	144
5.1.9	Do forro	147
5.1.10	Da cobertura dos telhados	150
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
	FONTES MANUSCRITAS	155
	FONTES IMPRESSAS	156
	REFERÊNCIAS	156
	ANEXOS	163

1 INTRODUÇÃO

Ao estudar as oficinas de construções religiosas luso-brasileiras, assim como o processo histórico construtivo das igrejas onde foram estabelecidas essas oficinas, torna-se necessário recuar ao período pós-restauração para entender o cenário de mudanças no qual estavam inseridas duas das três oficinas portuguesas que serão analisadas nesta dissertação: São Vicente de Fora (1623) e Santa Engrácia (1682)¹ e, posteriormente a essas, o Palácio-convento de Mafra (1717). Tais oficinas contribuíram para a atualização possível do panorama arquitetônico vigente em Portugal.

Após a Restauração (1640-1668), Portugal encontrava-se diante de um cenário de desestabilização econômica e sociocultural que refletiu nas novas construções arquitetônicas. A dúvida que pairava no ar no que dizia respeito às construções era se deveria ser mantido o estilo chão² que vinha sendo praticado, considerado a característica da cultura arquitetônica portuguesa, ou se deveria permitir a inserção de novas soluções formais como estava sendo feito, principalmente, em Itália e França, já que renovariam o repertório dos partidos³ arquitetônicos portugueses, dialogando, assim, com as correntes internacionais, abrindo as portas para a introdução de um novo estilo: o barroco.

O processo de assimilação deste estilo na arquitetura portuguesa se deu de forma lenta e em momentos distintos. Foi percebido primeiramente nas artes ornamentais, tais como talha e azulejaria e nas arquiteturas efêmeras postas em praças públicas por ocasião das comemorações de momentos históricos portugueses.

¹ Conforme Craveiro (2011, p.108), as obras de Santa Engrácia processaram-se a um ritmo e com paragens que arrastaram a sua conclusão até a década de 1960 do século XX. Interessante ressaltar que foi no século XX que a igreja adquiriu o caráter de Panteão Nacional, abrigando os cenotáfios dos portugueses: Pedro Álvares Cabral, Nuno Álvares Pereira, Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque e Luís de Camões.

² Termo cunhado por George Kluber. O estilo chão, conhecido também como Maneirismo, é uma expressão que se refere a um estilo arquitetônico português marcado pela austeridade das formas. Ver: KUBLER, George. **A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes:** 1521-1706. Lisboa: Editorial Vega, 1988.

³ Partido arquitetônico: "Organização geral de uma edificação, forma de distribuição e articulação dos espaços, por extensão, a distribuição dos cheios e vazios de fachadas. Através do partido de uma edificação pode-se identificar um estilo." (ÁVILA, 1996, p. 71).

Nesse Portugal, considerado defasado em relação a outros países europeus, imperava a cultura dos mestres pedreiros, onde as obras eram fabricadas concomitantemente ao projeto. Com Filippo Terzi, arquiteto da oficina de São Vicente de Fora, este cenário será gradativamente revertido, estabelecendo a primazia do projeto sobre a fábrica⁴. (DANGELO, 2006).

A arquitetura praticada em território português no período pós-restauração será regida por tratados de origem italiana principalmente no que diz respeito aos planos centralizados, solução introduzida na igreja de Santa Engrácia por João Antunes⁵. A inserção desta tratadística italiana em Portugal pode ser caracterizada por uma vontade de inserir no contexto português uma solução considerada inovadora. Este momento de adesão ao novo pode ser considerado o ponto fulcral da arquitetura portuguesa, caracterizada pela vontade de romper com uma cultura arquitetônica eivada de traços referentes ao estilo chão, para aderir à cultura arquitetônica barroca.

Tais ensejos de inserção do barroco na arquitetura portuguesa, desde São Vicente de Fora, passando por Santa Engrácia, culminam com a construção do Palácio Convento de Mafra, onde D. João V (1689-1750), imbuído de um espírito jovem e inovador e já amparado financeiramente pelo ouro encontrado na Capitania de Minas Gerais, mesmo inserido num contexto caracterizado pela dicotomia entre o estilo chão e o barroco, opta por este último, no intuito de dialogar com outros países da Europa, implementando uma barroquização e, consecutivamente, uma atualização possível em Portugal.

Esta barroquização será incentivada também pelo Rei em sua Colônia, onde será percebida a assimilação dos cânones do barroco italiano e a renovação do gosto empreendido na arquitetura da capitania de Minas Gerais, ambos presentes em

⁴ Sobre essa prática, ver: DANGELO, André Guilherme Dornelles. **A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa:** arquitetos, mestres de obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas: Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, v. 1, p. 243.

⁵ Sobre a atuação de João Antunes à frente da construção da igreja de Santa Engrácia, ver: VARELA GOMES, Paulo. **Arquitetura, religião e política no século XVII – a planta centralizada.** Porto: FAUP, 2001, p.270-276.

partidos arquitetônicos, como em São Francisco de Assis, Nossa Senhora do Rosário, localizada na atual Ouro Preto, assim como São Pedro dos Clérigos, na cidade de Mariana. É neste contexto de inovação e abertura ao novo que será analisado o processo construtivo de três importantes igrejas mineiras: a igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, localizada na cidade de Caeté; as igrejas São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Carmo, ambas em Ouro Preto.

Diante dessa contextualização pode-se dizer que esta pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar os estudos sobre a cultura arquitetônica luso-brasileira, que tem como enfoque as oficinas de construções religiosas e as relações estabelecidas no interior delas, assim como sobre a teoria e a história da arquitetura, com o intuito de aprofundar as pesquisas neste campo, principalmente no que diz respeito às relações entre a Metrópole portuguesa e a sua Colônia Americana.

A partir dessas necessidades, objetiva-se fazer uma revisão acerca dos estudos que versam sobre o universo arquitetônico de fins do século XVII e começo do século XVIII português; estudar os motivos que impulsionaram os profissionais portugueses a imigrarem para a Colônia Americana e se fixarem em Minas Gerais; e a partir do entendimento dessas questões, evidenciar a atuação desses trabalhadores nas oficinas, e também analisar as técnicas e o modo construtivo praticado por eles no Setecentos mineiros.

Para a concretização desses objetivos, este trabalho foi pautado na pesquisa documental e bibliográfica. A partir da pesquisa bibliográfica, foram feitos fichamentos de livros que versam sobre a história da arquitetura luso-brasileira, o que deu importante suporte à pesquisa documental.

No tocante às pesquisas bibliográficas, estas foram realizadas nas seguintes bibliotecas, que têm um denso acervo bibliográfico: Professor Raffaello Berti da Escola de Arquitetura da UFMG, Professor Antônio Luiz Paixão, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich); Biblioteca Central da UFMG; Padre Alberto Antoniazzi, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (em Minas Gerais e no Rio de Janeiro); Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA); Biblioteca Palácio Conde das Galvêas; e Biblioteca Nacional de Portugal.

As pesquisas documentais foram realizadas nos seguintes arquivos: Arquivo Público Mineiro (APM), IPHAN e IEPHA (Análise de plantas e documentos alusivos aos tombamentos dos monumentos estudados), Arquivo Paroquial de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, Arquivo da Casa Setecentista de Mariana e Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Locais imprescindíveis para a guarda de documentos que ainda restam acerca do tema estudado.

A partir da proposta metodológica, que consistiu no entrecruzamento das fontes que foram encontradas, o trabalho é iniciado com uma análise de São Vicente de Fora, de Santa Engrácia e do Palácio-convento de Maфра como oficinas de construções religiosas, locais que contribuíram para a formação dos profissionais ligados à construção, propiciando trocas de experiências e técnicas atualizando, assim, o estilo arquitetônico. Foram utilizados como referenciais teóricos Ayres de Carvalho (1971), Saldanha e Soromenho (1994), Paulo Varela Gomes (1987, 2001) e Vitor Serrão (2002,2003). Pretende-se demonstrar, com embasamento nestes estudos, como era a dinâmica nas oficinas portuguesas já citadas. Para tanto, alguns profissionais foram elencados para se demonstrar que eles contribuíram para uma possível renovação, mesmo inseridos em uma sociedade de mentalidade renitente a um estilo vernacular considerado ultrapassado.

Em seguida, foram utilizados os estudos de Germain Bazin (1983) John Bury (1991), Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (2003) e André Guilherme Dornelles Dangelo (2006), a visão destes estudiosos sobre a circularidade cultural percebida e praticada entre a Europa e a América Portuguesa permite analisar como se deu a imigração dos profissionais portugueses do ramo da construção para as Minas Gerais; assim como entender o intercambio profissional entre esses trabalhadores no território mineiro. A pesquisa foi embasada ainda em Judith Martins (1974) para elencar os profissionais que passaram pela Capitania de Minas Gerais, tanto na

primeira, quanto na segunda metade do século XVIII; e em Caio César Boschi (1986, 1988) para se entender as relações entre os contratados (os trabalhadores) e as contratantes (as irmandades).

Foram analisados também os trâmites que eram necessários para os profissionais assumirem a construção de uma obra religiosa e como se dava o processo para levar a cabo um empreendimento construtivo. Desde a publicação dos editais de convocação dos profissionais, passando pelas arrematações, contratações, chegando até as louvações. Estas terminologias são fundamentais para a compreensão do universo construtivo do Setecentos, assim como para a compreensão do processo anterior ao estabelecimento das oficinas. Depois de cumprido todo este processo é que se fazia a entrega das obras. Para esta análise são utilizados estudos como os de Joaquim Jaime Ferreira-Alves (1990), no qual o autor explica como se davam estes trâmites em Portugal, e o de Francisco Antônio Lopes (1942) que, à luz da documentação alusiva à construção da igreja de Nossa Senhora do Carmo, discorre sobre esse processo em Minas Gerais.

E por fim, são referenciadas obras de Paulo F. Santos (1951), de Cônego Raimundo Trindade (1951) e de Sylvio de Vasconcellos (1979). Estas bibliografias foram importantes, pois, atreladas aos documentos encontrados, propiciaram a análise da igreja de São Francisco de Assis como uma oficina de construção religiosa, liderada pelo construtor Domingos Moreira de Oliveira. Local, que congregou inúmeros ofícios e por onde passaram profissionais de mentalidade arrojada como Antônio Francisco Lisboa, apontado por ser o responsável por empreender uma mudança na arquitetura vigente. O processo de construção dessa igreja foi analisado. Além disso, foi comparada esta oficina com a oficina da igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso e com a de Nossa Senhora do Carmo, evidenciando as etapas e os sistemas construtivos empregados na primeira.

2 A TRANSIÇÃO DA CULTURA DAS OFICINAS DE CONSTRUÇÕES RELIGIOSAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII EM PORTUGAL: as oficinas de São Vicente de Fora, Santa Engrácia e o Palácio-convento de Mafra

A transição da cultura das oficinas de construções religiosas nos séculos XVII e XVIII pode ser considerada complexa do ponto de vista de um estudo sistemático pelo fato de cada sociedade assimilar de maneira diferente e em períodos distintos as mudanças que são constantemente processadas no curso da atualização do seu repertório artístico e arquitetônico.

Entretanto, este processo pode ser entendido de uma forma um pouco mais clara a partir da análise de três construções de grande importância para a atualização da arte e da arquitetura em Portugal, numa fase anterior e durante o próprio século XVIII, que são as igrejas de São Vicente de Fora, Santa Engrácia e o Palácio-convento de Mafra, referendadas por pesquisadores do Maneirismo e do Barroco em Portugal como locais onde foi possível fazer a renovação da cultura arquitetônica, tanto em função da presença de artistas e arquitetos estrangeiros quanto pelo apoio Real.

Neste sentido, é importante se ter claro que o cenário arquitetônico português ainda se caracterizava por uma formação tradicional de construtores e mestres de obras durante grande parte desse período. Esse panorama pode ser considerado defasado se for levado em consideração a separação entre projeto e construção que já havia sido assimilada e já era praticada em países europeus, como Itália e França, desde o século XVI.

A análise da cultura arquitetônica existente em Portugal na transição do século XVII para o XVIII, aliada às pesquisas de Dangelo (2006), possibilitou constatar que a referida cultura arquitetônica se desenvolveu de forma acanhada e fragmentada, através de um ensino que era denominado erudito, ensinado nas aulas oficiais de arquitetura tanto civil, quanto militar e o prático, vinculado a uma linha de ensino menos erudita e mais popular, que se desenvolvia na aprendizagem do desenho arquitetônico, através da prática nas oficinas e canteiros das diversas construções

religiosas daquele período, que eram responsáveis por introduzir a maior parte dos agentes dos ofícios mecânicos na prática do ofício de construção.

Profissões como pedreiros, canteiros, ferreiros, rebocadores, carpinteiros, ofícios estes ligados à prática arquitetônica, eram formados mais na prática do canteiro que em aulas de ensino especializado. Compunha também o universo da construção civil desse período a figura do amador, indivíduo que era considerado letrado e que exercia a profissão apenas com o intuito de obter prazer intelectual e não de se profissionalizar nela.

Alguns estudos em Portugal, como as pesquisas desenvolvidas pela professora Natália Marinho Ferreira-Alves (1983-1984) e por Joaquim Jaime Ferreira-Alves (1983-1984), comprovam a vitalidade e a variedade de atuação dos profissionais dos mais variados ofícios mecânicos. Este estudo evidencia que a prática profissional no dia a dia dos canteiros, mais assimilada que a importância erudita dos projetos, qualificava o profissional alçando-lhe ao patamar de arquiteto. Conforme se pode notar no trecho abaixo:

A obra de carpintaria da igreja de São Martinho de Mateus, arrematada por 180.000 réis, em 23 abril de 1715, pelo mestre Gregório Mesquita, foi feita, na capela-mor, na forma da igreja do Convento de São Francisco da Vila Real, e, na sacristia, forrada de “escamas de peixe”, seria colocado um “caixão” com gavetas e fechaduras, igual ao que existia na sacristia de São Pedro Velho, da mesma cidade. (FERREIRA-ALVES, Joaquim; FERREIRA - ALVES, Natália, 1983-1984, p. 17-18).

Essa atuação, conforme descrito acima, no interior das oficinas, principalmente no mercado das construções religiosas, pode ser naturalmente percebida como foi colocado por Ferreira-Alves (2003). Este professor e pesquisador português ressalta, em suas pesquisas, que esta prática era considerada usual. Após apreender as regras consideradas fundamentais à atividade construtiva, o profissional poderia ser considerado um competente arquiteto. Ferreira-Alves relata que:

Em Vila Real, como noutras áreas de Portugal do século XVIII, o projeto tem origem em figuras de formação diversificadas: arquitetos, estes com origens diferentes (ourives–arquiteto; pintor–arquitetos; mestre de estuque–arquiteto, etc); engenheiros militares; arquitetos amadores (clero regular e secular e simples particulares); e mesmo pedreiros, que, por vezes, deixam de ser só executantes, para serem também autores de risco. O pendor mais ou menos conservador do encomendador e a origem do riscador podem explicar um certo conservadorismo de formas, fenómeno que não é da área em estudo, não esquecendo a utilização, por todos estes profissionais, do que há anos designamos por “modelos arquitetónicos”, que é a construção nas novas construções de modelos existentes: em 1728, segundo documentos de época, o carpinteiro João Pinto de Magalhães teria de fazer o coro da igreja de São Cristovão de Parada de Cunhos pelo mesmo feitio que a de Sam Dionízio de Villa Real. (FERREIRA-ALVES, 2003, p. 270-271).

Neste mesmo espírito, pode ser analisada a atuação de Baltasar Álvares (1560-1630) na oficina de São Vicente de Fora (FIG. 1). A partir da literatura analisada, verificou-se que ele foi o responsável pela direção das obras (SERRÃO, 2002), mesmo que tivesse formação em filosofia e teologia. Nesse contexto, a oportunidade que o profissional tinha de se tornar um arquiteto era por via da prática apreendida no dia a dia do canteiro, durante os séculos XVII e XVIII, sendo exceção à regra casos de especialistas no ofício de arquitetura.

Existem poucas informações acerca da oficina conduzida por Álvares⁶. O que se percebe, a partir das informações levantadas e analisadas, é que o funcionamento da oficina se dava de forma organizada e, em consequência dessa organização, o ritmo era dinâmico, o que refletia no tempo de execução. Conforme Saldanha e Soromenho:

Não se pode dizer, dada a pouco usual dimensão da obra da igreja de São Vicente de Fora, que o ritmo dos trabalhos tenha sido lento. Em 1592 já os frades se referiam à parede nova que corria ao longo da igreja até o Campo de Santa Clara, a propósito da necessidade de se calçar aquela via e no ano seguinte preparava-se o encerramento da abóbada da capela-mor. No ano de 1605 estava a capela-mor, coro baixo e cruzeiro em estado de para ali se transferir o Santíssimo. (SALDANHA; SOROMENHO, 1994, p. 211).

⁶ Devido à falta de fontes manuscritas acerca do canteiro de obras de São Vicente de Fora, esta pesquisa esbarrou na dificuldade de se afirmar como se davam as relações e o funcionamento no interior dessa oficina. Isto levou ao levantamento de hipóteses acerca do seu funcionamento.

Pode-se observar também que na oficina de São Vicente de Fora havia uma divisão bem definida de cargos, que provavelmente foram assumidos após os profissionais terem participado das arrematações⁷ que ocorriam para todas as obras que eram realizadas, fossem públicas ou religiosas. Os processos de arrematação de obras religiosas serão analisados de forma minuciosa mais a diante deste trabalho.

Figura 1 - Igreja de São Vicente de Fora – Lisboa



Fonte: Foto da autora, 2012.

Devido à proporção do edifício e a exigência da qualidade dos trabalhos realizados, pode-se inferir que inúmeros profissionais de ofícios variados passaram pela oficina de São Vicente de Fora, entretanto, não foram localizados documentos substancialmente esclarecedores e tampouco estudos que tragam de forma detalhada informações sobre a maior parte dos profissionais que ali estiveram e quais ofícios exerceram naquele canteiro. Um fenômeno que ocorre também com os canteiros de obras que existiram na Capitania de Minas Gerais. Ainda existem

⁷ Para informações mais detalhadas, consultar os documentos publicados por Saldanha e Soromenho: ANTT, São Vicente de Fora, livro 127, Livro de Lembranças de todos os laudêmios, 2ª parte, fl. 2 v.

inúmeras lacunas que dificultam as pesquisas no que tange ao universo das construções setecentistas mineiras.

Com relação a Portugal, mais precisamente na cidade do Porto, séculos XV a XVIII, existem informações importantes acerca dos profissionais que lá trabalharam trazidas à tona por Arthur de Magalhães Basto (1964). Este autor revela detalhes da atuação de arquitetos, mestres de pedraria e carpintaria, marceneiros, modeladores, pintores, douradores, mestres latoeiros, ferreiros, sineiros, rebocadores, estucadores⁸, oleiros, para citar algumas das tantas profissões que existiam naquele local.

Importante que sejam ressaltados, ainda segundo Saldanha e Soromenho (1994), autores que não ignoraram a participação fundamental de alguns profissionais que passaram pelo canteiro de obras de São Vicente de Fora. Foi a partir deste estudo que se puderam identificar algumas profissões que lá atuaram, por exemplo, a de mestre de obras de pedraria encarregado na oficina de dar o acabamento nos trabalhos em cantaria. O profissional responsável que arrematou as obras foi o mestre pedreiro Mateus Peres⁹ que provavelmente tinha dado o menor lance e apresentado fiadores de conduta ilibada e competência reconhecida (FERREIRA-ALVES, 1998), como era de costume no período.

Este procedimento era adotado se caso o arrematante perdesse os seus bens e tivesse a sua falência decretada, a sua dívida seria assumida pelos fiadores. Por isso, quando do ato da arrematação, o profissional deveria comprovar que tinha cabedais e fábrica, além de apresentar os seus fiadores, pois assim ele teria credibilidade e seria respeitado no meio profissional.

Diante disso, torna-se importante salientar a dimensão da responsabilidade do mestre de obras de pedraria. Além de ser responsável pelas obras de cantaria,

⁸ Estucador: “Profissional que trabalha com estuque. O estuque é uma argamassa feita de gesso ou cal, areia fina ou pó de mármore, revestindo trançado de metal ou treliça de madeira que se usam como paredes secundárias, forros e ornamentos.” (ÁVILA, 1996, p.42).

⁹ Para uma pesquisa mais detalhada consultar: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Igreja de São Vicente de Fora, 1ª Incorporação, Documentos avulsos, caixa 1, 260.

conforme foi dito acima, recairia sobre ele toda a responsabilidade caso houvesse danos ocorridos às vias públicas com o transporte das pedras destinadas à construção.

Outra profissão localizada na oficina de São Vicente foi a de mestre de obras de carpintaria. Executada a princípio por Jorge Fernandes, ele não prosseguiu à frente das obras, e foi substituído por Antônio João (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, s/d, citado por Saldanha e Soromenho, 1994). Todavia, não há neste trabalho como aprofundar sobre a atuação desse profissional, já que também são escassas as informações acerca da atuação desses dois profissionais na oficina de São Vicente.

Não se tem registro dos motivos que levaram Fernandes a abandonar a obra. Tais incógnitas caminham em busca de respostas e desta maneira, ficam hiatos a serem preenchidos. Fato que se repete tanto em Portugal, quanto no Brasil, conforme já mencionado.

Cabe lembrar que, se por um lado, as oficinas de construções religiosas portuguesas valorizavam a prática para a formação do arquiteto; por outro, fechavam-se, oferecendo poucas possibilidades de criação para os profissionais.

No que tange às fontes existentes no seio dessa cultura arquitetônica, podem-se apontar como fundamentais os tratados que circulavam no universo dos canteiros de obras ligados à cultura dos mestres pedreiros e que possuíam uma vertente popular, como o que pertenceu ao mestre João Francisco Gomes que era tecnicamente limitado.

Pode-se dizer que esta simplificação estava relacionada tanto a dificuldades materiais, quanto tecnológicas. Mesmo diante de um universo limitado, porém, percebe-se que havia profissionais que faziam circular outras ideias. Isso corrobora a tese de que, nestas oficinas por onde passavam os profissionais da construção, se dava um intenso contato entre os trabalhadores no qual eles compartilhavam novas experiências e técnicas. Através dessas trocas e da assimilação delas, as mudanças

eram processadas, ainda que num ambiente resistente à tratadística e à arquitetura estrangeiras. No que tange à resistência percebida no universo da construção portuguesa, Campello fala:

Ao expandir-se por toda a Europa, a nova arquitetura da Itália encontrou em Portugal um lastro de resistência, fundado na experiência nacional. Ao mesmo tempo, esse lastro cultural propiciava uma rápida assimilação dos novos temas, onde fossem eles afeiçoáveis àquela índole conservadora, propícia à unidade, à concisão e ao disciplinamento. Contudo, em decorrência do gosto português pela rusticidade popular terrena, esse processo tomou o rumo da simplificação. Desse modo, as construções portuguesas, mesmo no período do Renascimento e do Maneirismo – período no qual Portugal mantinha uma posição internacional de destaque e vivia um intercurso de influências culturais com a Europa – seguiram um desenvolvimento próprio e de algum modo aferrado às suas tradições. Mesmo com os seus arquitetos fazendo longos estágios na Itália, como no caso de Francisco de Holanda. (CAMPELLO, 2001, p. 101).

Mesmo diante dessa resistência demonstrada por Campello (2001) pode-se apontar alguns personagens que contribuíram para que viesse a ser implementada uma renovação no interior das oficinas de construções religiosas. Como exemplo de agente propulsor da mudança, pode-se citar a atuação do arquiteto Filippo Terzi, na oficina de São Vicente de Fora, que teve importante papel no período. Terzi atuou nesse canteiro, ao lado de Baltasar Álvares e Juan de Herrera (SERRÃO, 2002). A contribuição de Terzi que mais se destaca foi a implementação do ato projetual anterior e independente da prática (DANGELO, 2006), dando ênfase à elaboração do projeto. Esta ação foi possível devido às Aulas de Arquitetura do Paço da Ribeira¹⁰, onde, nas palavras de Serrão (2001), se formaram os protagonistas da construção lisboeta tanto do século XVII, quanto do XVIII.

A tentativa de assimilação destes novos conhecimentos alcançou também a oficina de Santa Engrácia (FIG. 2), onde o protagonista, João Antunes, mesmo diante de um cenário resistente, conforme foi ressaltado, atuou neste universo fechado, provocando alterações dos conceitos estéticos vigentes. Antunes propôs um modelo

¹⁰ A Aula de Arquitetura do paço real deu origem ao instrumento de ensino mais importante para os anos subsequentes, a Aula do Risco do Paço da Ribeira, oficialmente instituída por Filipe II, em 1594, que teve como mestre precisamente o arquiteto Filippo Terzi, acompanhado do cosmógrafo-mor do reino, João Batista Lavanha. (PEREIRA, 2011, p. 588).

de planta centralizada (VARELA GOMES, 2001), trazendo ao universo da construção uma solução considerada inovadora e renovadora no cenário português.

Figura 2 - Igreja de Santa Engrácia – Lisboa



Fonte: Foto da autora, 2012.

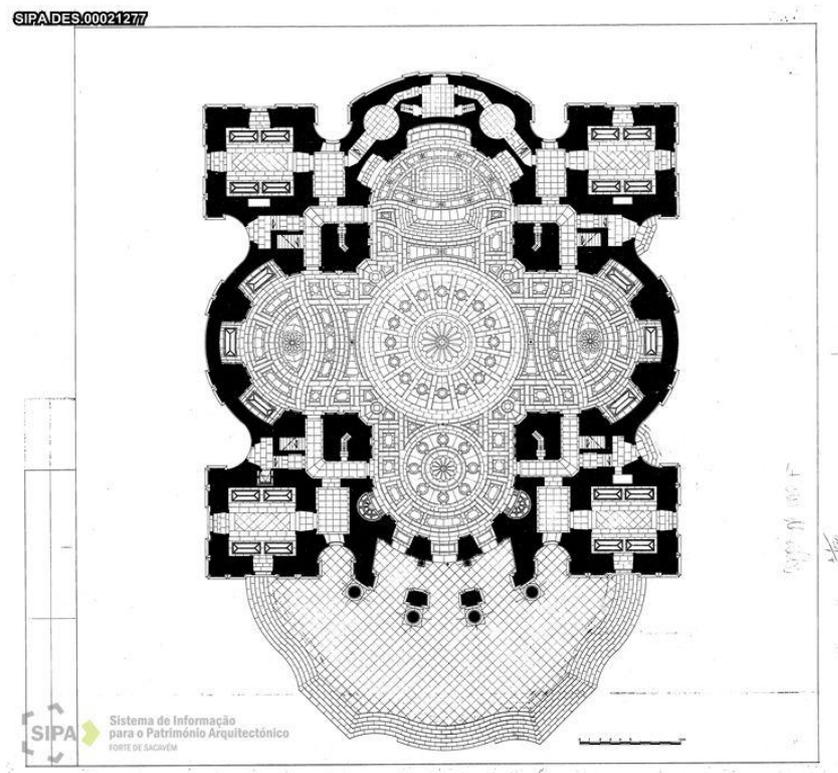
Conforme Brandão (2006), a centralidade adotada foi significativa, pois evidencia a situação do homem no mundo e as suas concepções. O autor fala mais sobre a planta centralizada ou de cruz grega:

A planta em cruz grega, onde todos os braços são iguais, também enfatiza a centralidade que se procurava dar ao novo espaço. Simétrica, essa planta apresenta uma tripla significação. Em primeiro lugar é uma das maneiras de exprimir a racionalidade do universo tal como um círculo. Simultaneamente, ela exprime a crença na razão do homem moderno. O espaço resulta unificado, homogêneo. O segundo significado da cruz grega refere-se a história, tema caro aos humanistas, a planta em cruz grega procura sintetizar a igreja de congregação (a Eclésia) onde o rito reúne grande número de fieis - com os antigos e centrados templos que ocorreram no bizantino. O último significado é religioso. Sabemos que a planta em cruz latina, com o braço da nave mais desenvolvidos que os outros, simbolizava o cristo crucificado e dominou na Idade Média. A cruz grega não só

simbolizava a racionalidade geométrica do cosmos como também a racionalidade contida numa nova ideia de divindade: Cristo como essência da perfeição e da harmonia, explica Wittkower, havia relegado a segundo plano Aquele que havia sofrido na cruz pela humanidade. (BRANDÃO, 2006, p. 83-84).

Ainda sobre essa mudança de mentalidade, Bury (1991) diz que a planta centralizada (FIG. 3) constituiu num projeto original e audacioso no período, pois na maioria das igrejas ainda estava sendo adotada a planta retangular maneirista. Diante disso, pode-se dizer que esta proposta foi responsável por anunciar uma nova estética, agora, barroca e não mais maneirista.

Figura 3 - Planta da Igreja de Santa Engrácia – Lisboa



Fonte: Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetônico/ SIPA – [s/d]

A análise da trajetória de João Antunes permite perceber que, como Báltasar Álvares, em São Vicente de Fora, e de João Frederico Ludovice, no Palácio-convento de Mafra, eles iniciaram a profissão no interior do canteiro de obras. Antunes, antes de se tornar arquiteto e ser reconhecido como “insigne” (SOUZA VITERBO, 1974, p. 42), atuou no ofício mecânico como pedreiro-empregado. Na oficina de Santa Engrácia, através de concurso realizado em 17 de setembro de

1681, ele teve sua planta escolhida pela Mesa da Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento. Cita-se abaixo um fragmento do documento localizado e publicado por Ayres de Carvalho em que evidencia a escolha de João Antunes. Segundo Carvalho, “foi rezoluto que a obra que se havia de fazer na nova capela e igreja fosse pella planta que na meza se mostrou feita por João Antunes o qual ficou eleito para assistir na dita obra (...)”. (CARVALHO, 1971, p. 82).

O fragmento acima, além de confirmar a escolha de Antunes, permite depreender que, após ele adquirir experiência, com intenso trabalho no inteiro das oficinas, ele passou a ser reconhecido como arquiteto. Foi nomeado no ano de 1697 “Arquiteto das Ordens Militares”, devido a morte de Mateus do Couto, e, no ano de 1699, “Arquiteto Real”, substituindo Francisco da Silva Tinoco. Sua ascensão profissional, porém, se deu na oficina de Santa Engrácia. Conforme Serrão:

Para a consagração artística de João Antunes muito contribuiu o polêmico sucesso da empresa de Santa Engrácia, executado ainda na qualidade de aprendiz de arquitetura da Aula do Paço, depois de a Capela–mor da igreja em construção haver ruído em 1681. A grandiosíssima obra arquitetônica de João Antunes, *unicum* no panorama da nossa arquitetura de Seiscentos, é, pois o projeto da Igreja de Santa Engrácia de Lisboa, cujo concurso ganhou em 1683, depois de um anterior projeto de Mateus do Couto haver ruído, por deficiências tecnológicas, dois anos antes. (SERRÃO, 2003, p.160).

Acredita-se que a preferência por João Antunes tenha sido resultado de suas competências e experiências adquiridas em vários canteiros de obras por onde trabalhou, como os de São Vicente e de Santo Antão (CARVALHO, 1971), ambos em Lisboa. Neles, ele pôde desenvolver uma técnica refinada. Esta, aliada a uma mentalidade arrojada, fez com que Antunes não somente se equiparasse aos melhores arquitetos do período, mas também o ajudou a enfrentar problemas construtivos, bem como solucioná-los, como no episódio do desmoronamento da capela-mor da igreja de Santa Engrácia¹¹.

¹¹ “Em 19 de fevereiro de 1681 ruiu a obra da nova capela-mor de Santa Engrácia projectada por Mateus do Couto Sobrinho, a tal que era coberta por abóbada de meia laranja. No mês seguinte a irmandade aristocrática, depois de ouvir as opiniões de vários arquitetos e pedreiros, tomou uma decisão drástica sem precedentes nos últimos 50 anos (desde 1631, data do projecto de Mateus do Couto, o Velho): em vez de se fazer mais uma capela-mor para a velha igreja, deitar-se-ia tudo

No tocante ao funcionamento e à dinâmica da oficina de Santa Engrácia, há poucas informações a este respeito. Sabe-se que, devido à preferência de D. João V pelo Palácio-convento de Mafra, as obras se arrastaram por anos a fio, em decorrência das sucessivas interrupções ocasionadas por falta de investimentos financeiros.

Um dado importante que leva à aproximação entre a oficina de Santa Engrácia e as oficinas analisadas na Capitania de Minas Gerais foi a forma como os profissionais assumiam as empreitadas, pois algumas eram feitas por adjudicação. Isto permite perceber que a prática realizada em território português foi também adotada no território ultramarino. As obras da igreja foram atribuídas por contrato aos mestres pedreiros João da Costa, Domingos Nogueira, Manuel da Silva, Pedro Fernandes e Gonçalo da Costa.

A partir dessa informação, observa-se que no universo da construção os profissionais lançavam mão das empreitadas coletivas (FERREIRA-ALVES, 1990). Era natural uma obra ter mais de um mestre de obra. A hipótese que pode ser lançada para se entender a utilização o expediente de empreitadas coletivas dos vários mestres, era que esta prática conferiria mais agilidade às obras. Estas, muitas vezes, mesmo assumidas coletivamente, se desenrolavam por anos a fio, devido a sua complexidade, como pode ser observado no caso da construção da igreja de Santa Engrácia.

De acordo com Carvalho (1971), os profissionais citados, após assumirem a empreitada em Santa Engrácia, passaram por períodos considerados difíceis num empreendimento, como por exemplo, o aumento do custo de vida e, consecutivamente, dos materiais empregados na construção. Essa situação acarretou aos profissionais um endividamento. Por não conseguirem o perdão da dívida, pela a Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento, foram obrigados a abandoná-la. O único a permanecer na empreitada, levando-a até o final, foi o mestre pedreiro João da Costa.

abaixo e dar-se-ia início a um edifício completamente novo, projectado de raiz.” (VARELA GOMES, 2001, p. 270).

Importante ressaltar que esta situação vivenciada por esses profissionais na oficina de Santa Engrácia ocorria, na maioria das vezes, com aqueles empreiteiros possuidores de poucos cabedais e fábrica¹². Eles não conseguiam arcar com os custos, cada ano, reajustáveis, provenientes do empreendimento arquitetônico, portanto, tinham poucas alternativas. Uma delas era se endividar, cada vez mais, para estarem à frente do empreendimento.

A partir da pesquisa realizada, constatou-se que, na capitania de Minas Gerais, a prática de arrematar as obras era por adjudicação (BAZIN, 1983). Conforme já ressaltado, esta forma de assumir as empreitadas era bastante semelhante à praticada em Portugal, já que os portugueses que aqui se estabeleceram trouxeram consigo este costume. Com relação à falência dos profissionais, cabe citar um fato similar ocorrido em Ouro Preto, com o empreiteiro Antônio Francisco Pombal, irmão de Manoel Francisco Lisboa (?-1767). Pombal, após assumir a construção da igreja do Pilar, em Ouro Preto, ao não alcançar êxito na administração da empreitada, perdeu os seus bens, o que o impossibilitou de prosseguir à frente do empreendimento.

Pode-se apontar estes constantes imprevistos, passíveis de ocorrer em qualquer obra, como um quesito fundamental para a contratação de um profissional experiente na prática construtiva para, assim, obter êxito no resultado final. João Antunes, diante das soluções apresentadas para Santa Engrácia, pode ser apontado como este profissional, na condição de responsável também por inserir na construção portuguesa uma nova proposta. Pereira (1986) fala sobre a formação deste arquiteto, responsável por afirmar decisivamente uma arquitetura considerada nova:

É de presumir que a sua formação se tenha repartido entre uma prática que, à semelhança de outros, se dividia entre a engenharia militar e a

¹² Sobre fábrica ver: DANGELO, André Guilherme Dornelles. **A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa:** arquitetos, mestres de obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006, v. 2, p. 349.

arquitectura, e uma teoria que num país sem reflexão estética própria teria de se fazer, por importação, sobretudo de Itália por via da tratadística. Em Santa Engrácia, porém, foi o labor do arquitecto que esteve presente e não o do engenheiro militar que faz arquitectura. (PEREIRA, 1986, p. 38).

Com base nas palavras de Pereira (1986), pode-se afirmar que somente um arquiteto já experimentado e afinado com a prática construtiva poderia ousar como o fez Antunes, que propiciou a inserção gradativa do barroco internacional nos partidos arquitetônicos portugueses. Estilo percebido nas curvas e contracurvas, que conferiu à fachada de Santa Engrácia o dinamismo característico do barroco.

Com relação ao gosto italiano na igreja de Santa Engrácia, o mesmo fenômeno pode ser percebido na utilização dos mármore policromos. Esta técnica de aplicação do material marmóreo nas edificações foi utilizada anteriormente por Antunes nas obras em que trabalhou, por exemplo, na capela-mor e retábulos na Quinta do Calhariz. Para Ataíde (1994), essa afeição pela tendência italiana acompanhava Antunes desde sua infância. Segundo o autor:

João Antunes, nascido e baptizado na freguesia do Loreto em 1643, e aí morador até os vinte e dois anos (1665), assistiu, desde a idade de oito, à reconstrução da igreja do Loreto, da colônia italiana, destruída por incêndio em 1651, onde serão empregadas as novidades oriundas de Itália e que ele irá usar, repetidamente, nas suas obras conhecidas, em especial na de Santa Engrácia: os mármore coloridos, os embutidos, a coluna torsa, etc. (ATAÍDE, 1994, p. 285).

Estas informações requerem alguma reflexão que leve em consideração a idade de 22 anos quando João Antunes saiu de Loreto. Não é estranho supor que ele desenvolvia uma atividade profissional para sobreviver. Não seria absurdo admitir que, muito provavelmente, ele tivesse atuado em alguma função na reconstrução da igreja. Já que, como foi citado acima, desde os oito anos ele assistia às obras de reconstrução da referida igreja.

Essa tendência de Antunes, por uma arquitetura italianizante, é demonstrada de maneira evidente em Santa Engrácia, com as aplicações em mármore. A pedra de coloração rosa, amarelo e cinza, distribui-se, de forma homogênea, pelo interior do

edifício (FIG. 4) e pode-se dizer que essa decoração é um prenúncio da arquitetura italianizante que se consolidará no Palácio-convento de Mafra. (FIG. 5).

Figura 4 – Interior da igreja de Santa Engrácia



Detalhes em mármore policromos embutidos

Fonte: Foto da autora, 2012.

No que tange a esse edifício, ressalta-se que a sua construção se deu em meio a uma cultura dos mestres pedreiros, caracterizada pela resistência às mudanças propostas pela Contrarreforma em Portugal. Nota-se que, com a Guerra de Restauração iniciada em 1640, outro gênero de arquitetura estava sendo exigida. Nesse período, porém, a resposta a essas mudanças veio das artes ornamentais, nas quais se observa a passagem da talha lisa para a crespa, mas não foram processadas rapidamente pelos arquitetos oficiais que persistiram numa planimetria mais estática, diferentemente da movimentada propalada nos tratados alusivos ao barroco italiano.

Figura 5 - Palácio - convento de Mafra - Mafra



Fonte: IGESPAR, [s.d].

Pode-se afirmar que a região Norte de Portugal foi a responsável por inaugurar as mudanças ocorridas no campo da arquitetura. Foi nesta região em que se percebeu a inserção tanto do barroco tardio, quanto do rococó¹³. Esta inserção relaciona-se, possivelmente, ao episódio da chegada de Nicolau Nasoni (1691-1773), no Porto. Nasoni, pintor de formação, estudou em Roma, mas foi em Portugal onde ele pôde aplicar a sua criatividade no campo arquitetônico. Dangelo (2006), além de apontar as regiões onde iniciaram as importantes transformações, explica a relevância de Nasoni:

A modernização possível assumiu espaço, principalmente na região Norte, através da evolução formal da chamada “arquitetura de pedraria”, ligada aos profissionais de cantaria e aos escultores ornamentais que dotaram as regiões do Douro, do Minho e Trás-os-Montes de uma mistura de influências barrocas, que incorpora, numa vertente prática, os modelos de esculturas vinculados à vizinha Galícia; a escolha de talha desenvolvida

¹³ Rococó: “Estilo ornamental surgido na França durante o reinado de Luís XV (1710-1774) e caracterizado pelo uso de curvas caprichosas e formas assimétricas e pela delicadeza dos elementos decorativos como conchas estilizadas (*Rocailles*), laços, flores, folhagens que tendiam a uma elegância requintada (...). A introdução do estilo Rococó em Minas Gerais ocorreu entre 1760/1770, sendo os seus principais representantes Antônio Francisco Lisboa e Manuel da Costa Ataíde.” (ÁVILA, 1996, p. 174).

pelos beneditinos; e as lições italianas via atelier de Mafra aliada à presença de estrangeiros de origem italiana, como Nicolau Nasoni, que trouxe o repertório das formas do barroco italiano para a região do Porto. (DANGELO, 2006, p. 354).

Em meio a toda essa demanda de obras e de modernização da cultura arquitetônica com seus muitos dilemas práticos e teóricos para atingir esses objetivos, é preciso salientar ainda o papel de D. João V, de quem partiu o apoio político e financeiro para o projeto de renovação das artes, ciências e cultura de seu país, enriquecido com o ouro encontrado na América Portuguesa a partir dos primeiros anos do século XVIII. Importante lembrar que esse monarca, já nos primeiros anos de seu reinado, iniciou o projeto de grandes obras e construções, principalmente de caráter religioso, que buscava aproximar Portugal dos valores estéticos e absolutistas de Paris, do Versalhes, e da Roma contrarreformista nos séculos XVII e XVIII.

Essa barroquização tardia, na Europa, inicia-se do ponto de vista oficial no ano de 1711, quando é lançada a pedra fundamental de uma de suas grandes obras de Lisboa barroca que foi a igreja do Menino Deus, caracterizada por um retângulo de ângulos cortados, obra implementada por João Antunes que pode ser considerada a modernização mais aceita na planimetria arquitetônica do período.

A referida solução, de ângulos cortados, adotada tanto na igreja Menino Deus, quanto em uma das suas predecessoras, busca o novo estilo que foi a extinta igreja de Santo Elói, construída a partir de 1693, a qual, segundo Dangelo (2006), tenha possivelmente inspirado um dos prováveis modelos para a confecção da nave da Matriz do Pilar, em Ouro Preto. Projeto que se acredita ser do Engenheiro Militar Pedro Gomes Chaves, conforme será abordado mais à frente neste trabalho. Isto evidencia uma forte circularidade cultural entre Metrópole e Colônia já nesse período. (ÁVILA, 2004).

No que diz respeito à experiência mais próxima à arte italiana em Portugal, esta pode ser percebida de forma mais eloquente, ainda que bastante híbrida sob o ponto de vista formal, devido à presença de outros elementos do repertório do tardo Barroco Internacional, com o advento do Palácio-convento de Mafra. Lembrando,

como acredita o pesquisador Rodrigo Baeta (2012), que foi de Roma, “que o germe barroco se espalhou pela maioria dos países e colônias do mundo ocidental” (BAETA, 2012, p. 173), pode-se dizer que a forma que este estilo conseguiu penetrar num país de tradição arquitetônica conservadora foi via D. João V, pois graças a sua mentalidade inovadora e a sua postura renovadora que se deu a abertura aos artistas estrangeiros, sobretudo, italianos, em território português.

Dentre os profissionais figuram o já citado Nicolau Nasoni, o mestre pedreiro e arquiteto Carlos Baptista Garvo, Thomaso Mattei, Antônio Canevari, Carlos Mardel, João Nicolau Servandoni, Joseph Bibiena, Carlo Fontana, Filippo Juvarra, Carlos Gimac e muitos outros que chegaram a Portugal e alguns deles se fixaram naquele país. António Filipe Pimentel (2002) atribui a monumentalidade do convento a alguns profissionais, em sua maioria, italianos:

A grandiosidade e o classicismo de Mafra só poderão ser compreendidos com os planos forjados em Roma pelo Marquês de Fontes, por Gimac, pelos discípulos de Carlo Fontana e finalmente em Lisboa com a vinda em 1719 do grande arquiteto Juvarra e mais tarde, em 1728, com António Canevari. (PIMENTEL, 2002, p. 130).

Deve-se ressaltar, sobretudo, a presença do arquiteto alemão italianizado João Frederico Ludovice, um ourives de formação, mas que encontrou campo aberto em Portugal e teve a oportunidade de desenvolver-se tornar-se arquiteto no interior da oficina de Mafra, “transformando esta construção em sua obra-mestra” (KELLENBENZ, 1959, p. 19). Ele incorporou a ela elementos italianos, como o mármore, utilizado, conforme percebido em Santa Engrácia.

Pode-se afirmar que as obras do Palácio-Convento de Mafra foram responsáveis por congregar numeroso contingente de profissionais de origens e de nacionalidades variadas. Mais que isso, a construção desse edifício favoreceu as trocas de conhecimentos e de técnicas que cada um trazia consigo. Inúmeros ofícios estiveram reunidos naquele local, que conferiram ao andamento do empreendimento agilidade e dinamismo. Conforme Pimentel:

A concentração em Mafra de quase meia centena de milhar de operários imprimiria, de fato, à construção um ritmo verdadeiramente incrível e o enorme edifício, que havia crescido lentamente no decurso dos últimos doze anos, transfigurar-se-ia por completo no período que se segue. Apesar disso, muito tempo haveria ainda de escoar-se antes de a gigantesca empresa se poder dar por concluída. O próprio monarca, com efeito, se por um lado contribuía poderosamente para acelerar o processo construtivo, não deixava também de provocar delongas, misturando uma ânsia quase febril de ver os trabalhos terminados, com os usuais questionários epistolares, endereçados agora ao seu representante em Roma, Fr. José Maria da Fonseca e Évora, ao qual continuamente eram solicitadas as mais diversas informações, assim como plantas e desenhos dos quais se fazia depender o avanço da obra. (PIMENTEL, 2002, p. 143).

A contratação de profissionais estrangeiros, sobretudo, italianos, que estavam afinados com o que havia de mais inovador no período, pode ser entendida como uma tentativa do Rei para aproximar Portugal da vanguarda europeia, possibilitando a abertura de diálogos entre a cultura e a arte praticadas em outras partes da Europa.

Esse intento foi alcançado, já que D. João V possuía representantes nos principais centros artísticos europeus, principalmente em Roma. Esses locais podem ser apontados como os responsáveis por propiciar a circulação de informações, pois destes locais chegavam informações acerca das grandes obras executadas, assim como plantas, desenhos, maquetes e alçados¹⁴.

Pode se dizer que eram, através desses mecanismos de comunicação, que os profissionais que trabalhavam no Palácio-convento de Mafra ficavam permanentemente atualizados, possibilitando-lhes erigirem altares de pedra edificadas ao gosto romano.

No que tange ao canteiro de obras propriamente dito, percebe-se, com nitidez, principalmente devido à monumentalidade do edifício, que havia uma dinâmica própria e o canteiro era composto por torneiros, serradores, carpinteiros, vidraceiros, pintores, ourives, escultores além de vários carreiros, responsáveis por conduzir o transporte de materiais (madeiras, pedras, lenhas para o preparo das refeições dos

¹⁴ Alçado: “Elevação ou projeção vertical, em desenho de uma fachada ou outra parte de uma construção.” (ÁVILA, 1996, p. 18).

trabalhadores e aquecimento da água), assim como a remoção do entulho resultante da obra.

Conforme Varela Gomes (1987), Mafra foi escola de muitos escultores, pintores, decoradores e arquitetos. A construção do convento foi nitidamente um empreendimento que mobilizou grandes recursos humanos e materiais. Conforme José Pereira:

A pedra-lioz, extraída na região, será o material mais utilizado. Mármore são enviados de Pero Pinheiro e das pedrarias alentejanas, para colunas, vergas e peitoris; os mais raros são importados de Itália e destinam-se às partes mais nobres do conjunto, como a igreja. As madeiras mais raras vem do Brasil (como a de Angelim), sobretudo para portas e janelas, enquanto pranchas de nogueira são importadas de Itália. Mais tarde os próprios sinos, carrilhões, baixelas, indumentárias para o culto, chegam de Itália, França, Bélgica e Holanda. (PEREIRA, José, 1986, p. 56).

Não foram apuradas informações pormenorizadas acerca da hierarquização das funções. Entretanto, levantaram-se alguns nomes de profissionais que compuseram o núcleo coordenador. A superintendência das obras ficou a cargo de Leandro Mello e Faria; e os fiscais das obras foram António Soares de Faria e Máximo de Carvalho. O responsável por chefiar os arquitetos foi o já citado Ludovice. A partir dessa análise da oficina do Palácio-convento de Mafra, pode-se depreender que a competência desses profissionais à frente das obras, aliada ao empenho do Rei e a disponibilidade de materiais, favoreceu a rapidez da construção.

A análise do empreendimento que se transformou o Palácio-convento de Mafra possibilita afirmar que este foi o resultado do empenho e da tentativa sobre-humana de D. João V para conciliar o gosto português a uma estética italianizante, com um propósito renovador, com vistas a criar alternativas fora da limitadora malha urbana e, sobretudo, driblar as resistências mentais existentes no período em Portugal para que o propósito dele fosse alcançado.

Outra afirmação que pode ser feita é que o Convento de Mafra significou o resultado bem sucedido de implantação do barroco italiano em Portugal, mas, mesmo diante

deste êxito, ressalta-se a continuidade de resistência dos mestres pedreiros à tratadística alusiva ao barroco italiano.

Interessante perceber que esta tratadística do barroco italiano circulou em Portugal no final do século XVII e início do XVIII. Conforme Oliveira (2003), o barroco teve como meios de difusão os artistas viajantes, o comércio de obras de arte, bem como as fontes impressas, que incluíam os tratados teóricos, os manuais técnicos de arquitetura e ornamentação, assim como pranchas e gravuras avulsas.

O tratado amplamente divulgado nesse período foi o de Domenico De´ Rossi (1659-1730), denominado *Studio d’Architettura civile*, publicado em Roma, em três volumes, nos anos de 1702, 1711, 1721. Neste tratado estão contidas as propostas arquitetônicas dos principais mestres do barroco italiano, com ênfase às obras de Borromini. Além de versar acerca da arquitetura, possui também uma abordagem sobre pintura a partir do ponto de vista de Michelangelo Buonarroti (1475- 1564) Outros tratados importantes que tiveram grande circulação foram o de Andrea Pozzo (1642-1709) *Perspectiva Pictorum et Architectorum*, datado de 1693, traduzido para vários idiomas; e o *Entwurf einer historischen Architektur*, de John Bernard Fischer Von Enlach (1656-1723), que foi editado em Viena no ano de 1721. Nestes estudos, encontram-se reunidas lições acerca das formas do barroco romano e internacional.

Ressalta-se que se a tratadística que circulava na Europa encontrou resistência em Portugal; mas, na América Portuguesa, o cenário foi bastante diferente. Conforme foi demonstrado, cada região assimilou de uma forma e a sua maneira o novo estilo e a tratadística italiana. Na Colônia, mais precisamente na Capitania de Minas Gerais, essa assimilação se deu de forma plena, graças ao espírito inovador dos profissionais que nas Minas chegaram. Conforme Giulio Carlo Argan:

A evolução histórica da arquitetura barroca parece, de agora em diante, clara: nascida em Roma, de um grandioso ideal, ao mesmo tempo político e religioso, quase a exaltar o valor de uma autoridade sobre-humana ou derivada de Deus para a salvação dos homens, vai aos poucos acentuando o seu caráter prático, a sua capacidade de aderir a exigências de “ostentação”, mais que de representação, das grandes ideias e das grandes forças que regulam a vida da sociedade. Por isso, a declinação das formas

barrocas é profundamente distinta em cada país. (ARGAN, 2004, p. 204-205).

Ainda no que tange aos tratados italianos, é importante lembrar que Nireu Cavalcanti (2004) enumera, em sua tese de doutoramento, alguns tratados encontrados nas bibliotecas particulares e nos acervos das ordens religiosas no Rio de Janeiro.

Cavalcanti (2004) aponta as obras do já citado Andrea Pozzo, de Giacomo Barozzi da Vignola (1507-1573), de Sebastiano Serlio (1475-1555 c.) e de Andrea Palladio (1508-1580), para citar algumas, como a bibliografia principal utilizada na arquitetura civil por arquitetos, engenheiros militares, construtores portugueses, artífices tanto da Metrópole, quanto na Colônia. Na crônica de Joaquim José da Silva, conhecido como o segundo Vereador de Mariana, citado por Bazin (1983) podem-se detectar dois dos tratadistas importantes e mais citados do período:

A matriz de Ouro Preto, arrematada por João Francisco de Oliveira pelos annos de 1720, passa por um dos edificios mais bellos regulares e antigos da comarca. Este templo, talvez desenhado pelo sargento–mor engenheiro Pedro Gomes, foi construído e adornato (*sic*) interiormente por Antônio Francisco Pombal com grandes columnas de ordem corinthia, que se elevão sobre nobres pedestães a receber a cimalha real com seus capitéis e resaltos ao gênio de **Scamozzi**. Com maior grandeza e soperba architectônica traçou Manuel Francisco Lisboa, irmão d’aquelle Pombal, de 1727 por diante, a igreja matriz da Conceição da mesma Villa com 12 ou 13 altares, e arcos magestosos debaixo dos preceitos de **Vinholla**. (SILVA *apud* BAZIN, 1983, p. 380) (Grifos nossos).

Nas oficinas na América Portuguesa e principalmente na Capitania de Minas Gerais foram onde a tratadística ligada ao barroco italiano fora absorvida e praticada e encontrou campo fértil ao seu desenvolvimento. A partir de Vila Rica¹⁵, estes tratados começam a ser aplicados por profissionais oriundos dos mais variados grupos, etnias e posição social que, num processo de assimilação de uma nova forma de vida, agora, na Colônia, empreendem inovações no modelo até então vigente, possibilitando a partir desta ação a consolidação das mudanças transformadoras da estética e das técnicas construtivas até então pertencentes ao mundo português. Transformações estas que possibilitaram uma interpretação com características inovadoras e particularidades locais, a partir, sobretudo, da variedade

¹⁵ Atual cidade de Ouro Preto – MG.

dos materiais disponíveis na região que eram empregados nas construções em território mineiro.

A relativa proximidade da capitania de Minas Gerais com o Rio de Janeiro facilitou a circulação das informações com mais eficácia e dinamismo. Pedrosa (2012), através de uma análise comparativa entre as talhas dos retábulos-mores das igrejas do Bom Sucesso, em Vila Nova da Rainha de Caeté, e Pilar, em São João Del Rei, em que encontrou semelhanças entre as obras do arquiteto Andrea Pozzo e do entalhador e também arquiteto José Coelho de Noronha (1704-1765) (DANGELO, 2013), principalmente no que diz respeito à utilização das colunas salomônicas. Além das semelhanças entre os trabalhos, Pedrosa (2012) ressalta a presença, no inventário de Coelho de Noronha¹⁶, de livros deixados pelo entalhador e que podem ser divididos entre “aqueles utilizados para o uso profissional, no campo das artes e da arquitetura, e os de religião.” (PEDROSA, 2012, p. 76). Dentre os livros encontrados, existiam dois volumes de arquitetura que o autor acredita ser de Pozzo por ter sido um tratado de ampla divulgação na época em que o entalhador atuou.

Sabe-se que esses tratados já circulavam na América Portuguesa. Dois deles localizados pela pesquisadora Márcia Bonnet (2006), no inventário do entalhador Valentim da Fonseca e Silva¹⁷, habitante do Rio de Janeiro. Nas Minas Gerais, tem-se conhecimento que o pintor Manuel da Costa Ataíde também teve contato com os escritos de Andrea Pozzo. Assim, é provável que Coelho de Noronha também tenha bebido na mesma fonte, já que essa tratadística circulava na Colônia no período em questão.

Diante dessas constatações, pode-se dizer que a afirmação de Pedrosa (2012) dialoga com os vários estudos que defendem que havia significativa circulação dos tratados de origem europeia na Capitania. Esta afirmativa pode ser encontrada nas obras de Jonh Bury e Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (1991), de Myriam

¹⁶ ARQUIVO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO II DO IPHAN – SÃO JOÃO DEL-REI. Inventário, 1755 – Noronha, José Coelho de. Inventariante: Leitão, Sebastião Ferreira. Caixa 345.

¹⁷ Estavam arrolados no inventário de Valentim da Fonseca e Silva, conhecido como Mestre Valentim dois tratados: “A Perspectiva de Pozzo” e “O livro de arquitetura de Vignola”. Para mais detalhes ver: BONNET, Márcia. Tratados nos trópicos: Vignola e Pozzo como fontes de referencia na obra de talha de Valentim da Fonseca e Silva, In: IV CONGRESSO INTERNACIONA DO BARROCO IBERO-AMERICANO, 4, 2006, *Atas...* p. 518-527.

Andrade Ribeiro de Oliveira (2003), de Affonso Ávila (2004) e de André Dangelo (2006), para citar algumas. Ela legitima a ideia da circulação de informações, além de evidenciar que as oficinas da Capitania de Minas Gerais, diferentemente das oficinas de Portugal, estavam abertas à tratadística referente ao barroco internacional circulante na Europa e que, a partir dessa aceitação, pôde renovar o gosto tanto no campo das artes, quanto no campo da arquitetura.

É importante lembrar que Coelho de Noronha é apontado por Bazin (1983) como renovador do gosto artístico na capitania de Minas Gerais e a análise da atuação de Coelho de Noronha nas oficinas de Minas Gerais nos dá suporte para confirmar a afirmação do autor. No trabalho de Coelho de Noronha executado na talha do retábulo da capela-mor inserida na igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso nota-se a introdução de uma nova linguagem ornamental. Esta consistiu em conjugar a talha dourada esculpida no retábulo-mor composta por elementos fitomórficos - tais como flores, folhas de acanto, rosáceas - aos espaços em branco de um edifício de escala monumental. Esses elementos iluminados pela luz que adentra o recinto através dos grandes vãos das janelas resultam no que se pode chamar de um prenúncio do estilo rococó nas Minas Gerais. Este estilo foi percebido primeiramente nas artes ornamentais e, posteriormente, assimilado nas construções, por exemplo, de forma plena na igreja do Carmo em Vila Rica.

Diante dessas percepções, ressalta-se que Coelho de Noronha foi um profissional aberto tanto aos tratados de vertente italiana, quanto ao de vertente francesa, esta última notada em sua talha que possui elementos característicos do rococó. Dessa forma, o entalhador e arquiteto pode ser colocado no patamar de Francisco de Lima Cerqueira, Antônio Pereira de Souza Calheiros e Manuel Francisco de Araújo, homens que, com seus espíritos renovadores, encontraram campo aberto e profícuo nas Minas Gerais e empreenderam, assim, a renovação, tanto no campo artístico, quanto construtivo, não efetuada, entretanto, de forma plena em Portugal.

3 A CULTURA DAS OFICINAS DE CONSTRUÇÕES RELIGIOSAS NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS: os profissionais da primeira metade do século XVIII

Para abordar os profissionais que assumiram a empresa arquitetônica na segunda metade do século XVIII, é importante fazer referência aos que vieram antes deles. Os homens que chegaram à Capitania de Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, e que, ao fixar as suas residências, iniciaram seus trabalhos ligados à construção.

Muito pouco, ou quase nada se sabe acerca desses profissionais, mas se forem reunidas as pistas dadas pela pesquisadora Judith Martins (1974), assim como a análise de documentos alusivos aos registros dos profissionais, quando eles chegaram a Minas Gerais, que se encontram nas Câmaras Municipais e também em inventários e testamentos deixados por alguns deles, pode-se montar o mosaico dos trabalhadores que chegaram ao território mineiro e que contribuíram para 'o fazer' arquitetônico praticado na primeira etapa do século XVIII.

Até o momento, existem mais questões a serem levantadas do que respostas prontas. As dúvidas fazem com que seja necessário debruçar ainda mais sobre este viés de pesquisa. Quem foram esses homens? Quais funções ocuparam na empresa arquitetônica? Como se organizavam? De quais regiões vieram? É interessante ressaltar que, ao tentar responder essas questões, boa parte das dúvidas relativas à arquitetura em Minas Gerais será também elucidada, pois ao se ter conhecimento de sua origem, esta poderá ser associada ao seu modo de construir, aos seus traços estilísticos, caso eles tenham executado alguma obra no Reino, aos praticados na Capitania de Minas Gerais, podendo, assim, descobrir possíveis autores de obras que ainda estejam por ser estudadas.

Ao se pesquisar este período, precisa-se tomar como ponto de partida alguns fatores sociais, por exemplo, como se encontrava a configuração social tanto da região onde esses portugueses partiram, quanto da região das Minas Gerais que eles se encontraram. Levando-se em consideração os pontos apontados, algumas

dúvidas sobre o perfil do português que aqui chegou, assumindo, posteriormente, algum ofício ligado ao ramo da construção, poderão ser elucidadas.

Diante da necessidade de se entender o contexto no qual estes homens estavam inseridos, é importante lembrar que, após serem descobertas as minas de ouro, o território mineiro fora ocupado com uma perceptível rapidez. Sobre a população que chegou até as Minas, Antonil diz:

Cada ano vem nas frotas quantidade de Portugueses, e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos, e pretos, e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos: nobres e plebeus, seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não tem no Brasil convento nem casa. (ANTONIL, 1976, p. 72).

Dos grupos de pessoas citados no fragmento acima, ressalta-se a presença do português, pois diante de pesquisas como a de Jaelson Bitran Trindade (2002) e diante também das fontes analisadas, tem-se a informação que as pessoas responsáveis pelas construções das igrejas, ao longo do século XVIII, eram artífices de origem portuguesa reinol. De acordo com Trindade, “os artífices ‘de cor’ – mulatos em sua maioria e livres – começaram a interferir nos trabalhos artísticos, sobretudo a partir de meados da década de 1780, e preferencialmente em igrejas de pardos e de negros.” (TRINDADE, 2002, p. 36).

Como exemplo, pode-se citar a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Ouro Preto (FIG. 6), onde o risco, as empreitadas de pedreiro, o canteiro e o carpinteiro percorreram o final da década 1750 a 1770, tendo à frente das obras os portugueses do reino. O projeto da igreja foi atribuído a Antônio Pereira de Sousa Calheiros, bacharel em cânones e que dizia ser de Braga, cidade no Norte português. A análise do partido arquitetônico da igreja do Rosário dos Pretos dá suporte para dizer que Calheiros foi um dos responsáveis por renovar o gosto da arquitetura setecentista mineira, inserindo a planta elíptica, característica do barroco italiano, difundida por Gian Lorenzo Bernini (1598-1680) e Francesco Borromini (1599-1667).

Somente na década de 1780 as obras de pintura e de entalhe foram assumidas por pardos, por exemplo, pelo pintor Manuel Ribeiro Rosa (1758-1808)¹⁸ que assumiu naquela data as obras de pintura da referida construção.

Figura 6 – Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos - Ouro Preto/MG



Fonte: HENRIQUE, Elias, 2012.

Ao tratar da procedência desses portugueses, não se pode deixar de citar estudos recentes que apontam as regiões das quais eles saíram. Sobre os locais de origem desses profissionais, Carrato (1968) diz que a maior parte pertencia ao Arcebispado de Braga, região do Minho e Trás-os-Montes, alguns do Bispado do Porto, de

¹⁸ Manoel Ribeiro Rosa foi o pintor principal das igrejas de São José e do Rosário, em Ouro Preto. Executou trabalhos também na Matriz do Pilar e na igreja das Mercês e Perdões e na igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto.

Coimbra e de Lamego (Douro e Beiras) e, mais raramente, dos Bispados de Angra (Açores) e de Évora (Alentejo).

Estudos como o de Donald Ramos (2008) evidenciam que os padrões de vida familiares reproduzidos na América Portuguesa eram semelhantes aos praticados nos locais de origem dos portugueses, em sua maioria, da região Norte de Portugal.

Ainda com relação à imigração, Eduardo Pires de Oliveira (2001) traz importantes informações sobre esses homens que atravessaram o oceano para se fixar na Capitania de Minas Gerais. Este autor publicou um documento que narra as penas aplicadas pelo Rei aos habitantes da região de Entre Douro e Minho que rumavam ao Novo Mundo sem que tivessem recebido autorização para fazê-lo. O documento, intitulado *Translado de lei de Sua Majestade sobre os passageiros dos Brasis*, é uma importante fonte para se compreender um pouco mais acerca das relações entre os habitantes do Norte de Portugal e os habitantes das Minas.

Nas províncias Entre Douro e Minho, mais precisamente no período em que houve uma melhora econômica ocasionada pelo plantio do milho, os visitantes ordenaram inúmeras modificações e melhorias nas igrejas, no que tange à arquitetura, à retabulística, às pinturas, às esculturas, às alfaias¹⁹, à ourivesaria, fazendo com que os artistas ligados a essas atividades se especializassem cada vez mais, com a ocorrência também no aumento no número de oficinas de artistas ligados à arte sacra.

Diante desse quadro, pode-se dizer que quando o milho começou a escassear, esses profissionais precisaram migrar para outras regiões e até mesmo ganhar outras partes do mundo, como a América Portuguesa, e quando chegavam aos lugares, muitos deles se dedicavam aos ofícios que aprenderam em sua terra natal.

Já Brettel e Metcalf (2003) defendem um ponto de vista que difere do de Ramos (1993) e do de Oliveira (2001), principalmente no que diz respeito aos habitantes do

¹⁹ Alfaias: "Peças de uso em missa e outros rituais do culto religioso, confeccionadas em metal e outros materiais. (...)" (ÁVILA, 1996, p. 125).

Minho. Para as autoras, os minhotos possuíam uma relação forte com a sua região de origem, mas isso não significou uma transferência para as Minas da sua forma de viver, ao contrário, eles adequaram-se às necessidades que lhes eram apresentadas, pois a adaptação era a primeira forma de sobreviverem na nova terra que os acolhia. Mas, antes de afirmar quais eram suas práticas, é necessário ter informações acerca das raízes deles e sobre quais ofícios executavam em sua terra natal. Essas informações, em boa parte, perdidas ou truncadas, se tornam relevantes para dizer com o que trabalharam e se transplantaram ou não esses modos para a Colônia.

Diante desse quadro, alguns casos de profissionais que saíram de Portugal foram analisados, para, com isso, saber quais ofícios exerciam, assim como quais ofícios praticaram nas Minas Gerais ao fixar suas residências. O primeiro profissional analisado é o pedreiro Antônio Pereira, natural de Vilar, freguesia de Cedofeita, que registrou a sua carta de exame de ofício ao sair de sua terra. Ao chegar às Minas, Pereira trabalhou também como pedreiro, em Mariana. Conforme Martins (1974), o registro feito em Portugal foi no ano de 1729, o que facilitou a comprovação de que alguns trabalhadores assumiam na Capitania de Minas Gerais o mesmo tipo de ofício iniciado em sua terra natal.

O registro da carta de exame de ofícios foi uma prática necessária que viabilizava a atuação do profissional onde ele fosse se fixar. É também importante documento para se entender este universo da construção setecentista. Fato importante é que o profissional que possuía a carta de ofício e necessitasse interromper a sua atuação profissional deveria solicitar a licença da profissão, como fez Manuel João da Mota. O ferreiro solicitou a licença do ofício por estar doente e precisou fixar-se em outra região. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1741).

Há alguns casos, como o de Manoel Rodrigues de Almeida, solteiro, natural da freguesia de Santa Maria de Terroso, que assumiu o ofício de carapina²⁰ no ano de 1738, em Raposos. Manoel Álvares, habitante de Ouro Preto, casado, em fevereiro de 1731, assumiu a profissão de torneiro. Estava nessa data com a idade de

²⁰ Conforme Ávila (1996, p.31) carapina é sinônimo de carpinteiro, ou oficial de carpintaria.

“cinquenta anos pouco mais ou menos”. (MARTINS, 1974, p.29). Antônio Gomes de Araújo, morador de Nova Lima, casado, que no ano de 1738, executava as atividades de carpinteiro, natural da freguesia de Santa Eulália, os três pertencentes ao Arcebispado de Braga, Norte de Portugal. Infelizmente, não existem informações sobre quais ofícios praticavam na Metrópole. Necessita-se, portanto, de um estudo mais aprofundado sobre esses elementos que formaram o quebra cabeça das oficinas setecentistas.

Importante ressaltar que o historiador Hilton César de Oliveira (2010) chama a atenção para a presença minhota em Minas Gerais no período de 1726 a 1800. Os documentos analisados, principalmente os Livros de Termos de Batismo “revelam traços marcantes da presença minhota na Comarca do Rio das Velhas” (OLIVEIRA, 2007, p. 70), sobretudo, em Vila Real do Sabará²¹ e em Vila Nova da Rainha de Caeté²². Conforme o autor, nesta última vila, assentaram-se 6013 termos de batismos, onde foi detectada a prevalência de minhotos na região. Não é revelado o número exato de minhotos na vila, mas se pode depreender que alguns deles, ao chegar ao local, deveram ter se dedicado a ofícios ligados à construção, religiosa ou civil, por ser o período um campo fértil de trabalho recebedor de mão de obra especializada e de aprendizes.

Sobre a formação do trabalhador da construção religiosa, pode-se dizer que se dava quase que exclusivamente nos canteiros de obras, nas construções tidas como oficinas. É importante perceber que as modificações que eram impostas, querem pelas necessidades, quer pelos novos materiais, quer até mesmo pela modificação do gosto vigente, foram absorvidas, assimiladas e praticadas nessa primeira fase. As normas tradicionais da Metrópole, que deveriam situar os mestres, oficiais e aprendizes, mesmo após passarem por adaptações na América Portuguesa, possuíam fundamentos técnicos considerados de suma importância para o resultado final da obra. (REVISTA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1940, p. 85).

²¹ Atual cidade de Sabará – MG.

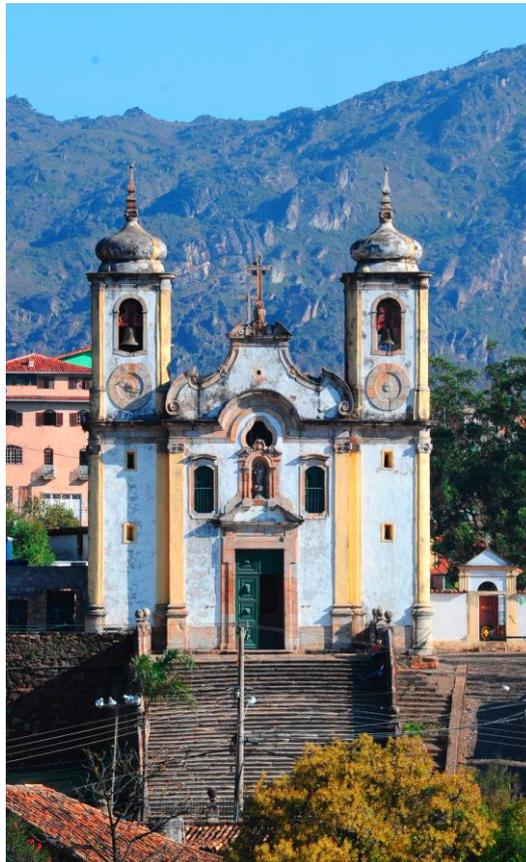
²² Atual cidade de Caeté – MG.

Conforme já ressaltado, Judith Martins (1974) realizou um considerável levantamento sobre esses homens que lidaram com o mundo da construção e que tiveram a sua profissão forjada nos canteiros de obras. As relevantes informações foram extraídas pela autora do *Censo Geral dos Ofícios de Vila Rica de 1746/47*, dos *Livros de Devassa*, dos *Acórdãos das Câmaras* de Vila Rica, atual Ouro Preto, e da Vila do Carmo, atual cidade de Mariana. Fontes importantes e reveladoras sobre o universo da construção que possui inúmeras lacunas a preencher.

Como o censo realizou-se na década de 1740, muitos profissionais que antecederam a essa data ficaram sem o devido registro, mas nomes como os dos carpinteiros Pedro de Abreu e Matias Abreu, provavelmente pertencentes à mesma família, figuram no dicionário por seus nomes terem sido extraídos do Registro de Acórdãos e Termos de Câmara da Vila do Carmo (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO citado por MARTINS, 1974), onde há registros anteriores ao ano de 1740 e que oferecem informações alusivas às atividades praticadas por esses profissionais da construção. Pedro arrematou em julho de 1725 os consertos da cadeia de Mariana, já Matias foi eleito em abril de 1725 como escrivão do ofício de carpinteiro e quatro anos depois se elevou de posto, ao ser eleito em quatro de maio de 1729 como juiz do ofício de carapina. Interessante observar que a ascensão profissional no universo da construção era algo possível.

Esta ascensão profissional também pode ser percebida no caso do pedreiro Antônio Coelho da Fonseca, que arrematou no ano de 1721 os reparos nas calçadas de Vila Rica e permaneceu nesta obra até 1723. Dez anos mais tarde, estava envolvido com as obras da igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz (FIG. 7) e em 1734 estava recebendo pagamento pela arrematação da igreja de Nossa Senhora da Assunção de Mariana, - conhecida como Catedral da Sé da cidade de Mariana -, (FIG. 8) “para onde foi contratado para realizar os trabalhos da fachada e das torres” (BAZIN, 1983 p. 68).

Figura 7 - Igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz – Ouro Preto/MG



Fonte: HENRIQUE, Elias, 2012.

Diante dos dados analisados, constatou-se que, no universo arquitetônico, o profissional não permanecia somente em um local, devido às redes de contatos que iam sendo criadas. Estas redes profissionais eram consideradas importantes, pois era a partir delas que o profissional tinha a oportunidade de se fixar no território mineiro e se estabelecer profissionalmente, abrindo, assim, caminho para que pudesse adquirir o ferramental necessário para o trabalho, bem como escravos e demais equipamentos para abrir a sua fábrica.

Figura 8 - Catedral da Sé - Mariana



Fonte: Foto da autora, 2012.

O pedreiro Antônio Fernandes de Barros é um exemplo de profissional que tinha a consciência de que, sem fábrica, ele dificilmente teria oportunidades de trabalho. Diante disso, Barros precisou adquirir os equipamentos necessários na tentativa de se firmar no ramo da construção, solidificar o trabalho no território mineiro e consolidar uma fábrica. O pedreiro adquiriu de outro colega de profissão escravos calceteiros²³ e serventes, além de alguns equipamentos e ferramentas (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1751). Essa aquisição possibilitou que ele fosse aceito entre os arrematantes de Vila Rica para os serviços de conservação e conserto de calçadas, pontes e quartéis.

²³ Calceteiros: “Escravos que faziam o calcetamento, ou seja, o calçamento ou revestimento feito com pedras justapostas.” (ÁVILA, 1996, p. 29).

Até conseguirem se firmar no ramo da construção, os portugueses trabalhavam lado a lado com os escravos até obter o prestígio almejado para arrematar obras, estar à frente de uma oficina ou serem detentores de fábrica como já salientado (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1733).

O trabalhador qualificado, ao finalizar uma obra, percorria o território da Capitania assumindo obras nos diversos locais onde o trabalho se apresentava. Diante dessas informações, percebe-se que os que se dedicavam aos ofícios que lhes eram confiados se aprimoravam cada vez mais, galgando novos postos no meio profissional.

Outra informação relevante que o censo realizado em Vila Rica e seu termo trazem acerca dos profissionais do Setecentos é que alguns deles são reconhecidos, na primeira metade do XVIII, como carpinteiros, mas, no segundo semestre, eles aparecerão como carapinas. Pode-se dizer que a falta de limites rígidos e atribuições demarcadas entre as várias ocupações exercidas na Colônia, particularmente na capitania de Minas Gerais, é caracterizada pela variação ocupacional dos habitantes. Pode-se dizer que situação semelhante vivia o pedreiro, que desempenhava funções tanto de arquiteto, quanto de entalhador.

Salomão de Vasconcelos (1940) elenca alguns profissionais que atuaram no período de 1721 a 1731 e que vale ressaltar a participação deles, mesmo que eles estivessem relacionados às construções civis. Como exemplo, há Antônio de Oliveira, arrematante da ponte de Antônio Dias, José Duarte; e Domingos Soares, responsáveis por arrematar a Casa de Câmara e Cadeia; Antônio Gomes e Bernardo Duarte, arrematantes da calçada da Casa da Câmara; Manuel Rodrigues Velho, responsável pela fatura da ponte de Antônio Dias. Profissionais que ainda requerem um mais detido estudo acerca de sua atuação nas Minas Gerais.

Além de abordar os profissionais que ainda reclamam por um estudo mais meticuloso sobre a sua atuação no universo das construções arquitetônicas, podem ser ressaltados também aqueles que de alguma maneira se destacaram em alguma função ligada à construção. Por exemplo, o carpinteiro, mestre de obras reais e

perito Manoel Francisco Lisboa, o seu irmão carpinteiro Antônio Francisco Pombal, o arquiteto (amador) Antônio Pereira de Sousa Calheiros e o engenheiro militar Pedro Gomes Chaves. Cada um contribuiu à sua maneira para a monumentalidade arquitetônica, principalmente no que tange à arquitetura religiosa praticada na Colônia e que pode ser apreciada até os dias de hoje. É importante discorrer um pouco acerca desses pioneiros que se tornaram expoentes nesse empreendimento, assim como sobre suas realizações no território das Minas.

Um dos pioneiros analisado é Manoel Francisco Lisboa, que pode ser considerado “um agente da prática construtiva e arquitetônica” (DANGELO, 2006, p. 295) por estar inserido no mundo da fábrica. Manoel Francisco Lisboa foi um profissional emblemático que deixou registros relevantes na Capitania de Minas Gerais, tanto na primeira, quanto na segunda metade do século XVIII. São incontáveis as fontes a seu respeito e que evidenciam a sua intensa participação no desenvolvimento das construções tanto civis, quanto religiosas na Capitania de Minas Gerais. As suas ações como profissional do campo arquitetônico podem ser notadas como arquiteto, como mestre das obras reais, perito e ainda como avaliador de serviços que eram realizados por artistas e artífices do período.

Judith Martins discorre acerca do arquiteto em dois de seus relevantes trabalhos: um, no ano de 1940, e outro, com alguns importantes acréscimos sobre as atividades do profissional, no ano de 1961. Nos dois estudos ela diz que Manoel Francisco Lisboa chegou às Minas no ano de 1724, data tida como referência também por Salomão de Vasconcelos (1940). Posteriormente, Russell-Wood (1968) apontou o ano de 1720 para a chegada de Manoel Francisco Lisboa.

O autor levanta esta hipótese baseado no registro de lançamentos relativo aos quintos reais de Vila Rica e seu termo para o ano de 1720-1722, no qual consta o nome de Manoel Francisco Lisboa, morador de Vila Rica e possuidor de quatro escravos. Ainda conforme Russel-Wood (1968), no registro consta que nesse período Manoel Francisco Lisboa “não possuía uma loja e que provavelmente trabalhava como carpinteiro para particulares.” (RUSSELL-WOOD, 1968, p. 21).

No ano de 1724, Lisboa foi aceito pelo Senado da Câmara como fiador de dois lojistas moradores de Cachoeira do Campo, Antônio Gonçalves e Manuel Velho Machado que deviam os quintos régios e multas. Em março do mesmo ano, Lisboa conseguiu licença para a abertura de sua loja, dando por fiador aos quintos Tomás Francisco Gomes. Dessa forma, foi gradativamente ocupando posição de destaque no campo profissional, exercendo a função de Juiz de Ofício dos carpinteiros, com início no ano de 1729 e término em 1758, tendo que pedir dispensa ao Senado da Câmara por já ter ocupado o cargo por sucessivos anos. Em 18 de março de 1758, Lisboa tem a sua dispensa concedida e foi substituído por Custódio Álvares de Araújo.

É importante observar que, no mesmo ano que tirou a sua licença para exercer o ofício de carpinteiro, Lisboa já aparece como mestre e juiz do ofício dessa profissão, ao ser convocado para avaliar as obras da Casa dos Contos. Conforme Martins:

Aos quatro dias do mês de setembro de mil setecentos e vinte quatro anos nesta Vila Rica, na Casa dos Contos e fazenda dela na presença do Excelentíssimo Senhor Doutor Lourenço de Almeida governador e capitão general destas Minas sendo chamados por ordem sua o Mestre das casas de fundição, e Moeda, do ofício de pedreiro, Antônio da Sylva e os mestres Manoel Francisco Lisboa, e Christovão Frz. Juiz e escrivão do ofício de carpinteiro desta Vila Rica (...) e encarregou vissem estas ditas casas, e debaixo do seu juramento declarassem o seu valor (...) declararam uniformemente todos debaixo do dito juramento que a obra que estava feita nas ditas casas valia e poderia custar oito mil cruzados e cinquenta mil réis e a que estava principiando a fazer nas mesmas casas para mais desafogo delas (...) entendiam eles importaria em setecentos e cinquenta mil reis.(MARTINS, 1940, p. 121-153).

Diante dessas informações, pode-se perceber como era elevada a capacidade técnica de Lisboa, pois somente com preparo, destreza e aprimoramento um profissional conseguiria assumir os altos postos dos ofícios naquela sociedade que tinha como elemento fundamental a competição.

Não há dúvida que a atuação de Manoel Francisco Lisboa foi notória, principalmente em Vila Rica. Como arquiteto, a atuação dele foi relatada pelo segundo vereador do Senado da Câmara de Mariana, Joaquim José da Silva, segundo o qual o risco da igreja de Nossa Senhora da Conceição foi feito por Lisboa. O vereador dá detalhes

sobre o trabalho realizado por Lisboa na pequena, mas preciosa passagem presente em seu *Relato dos Fatos Notáveis* recuperado por Rodrigo José Ferreira Bretas, citado por Bazin:

Com a maior grandeza e soberba arquitetura traçou Manuel Francisco Lisboa, irmão daquele Pombal, de 1727 por diante, a igreja matriz da Conceição da mesma vila com 12 ou 13 altares, e arcos majestosos **debaixo dos preceitos de Vignola**. (BRETAS *apud* SILVA, 1983, p. 381–382). (Grifo nosso).

Chama a atenção para a menção feita, pelo vereador, ao tratadista Giacomo da Vignola, arquiteto renascentista italiano que, em seu tratado de arquitetura, estabeleceu regras clássicas de proporção, sendo seguido por vários arquitetos europeus. Pelo fato de Manoel Francisco Lisboa ser de Portugal, possivelmente teve contato com estudos realizados por tratadistas europeus. É possível também que tenha trazido consigo não somente os ensinamentos apreendidos nos livros, mas também os próprios livros dos quais iria retirar substrato para aplicar nas construções arrematadas por ele. Tais especulações são admissíveis se levar em consideração a circulação de livros percebida na América Portuguesa e, sobretudo, nas Minas Gerais.

No que diz respeito aos trabalhos atribuídos a Manoel Francisco Lisboa, ressalta-se o risco da igreja de Nossa Senhora da Conceição. Além desse, há o risco da igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso. Com relação à comprovação documental, existe o risco da igreja de Nossa Senhora do Carmo. De acordo com Lopes (1942), adotou-se para a igreja do Carmo o projeto que havia sido feito por Manoel Francisco Lisboa²⁴, o mestre construtor do Palácio dos Governadores. As construções citadas pertencem à segunda metade do século XVIII e os seus canteiros de obras serão analisados mais à frente deste trabalho.

Embora não tenha trabalhado na construção de igrejas, este profissional foi convocado várias vezes no período entre 1736 a 1755 a fim de emitir seus

²⁴ Este projeto passou por modificações feitas por Antônio Francisco Lisboa, filho de Manuel Francisco Lisboa.

pareceres de ordem técnica sobre diversas obras importantes que eram ali arrematadas por outros profissionais.

Nos 47 anos que viveu em Minas Gerais, o arquiteto procurou envolver-se em várias atividades, estando afinado com as transformações ocorridas no universo arquitetônico. Lisboa assistiu, inclusive, às mudanças de tecnologias empregadas na construção, como a mudança de pau a pique²⁵ para pedra e cal realizada no Palácio dos Governadores (FIG. 9), em Vila Rica. O palácio foi construído por iniciativa de Gomes Freire de Andrada, sob o risco de José Fernandes Pinto Alpoim, sendo arrematado por Manoel Francisco Lisboa, em junho de 1741.

Figura 9 - Palácio dos Governadores – Ouro Preto/MG



Fonte: HENRIQUE, Elias, 2012.

A partir das informações extraídas do Livro *de Receita e Despesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos* do arraial do Padre Faria, percebe-se que este profissional trabalhou ativamente entre os anos de 1743 e 1744, na igreja de

²⁵ Pau a pique: “Tipo de vedação obtido pelo revestimento de grades de varas de madeira por argamassa de barro. Resulta em paredes leves, com cerca de 15 cm. de espessura. O mesmo que taipa de sebe.” (ÁVILA, 1996, p. 71).

Santa Efigênia do Alto da Cruz, onde executou, juntamente com Antônio da Silva, as obras da capela, sendo também louvado²⁶ e mestre de obras na mesma construção. O referido Antônio da Silva era o mestre pedreiro Antônio da Silva Herdeiro (?-1801), com o qual voltará a trabalhar na oficina estabelecida para a construção da igreja Nossa Senhora do Rosário, em Vila do Carmo, como louvados de José Pereira dos Santos²⁷. Estiveram juntos novamente em Vila Nova da Rainha de Caeté, para a construção da igreja do Bom Sucesso.

É Interessante notar a teia profissional que era formada. Alguns trabalhadores permaneciam juntos em empreitadas consecutivas, criando verdadeiras parcerias e sociedades, muitas vezes, por se identificarem com a forma e as técnicas de trabalho e o repertório praticados pelos parceiros no canteiro de obras.

Outro profissional, parceiro de Manoel Francisco Lisboa, foi Francisco Gomes de Barros. Juntos, no ano de 1747, foram responsáveis por dirimir um litígio entre as irmandades das Almas e do Santíssimo Sacramento, no que dizia respeito à harmonização da talha dos altares do espaço sagrado. O laudo final emitido pelos arquitetos constituiu, nas palavras de Martins, “(...) numa lição erudita sobre a matéria controvertida, revelando de parte dos louvados conhecimento e intenções plásticas que os colocam em nível muito superior aos de mestres de obras comuns”. (MARTINS, 1961, p. 129).

Esta questão reafirma a competência e comprova a propriedade profissional de Manoel Francisco Lisboa, características que o capacitava para dar o aval às obras para as quais era contratado.

Outro litígio que ficou a cargo de Manoel Francisco Lisboa foi o da obra do Palácio do Bispo, em Vila do Carmo. O edifício foi reformado e adaptado nos anos de 1748 a 1751 para ser a residência de Dom Frei Manuel da Cruz, o primeiro bispo daquela

²⁶ Louvado: “Pessoa designada, por autoridades ou partes contratantes, para examinar e avaliar o exato cumprimento das condições estipuladas para uma obra de construção ou trabalho similar e a respectiva execução. No período colonial mineiro, os louvados eram sempre escolhidos entre mestres ou oficiais especializados no ramo relativo à obra em exame.” (ÁVILA, 1996, p.60).

²⁷ Por volta de 1735, chegou José Pereira dos Santos, procedente da região do Porto, que deveria assumir o papel de principal concorrente de Manuel Francisco Lisboa nas arrematações públicas. (OLIVEIRA, 2008, p. 134).

vila. O desentendimento sobre o palácio ocorreu entre o bispo e o reverendo Francisco Ribeiro da Silva. Lisboa, considerado o mestre das obras reais e avaliador da fazenda real, foi chamado novamente para dirimir o conflito, dessa vez juntamente com o carpinteiro Agostinho de Sá, que além de avaliarem quanto valeria o edifício determinaram também como seria a reforma para garantir a firmeza e segurança da construção.

Manoel Francisco Lisboa esteve à frente de outras obras, como pontes chafarizes e de inúmeras igrejas. E pôde, com sua argúcia e competência, contribuir sobremaneira para o desenvolvimento arquitetônico na capitania de Minas Gerais.

Um profissional com que Manoel Francisco Lisboa trabalhou foi o seu irmão, o carpinteiro Antônio Francisco Pombal, que também pode ser tratado como agente da prática construtiva e arquitetônica. Pombal encontrava-se em Minas Gerais, assim como o seu irmão, no início de 1720. Já em 1721 foi responsável pela arrematação do campanário e do sino da cadeia em Vila Rica. As obras foram executadas por ele no ano de 1729. No ano de 1736, o carpinteiro aparece à frente de outra obra, dessa vez, da igreja de Nossa Senhora do Pilar (FIG. 10) “arrematando por 12.000 o forro da igreja, cimalha e pés direito, a ser executado segundo o risco escolhido e aprovado.” (MARTINS, 1974, p. 140). Para a louvação²⁸ da obra, foram nomeados o marceneiro Antônio Ramos e os carpinteiros Henrique Ribeiro, João Dias Teixeira, João Carvalho e Manoel Francisco Lisboa. Este último fora apontado, pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, como suspeito, provavelmente pelo grau de parentesco. O Vereador de Mariana citado por Bazin (1983) ressalta a presença de Pombal na Capitania de Minas Gerais:

A matriz de Ouro Preto, arrematada por João Francisco de Oliveira pelos anos de 1720, passa por um dos edifícios mais bellos regulares e antigos da comarca. **Este templo, talvez desenhado pelo sargento-mor engenheiro Pedro Gomes, foi construído e adornado [sic] interiormente por Antonio Francisco Pombal** com grandes columnas de ordem corinthia, que se elevão sobre nobres pedestães a receber a cimalha real com seus capiteis e resaltos ao genio de Scamozzi. (SILVA *apud* BAZIN, 1983, v.1, p.381) (Grifos nossos).

²⁸ De acordo com Ávila (1996, p. 60) louvação era o parecer ou laudo expedido, pelo louvado designado para avaliação de determinada obra.

Figura 10 - Igreja de Nossa Senhora do Pilar – Ouro Preto/MG



Fonte: Foto da autora, 2012.

Na citação, percebe-se a relevância do trabalho realizado por Pombal no interior da Matriz do Pilar, onde é ressaltada a comparação que é feita entre os seus traços e os de Vincenzo Scamozzi (1548-1616). Novamente, nota-se a menção a um tratadista de renome e isso só corrobora a tese sobre a circulação das informações na Capitania de Minas Gerais. É cada vez mais evidente que houve um contato dos profissionais com a tratadística erudita circulante no território das Minas no período setecentista. Diante dessas evidências, pode-se reafirmar a circularidade cultural praticada na América portuguesa. Ressalta-se que as capitanias, neste caso precisamente Minas Gerais, dialogavam com outras partes, não somente da América portuguesa, mas, sobretudo, de outros continentes e de forma mais efusiva com o continente europeu.

Diante dessas constatações, confirma-se que a Capitania de Minas Gerais foi um local de trocas culturais, não sendo fechada às novidades e tampouco às transformações ocorridas na Europa, como afirmou o Movimento Modernista.²⁹

Os idealizadores deste movimento procuravam defender uma Minas Gerais fechada ao diálogo. Difundindo o mito criado em torno de Antônio Francisco Lisboa, de que ele teria sido um gênio responsável por criar e executar a maior parte da arte praticada no território mineiro sem ter dialogado com outras culturas.

No que diz respeito às atividades de Pombal na matriz do Pilar, no ano de 1741 ele arremata a capela-mor, após esta receber um novo desenho, executado pelo sargento-mor e engenheiro Pedro Gomes, mas o carpinteiro não consegue concluir os trabalhos que foram iniciados e faliu no ano de 1744, encontrando-se sem fábrica, conforme já foi ressaltado no primeiro capítulo, para levar em frente à construção. Dessa forma, para que não ficassem inconclusos os trabalhos, estes foram assumidos por outro carpinteiro de nome Antônio dos Santos Portugal, já bastante ativo em Vila Rica como juiz do ofício de carpinteiro. Os dados relativos à Pombal cessam no ano de 1745, não sendo localizadas informações alusivas a ele após esta data.

Outro profissional que foi contemporâneo de Manoel Francisco Lisboa e seu irmão Pombal foi Antônio Pereira de Souza Calheiros. Sabe-se pouco sobre a vida deste personagem e a sua permanência na Capitania de Minas Gerais. É necessária uma pesquisa mais detida e direcionada para este português, natural de Braga.

À luz da escassa documentação existente, pode ser extraído que Calheiros era filho de Domingos da Costa, mas ainda falta o nome de sua mãe. Outra informação relevante é que ele se formou Bacharel em Sagrados Cânones, em 20 de maio de 1729 (ACADÊMICO UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1728, citado por DANGELO, 2006), mas, mesmo alcançando este título a sua condição financeira não era muito sólida.

²⁹ Para um melhor entendimento da política cultural criada pelos integrantes do Movimento Modernista com relação ao barroco ver: DIAS, Fernando Correia. A redescoberta do Barroco pelo movimento modernista. **Revista Barroco**. Belo Horizonte, n. 4, p. 7-16, 1972.

Conforme Eduardo Pires de Oliveira (1995), a situação econômica e social que aí desfrutava não era nada condizente com a categoria de bacharel que dizia ter. Quase se pode dizer que era pobre e que não parecia ter soluções para sair da situação em que se encontrava. Após concluir seus estudos, rumou para a América Portuguesa, aclimatando-se primeiramente no Rio de Janeiro. Seguiu viagem, posteriormente, para a Capitania de Minas Gerais.

De acordo com Oliveira (1995), Calheiros chegou ao Rio de Janeiro no início da década de 1730, por volta de 1732 ou 1733. Em 1736 já se encontrava na Capitania de Minas Gerais, mais precisamente, na Vila de São José do Rio das Mortes, atual Tiradentes. O arquiteto chegou desprovido de riquezas à América Portuguesa, mas teve a sorte de fazer um bom casamento, enriquecendo-se. Após o casamento, tanto a maneira de ser, quanto a sua situação econômica, sofreram modificações. Este foi um dos fatores que o fez evitar o contato com pessoas que sabiam de seu passado e da vida modesta que levara em terras lusitanas, Como comprova Marceliano Araújo, que exercia o ofício de imaginário no documento *Treslado de carta e petição* sobre o entalhador bracarense Pedro Monteiro de Sousa, então morador em São José do Rio das Mortes:

E ele [Pedro Monteiro de Sousa] do que se estimou foi de lhes escreverem misérias da sua casa a um António Pereira Pereira (sic) Calheiros, filho de outro Calheiros de Braga, que há cinco para seis anos veio para aqui. Ele o trouxe do Rio de Janeiro, pelo amor de Deus. E hoje, como casou rico, se não trata com o dito Monteiro, por vergonha de saber-lhe como veio para esta terra. (OLIVEIRA, 1995, p. 3).

Ignorando o seu passado, como visto no fragmento acima, Calheiros construirá vida nova na Capitania de Minas Gerais. E o segundo Vereador de Mariana atribui-lhe os riscos de duas importantes igrejas mineiras. A de São Pedro dos Clérigos, em Mariana (FIG. 11) e a do Rosário dos Pretos, em Ouro Preto. Conforme o vereador, estas igrejas foram delineadas por Antônio Pereira de Sousa Calheiros ao gosto da rotunda de Roma (SILVA *apud* BRETAS, 1951, p. 30-31), assim como o retábulo da matriz de Antônio Dias.

Figura 11 - São Pedro dos Clérigos – Mariana/MG



Fonte: Foto da autora, 2012.

Em 23 de junho de 1736, ingressou na Irmandade do Santíssimo Sacramento de São José do Rio das Mortes. A aceitação de Calheiros nesta irmandade pode ser um forte indício de que ele era uma pessoa com um bom poder aquisitivo, já que esta irmandade era composta pelos homens brancos, bons e ricos do local.

Em 1738, ano em que assumira o posto de tesoureiro da irmandade, Calheiros enviou uma petição ao monarca português solicitando uma licença para regressar ao Reino, juntamente com sua esposa, filhas e criada. A justificativa dada pelo suplicante foi que onde se encontrava não havia formas de “seguir as letras que estudou” e que precisava “assistir a cinco irmãs donzelas e a seu pai e mãe já em idade propecta”. (AHU/ANTT, 1733-1807, citado por MENEZES, 1975, p. 121- 303).

Mesmo não tendo sido considerada plausível a justificativa apresentada por Calheiros, ele obteve um despacho favorável ao seu pedido. Talvez pela influência adquirida por seu título e por sua visibilidade na sociedade e após receber a referida anuência dada pelo Rei, Calheiros permanece em Minas Gerais no cargo de Juiz de Órfãos, obtido no ano de 1737, na Vila de São José.

No ano de 1740, assume o posto de escrivão da Câmara e Almotaçaria pelo período de três anos. Em 1741, figura como provedor e, em 1744, recebe a patente de Sargento-mor das Ordenanças de São José, que foi confirmada em 1745. O que mostra a sua vontade em se ascender socialmente. Fica em evidencia na sociedade graças aos seus conhecimentos acadêmicos e também ao bom casamento que conseguiu.

É importante atentar ao fato de que mesmo diante de poucas fontes e informações acerca do arquiteto, o pesquisador Eduardo Pires de Oliveira (1995) levantou inúmeras questões sobre sua vida, procurando demonstrar que ele foi um dos portugueses que mais contribuições deram à arquitetura luso-brasileira, sendo-lhe atribuída a igreja de Santo Ovídio, em Caldelas, Portugal, (TABELIÃO PÚBLICO DE BRAGA, citado por ROCHA, 1995, p, 207-208), além das construções feitas na América Portuguesa, por exemplo, São Pedro dos Clérigos, no Rio de Janeiro (FIG. 12), São Pedro dos Clérigos, da Vila do Carmo, e Nossa Senhora do Rosário, de Vila Rica.

Esses projetos demonstram a inovação do período, que foram as plantas em elipse, oportunizando com estas a inserção de uma nova linguagem arquitetônica na Colônia, conforme abordado anteriormente.

As últimas informações que se tem de Calheiros evidenciam a sua mobilidade no território das Minas. Nos anos de 1748 a 1751, ocupou o cargo de Administrador (também denominado de Caixa) do Contrato das Estradas. O que pode explicar as várias viagens feitas por Calheiros no período em que se encontrava na Capitania de Minas Gerais.

Figura 12 – Igreja São Pedro dos Clérigos – Rio de Janeiro



Fonte: ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Acervo da exposição virtual Estampas.

No ano de 1760, cessam as informações documentais referentes a Calheiros. Neste ano, em 2 de setembro, ele recebeu uma sesmaria na última cabeceira do Ribeirão da Porteira, termo de Vila Real de Sabará, pois, provavelmente, tivesse o intuito de se mudar da Vila de São José para aquele local. Faltam, porém, informação para se afirmar isto. Faltam também dados acerca de seu falecimento, assim como os bens que, como se viu, não eram poucos, deixados aos seus dependentes.

O último profissional a ser analisado, que atuou nesta primeira metade do século XVIII é Pedro Gomes Chaves, sargento-mor e engenheiro militar. Gomes Chaves figura como “o primeiro projetista qualificado atuando nas Minas Gerais” (DANGELO, 2006, p. 296). Da mesma forma como ocorreu com Calheiros, escassas são as informações alusivas a Gomes Chaves. O que se sabe é que em 1709 ele foi

promovido ao posto da Carreira Militar e que, conforme Souza Viterbo, “o Conselho Ultramarino, em consulta de 11 de junho de 1709, propunha-o em primeiro lugar para engenheiro da Praça da Bahia.” (1988, p. 67) Esta informação sobre o local que ele se encontrava em princípios do XVIII é confirmada, posteriormente, por Beatriz Bueno (2001) que o cita em sua tese como Lente da Aula Militar da Bahia, no ano de 1709.

Pedro Gomes Chaves foi localizado no ano de 1715 na Vila de Pitangui. Foi responsável por “repartir terras e acomodar moradores. Procedimentos muito eficazes ao aumento e formação das povoações.” (BASTOS, 2009, p. 163).

Sobre a sua atuação nos empreendimentos arquitetônicos na Capitania de Minas Gerais, supõe-se que o risco da igreja Matriz do Pilar de Vila Rica tenha sido executado por ele no ano de 1720. Mais uma vez, há referência a mais este importante profissional no documento citado por Bazin:

Este templo, talvez desenhado pelo sargento-mor engenheiro Pedro Gomes, foi construído e adornato [sic] internamente por Antonio Francisco Pombal com grandes columnas de ordem corinthia, que se elevão sobre nobres pedestães a receber a cimalha real com seus capiteis e resaltos ao genio de Scamozzi. Com a maior grandeza e soperba architectura traçou Manoel Francisco Lisboa, irmão d’aquelle Pombal, de 1727 por diante, a igreja matriz da Conceição da mesma Villa com 12 ou 13 altares, e arcos magestosos debaixo dos preceitos de Vinholla (BRETAS *apud* BAZIN, 1983, p. 331-332). (Grifo nosso).

Infelizmente, a atuação dele ficou limitada a esta construção, mas mesmo diante da dúvida do segundo Vereador de Mariana pode-se dizer a partir da análise da formação do engenheiro militar Gomes Chaves que ele era o profissional que estava, naquele momento, mais afinado com as inovações que estavam sendo introduzidas na capitania de Minas Gerais.

Já no início do século XVIII, no ano de 1709, Gomes Chaves recebeu uma promoção para o posto da carreira militar. Esta data dá suporte para afirmar que o engenheiro, que ainda estava em Portugal, acompanhou a transição entre os séculos XVII e XVIII, naquele país, assimilando as modificações que estavam sendo

implantadas, conforme foi notado na abordagem das igrejas de São Vicente de Fora e Santa Engrácia.

Foi nesse período, em Portugal, que se intentava inserir, mesmo que lentamente, na arquitetura religiosa o barroco italiano. Esta tentativa se deu no período pós-restauração, conforme evidenciado anteriormente, com o resgate dos planos centralizados mesmo diante das dificuldades encontradas, já que no momento o estilo que imperava era o estilo chão.

Diante dessas transformações ocorridas, sobretudo, na arquitetura lisboeta, pode-se dizer que Gomes Chaves não estava alheio a tais modificações, já que neste universo estar afinado às inovações era sinônimo de arrematar as melhores obras, ter boas oportunidades e ser reconhecido no ramo da construção, conforme será estudado mais adiante.

Devido a essas constatações, pode-se também dizer que não é infundada a atribuição do projeto da matriz do Pilar ao engenheiro, podendo não ser mera coincidência que esta igreja foi projetada em elipse, característica do barroco de Bernini e Borromini e que, conforme se notou, já era praticada em território português no período da formação de Pedro Gomes Chaves e que, provavelmente, tenha sido transplantada para as Minas pelas mãos deste competente profissional.

Outra informação documental existente acerca de Pedro Gomes Chaves é que em 18 de maio de 1722 o engenheiro recebera uma Carta Régia notificando-o para regressar de Vila Rica ao Rio de Janeiro. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1722, citado por MARTINS, 1974, v.1, p. 181). Não há, até o momento, informações sobre as atividades realizadas neste período que permaneceu fora da Capitania de Minas Gerais, mas sabe-se que em 1740 ele já se encontrava em terras mineiras, pois interveio novamente na Matriz do Pilar, apresentando um projeto de ampliação da capela-mor. Conforme consta no Dicionário de Judith Martins:

Termo q' se fes em meza p.^a Searrematar a Capela mor pelo novo risco q. p.^a Ella deu o Sargt.^o Mor novo engenheiro [...] e ajustamos todos em que

sedese adita obra a Antonio Franc.º Pombal p.^a este afaser pelo d.o Rysco e feyta ella pagarelhe os acrescimos daobrigação q. tem pagado celhe todo o prejuizo q. tiver das madeyras q.tinha lavrado para forar a dita Capela pela obrigação q. tinha feyto p.^a oq semeterão dois Louvados [...]. (MARTINS, 1974, v.2, p.140-141).

Deve-se ressaltar que a atuação de Pedro Gomes Chaves nos empreendimentos arquitetônicos das Minas Gerais ainda se encontra permeada por inúmeras lacunas a serem preenchidas e interrogações a serem respondidas. Ele é mais um personagem que reclama um estudo mais detido acerca de seus trabalhos e trajetória profissional, pois, como os demais citados, foi sem dúvida relevante para a empresa arquitetônica do Setecentos mineiro.

3.1 Os profissionais da segunda metade do século XVIII na Capitania de Minas Gerais

Diferentemente dos profissionais da primeira metade do século XVIII, os da segunda ganharam uma atenção maior por parte de pesquisadores e, devido a isso, tiveram os seus trabalhos mais conhecidos, mas ainda existem alguns que precisam ser evidenciados.

As igrejas de Nossa Senhora do Bom Sucesso (FIG. 13), a de São Francisco de Assis (FIG. 14) e a de Nossa Senhora do Carmo (FIG. 15), construções da segunda metade do século XVIII, contaram com o trabalho de vários desses profissionais que podem ser considerados peças-chave nos empreendimentos religiosos.

Figura 13 - Igreja matriz Nossa Senhora do Bom Sucesso – Caeté/MG



Fonte: Foto da autora, 2012.

O mestre pedreiro Antônio da Silva Herdeiro, Antônio da Silva Bracarena e o entalhador e arquiteto José Coelho de Noronha são exemplos de trabalhadores envolvidos na construção da igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso. Na igreja do Carmo, atuaram os mestres pedreiros João Álvares Vianna, José Pereira Arouca (1733 c.-1795); e, na São Francisco de Assis, o construtor Domingos Moreira de Oliveira, seu sócio Henrique de Brito:

Figura 14 - Igreja de São Francisco de Assis – Ouro Preto/MG



Fonte: Foto da autora, 2012.

Ressalta-se que Antônio Francisco Lisboa passou pelos três canteiros de obras. Com a sua provável iniciação na igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, pôde assimilar técnicas passadas por Coelho de Noronha e que foram aplicadas posteriormente em igrejas como a de São João Batista do Morro Grande. Ele pôde demonstrar o seu apuro técnico e o seu amadurecimento como entalhador e provável arquiteto nas igrejas de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo, em Ouro Preto. A atuação desse profissional será analisada mais adiante deste trabalho.

Figura 15 - Igreja São Francisco de Assis – Ouro Preto/MG



Fonte: HENRIQUE, Elias, 2012.

A análise dos profissionais da segunda metade do Setecentos começa por José Coelho de Noronha, com quem Aleijadinho provavelmente iniciou-se na vida profissional como escultor na matriz de Vila Nova da Rainha de Caeté. Foi na oficina do Bom Sucesso que se deu o provável encontro entre Aleijadinho e Coelho de Noronha, mestre entalhador e arquiteto, responsável por implantar o novo gosto na Capitania (BAZIN, 1971, p. 102 e SS.) De acordo com Dangelo:

A relação entre José Coelho de Noronha e Antônio Francisco Lisboa pode ser evidenciada se pensarmos que ele inicia sua obra de talha em Minas nas obras da matriz de Caeté (riscada por Manoel Francisco Lisboa), mais especificamente nos retábulos laterais, e como arquiteto na matriz de São João do Morro Grande, riscada por ele em 1763, em reforma ao risco de Noronha. (DANGELO, 2008, p. 92).

Conforme informações extraídas do inventário de Coelho de Noronha por Pedrosa (2012), ele nasceu em Lisboa, no ano de 1704, e foi batizado na freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai da mesma cidade portuguesa. Era filho legítimo de

Theodoro Coelho de Noronha e Isabel Farinha e casado com Josepha Maria Anna Joaquina. Coelho de Noronha participou como Irmão na Irmandade de Nossa Senhora do Carmo de Vila Rica e de São João Del Rei. Nesta vila, ele fez parte da Irmandade do Santíssimo Sacramento, em abril de 1755, e também das Irmandades das Almas, do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Carmo, em Tiradentes. A sua aceitação como Irmão nas irmandades citadas demonstra que as suas condições financeiras não eram das mais modestas.³⁰

Pelo que consta no inventário de Coelho de Noronha, ele foi muito generoso com as irmandades das quais fez parte, pois repartiu quantias em dinheiro à Irmandade de Nossa Senhora da Piedade das Chagas, de Lisboa, para obras de sua igreja. Contribuiu também para às obras do Convento de São Francisco e para a Irmandade de Santo Antônio do Capucho do Pouso, ambas em Lisboa. Além de destinar um dinheiro para as missas que viessem a ser realizadas em intenção de sua alma.

Ao analisar as atitudes praticadas por Coelho de Noronha percebe-se que ele era um homem de fé e, além disso, observa-se a sua preocupação com a salvação de sua alma após a sua morte. Isto foi reflexo de uma sociedade que tinha como elemento primordial a certeza da morte e a preocupação em obter a salvação.

No que diz respeito a sua atuação profissional, existem documentos que comprovam os pagamentos por seus trabalhos, como entalhador, na cidade de Mariana, na matriz de Nossa Senhora da Assunção, atual catedral da Sé, nos anos de 1747 e 1751, por ter feito o retábulo da capela-mor (MARTINS, 1974, p. 72). Analisando os trabalhos assumidos por Coelho de Noronha e seu desempenho ao executá-los, pode-se depreender que ele era um homem de muita destreza. A sua excelência profissional é percebida na documentação analisada, pois ele assumiu a fatura de

³⁰ Também é o caso de José Pereira Arouca, pedreiro, Irmão da Ordem Terceira de São Francisco, em Mariana, arrematante da capela de sua Ordem, em 1761; de Manoel Francisco Lisboa, carpinteiro, irmão da Ordem Terceira do Carmo, em Ouro Preto, que fez o risco da capela desta Ordem, em 1766; Francisco de Lima Cerqueira, pedreiro e canteiro, irmão das duas Ordens Terceiras, do Carmo e de São Francisco, São João Del Rey, e das quais construiu as capelas. Manuel da Costa Ataíde era terceiro Franciscano em Mariana e Ouro Preto, e, além disso, membro de sete confrarias em outros lugares. (BAZIN, 1983, p. 45).

um oratório para a capela do Bispado, por ser considerado “o mais perito no ofício de entalhador” (MARTINS, 1974, p. 72).

As décadas de 1750 e 1760 foram as mais profícuas para Coelho de Noronha, quando se percebem vários trabalhos realizados no interior de importantes construções religiosas, como os retábulos da matriz de Nossa Senhora do Pilar (1754)³¹, matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso ³² (1758-1765) (FIG. 16) e em Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias (c. 1760-68) (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1758, FL. 128).

Para as obras de talha executadas na oficina do Bom Sucesso José Coelho de Noronha nomeou como fiadores João de Souza Lisboa e Manoel Francisco Lisboa (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1758, fl. 127) ³³, mas de acordo com a resposta da Casa dos Contos e Fazenda Real à solicitação de Coelho de Noronha, por razões que não constam no documento, somente João de Souza Lisboa (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1758, fl. 128) ³⁴ foi aceito para ser fiador de Coelho de Noronha. Importante lembrar que a recusa de Manoel Francisco Lisboa para fiador ocorreu também na ocasião que Antônio Francisco Pombal precisou de fiadores, o que pode indicar que nessa época Manoel Francisco Lisboa já estava sendo preterido no cenário construtivo. Conforme já ressaltado, os motivos são desconhecidos e cabem ser mais bem apurados.

³¹ Termo da entrega da obra que fez do conserto do trono, levantar a cúpula da tribuna da capela-mor e chegar os bancos do trono para diante (LIVRO DE TERMOS DA MESA DO S.S. Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, fls. 89 v citado por MARTINS, 1961).

³² “Diz José Coelho de Noronha que ele suplicante arrematou nesta provedoria a obra de talha da Capela-mor da matriz da Vila Nova da Rainha por preço e quantia de dezesseis mil cruzados em três pagamentos (...)” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, APM, código 1075 - C.C, fl. 128, 28/08/1760).

³³ “Aos vinte e oito dias do mês de agosto de mil setecentos e sessenta annos nesta Villa Real de Nossa Senhora do Pillar do Ouro Preto na Caza dos Contos e Fazenda Real em ou digo Real, aparesserão presentes em suas próprias o capitam João de Souza Lisboa e Manoel Francisco Lisboa, moradores nesta Villa, e por elles foi dito que de sua livre, e expontanea vontade, sem constrangimento de pessoa alguma, ficavão, com efeito ficão por fiadores e principais pagadores de Jozé Coelho de Noronha. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, APM, código 1075 - C.C, fl. 127,28/08/1760).

³⁴ . “Diz Jozé Coelho de Noronha que para effeito de alcanssar a rematassão que fes da obra de talha da capela-mor da Matris da Villa de Caeté na forma das condissõens e comprimento do despacho junto de Vossa Merse nomeya João de Souza Lisboa e Manoel Francisco Lisboa ambos moradores dessa Villa. (,,) **Resposta:** Senhor doutor procurador aprovo o fiador nomeado o capitão João de Souza Lisboa e não tenho duvida a que vossa merse lhe mande a se lhe lavre o termo de fiança. Vossa Merse porém mandará o que achar justo.” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, APM, código 1075 - C.C, fl. 128, 28/08/1760).

Figura 16 - Retábulo da Capela-mor da igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso – Caeté/MG



Fonte: Foto da autora, 2012.

Além de ter trabalhado também no retábulo da matriz de Nossa Senhora do Pilar, em São João Del Rei, executado em 1732, mas que pode ter passado por modificações na década de 1750, numa tentativa de atualizar e de modernizar o gosto praticado no período. Os profissionais apresentavam um novo risco, destinado a corrigir alguns “erros” no original, para conferir à obra mais elegância e perfeição. Cabe dizer que esta prática era comum à época, quando a evolução dos estilos ornamentais na região se processava com grande rapidez.

Com relação a sua atuação como arquiteto, sabe-se que ele foi o responsável pelo risco da igreja de São João Batista de Morro Grande, arrematada no ano de 1759

por Miguel Gonçalves de Oliveira. Esta a sua única atuação documentada no ofício de arquiteto. O seu nome foi localizado por Bazin (1983) no Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento, em um pagamento efetuado no ano de 1762. Mas um ano depois do primeiro pagamento a Coelho de Noronha, conforme determinações do mestre de obras Miguel Gonçalves de Oliveira, a Mesa introduziu modificações no risco com o intuito de corrigir alguns defeitos. Decidiu-se que “a dita obra do corpo da matriz fosse feita pelo risco novo em que se acham tirados todos os defeitos do primeiro e conforme as novas condições do dito risco novo.” (BAZIN, 1983, p. 71).

De acordo com os dados existentes no fragmento escrito pelo segundo Vereador de Mariana (SILVA *apud* BRETAS, 1951), o risco da igreja de Morro Grande foi delineado por Aleijadinho. Diante dessa afirmativa, pode-se dizer que ele, provavelmente, estava se referindo a um segundo risco com a intenção de fazer as modificações necessárias no que havia sido feito por Coelho de Noronha. Ocasão quando ele “prenuncia seu talento como arquiteto corrigindo o risco de seu provável mestre, José Coelho de Noronha.” (DANGELO, 2008, p. 106). Aleijadinho figurou como louvado desta mesma construção, em 1785, a convite do já citado mestre de obras Miguel Gonçalves de Oliveira.

Além do contato de Coelho de Noronha com Aleijadinho na oficina do Bom Sucesso, foi nesse canteiro de obras que, provavelmente, ele tenha entrado em contato também com Antônio da Silva Herdeiro. Herdeiro foi um mestre-pedreiro (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1757, Casa dos Contos – 1075, fl. 99)³⁵ que teve a sua atuação documentada em Vila Rica a partir do ano de 1745. Entre os anos de 1749 a 1751, o seu nome aparece no livro de Cartas de Exames e provisões de ofícios de Vila Rica, evidenciando, com isso, a regulamentação necessária exigida para a prática de seu ofício.

³⁵ “(...) Antônio da Silva Herdeiro, mestre-pedreiro que presente se achava, para fazer como determinava a ordem do dito senhor, na forma da planta, condições e apontamentos pertencentes a mesma obra das sacristias e corredores (...)” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, APM, códice 1075 - C.C, fl. 99, 09/11/1757).

As informações obtidas acerca da atuação desse profissional são que, na década de 1750, ele foi responsável por várias arrematações no âmbito da construção civil. Em agosto de 1752, ele arrematou juntamente com o pedreiro Antônio Fernandes Barros as obras do chafariz em Vila Rica. Um ano depois, arrematou as obras da Ponte do Caquende e, em 1755, arrematou a construção da mesma ponte, ambos pelo valor de 11 mil cruzados.

Pelas informações encontradas, nota-se que a sua incursão no universo das construções religiosas se deu no ano de 1756 juntamente com Manoel Francisco Lisboa, como abordado anteriormente, na condição de louvado de José Pereira dos Santos na construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário “para efeito de examinarem se a obra se achava feita conforme as condições e risco e planta.” (MARTINS, 1974). Iniciou-se como executante de obra, no ano de 1757, em Vila Nova da Rainha de Caeté, onde ele foi o responsável por arrematar, pela quantia de 9 mil cruzados (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1757, Casa dos Contos – 1075, fl. 99v.)³⁶, as obras da sacristia e dos corredores da capela-mor da igreja do Bom Sucesso.

Para a execução das obras Herdeiro contou com Domingos Pereira e João Amorim Pereira para serem seus fiadores. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1757, Casa dos Contos – 1075, fl. 101)³⁷. É importante salientar que, no período em questão, era importante a apresentação de homens de confiança e respeitabilidade na empresa arquitetônica para que pudessem ser os fiadores das obras. Estes atestavam a idoneidade e competência do arrematante, sendo esses, quesitos fundamentais para arrematar uma construção. Conforme Ferreira-Alves “os fiadores geralmente eram dois, sendo do mesmo ofício, de ofício diferente ou, mais raramente, de qualquer outra profissão e deveriam dar cumprimento à obra em falta do arrematante.” (FERREIRA-ALVES, 1990, p. 294), mas havia situações em que os arrematantes

³⁶ “(...) entre vários lansos que ouve (sic) foi o menor o de nove mil cruzados, que lançou Antônio da Silva Herdeiro, mestre pedreiro”. (...) (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, APM, códice 1075 – C.C, fl. 99 v, 09/11/1757).

³⁷ “Aos dês (sic) dias do mês de Novembro de mil setecentos e sincoenta e sete annos nesta Vila Rica de Nossa Senhora do Pillar do Ouro Preto, em a Caza dos Contos da Fazenda Real appareceu presentes o rematante Antônio da Silva Herdeiro, e por elle foi dito offerencia por fiadores ao produto da rematação retro, Domingos Pereyra e João Amorim Pereyra”. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, APM, códice 1075 – C.C, fl. 101, 10/11/1757).

não possuíam fiadores. Diante disso, era firmado um contrato entre as partes envolvidas para que o contratante se resguardasse o máximo possível e não fosse prejudicado caso ocorressem imprevistos. Com relação a esses instrumentos firmados entre ambas as partes, Boschi diz:

Comumente, os contratos possuíam cláusulas minuciosas, nas quais se especificavam não só as condições pecuniárias do pacto, como também – o que é relevante – detalhes relativos às dimensões das partes e/ou das peças, às distâncias entre essas, às matérias - primas a serem utilizadas, às etapas da execução, aos aspectos estéticos, além, evidentemente, da forma de pagamento e dos prazos de entrega das obras ou da conclusão dos serviços. Em suma, procurava – se convencionar, fixar condições e obrigações para os eventuais percalços durante o prazo de vigência dos contratos. Contudo, tais cautelas não evitaram que as ouvidorias da capitania fossem permanentemente acionadas para dirimir questões contratuais nesse setor de atividades (...). (BOSCHI, 1988, p. 45).

Cabe enfatizar que Herdeiro foi sócio de Antônio da Silva Bracarena na oficina do Bom Sucesso, conforme pode ser comprovado no testamento deixado por Bracarena (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS v. VII, 1960, p. 363), no ano de 1784. Mesmo atuando ao lado deste último neste empreendimento, não há nenhuma menção a Herdeiro por parte do segundo Vereador de Mariana, dando somente a Bracarena a autoria das obras. Sabe-se que a Bracarena coube a execução das obras de cantaria. A referência somente a este último pode ser notada neste fragmento: “O aumento da arte se afigura de sorte que a matriz de Caethé feita por Antônio Gonçalves³⁸ Barcarena (*sic*), debaixo do risco do sobredito Lisboa cede nas decorações e medias à matriz de Morro Grande”. (SILVA *apud* BAZIN, 1983, p. 381).

De acordo com os documentos analisados as informações acerca de Herdeiro se silenciam durante as décadas de 1760 e 1770. Há aí um lapso de 28 anos sem notícias de suas atividades. Período que requer mais estudo sobre a atuação desse mestre pedreiro na empresa arquitetônica que reaparecerá no ano de 1785, figurando como louvado nas obras da igreja do Carmo, ao lado de Antônio José da Costa, Antônio Moreira Gomes e Domingos Moreira de Oliveira. Conforme relata

³⁸ Há um equívoco por parte do segundo Vereador de Mariana no que tange ao nome de Bracarena. Conforme apurado em seu testamento o seu nome completo é Antônio da Silva Bracarena e não Antônio Gonçalves, conforme registrado pelo vereador.

Francisco Antônio Lopes (1942), em informações extraídas do *Livro de Termos e Deliberações da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo*, sobre a sexta e última louvação realizada na construção da igreja:

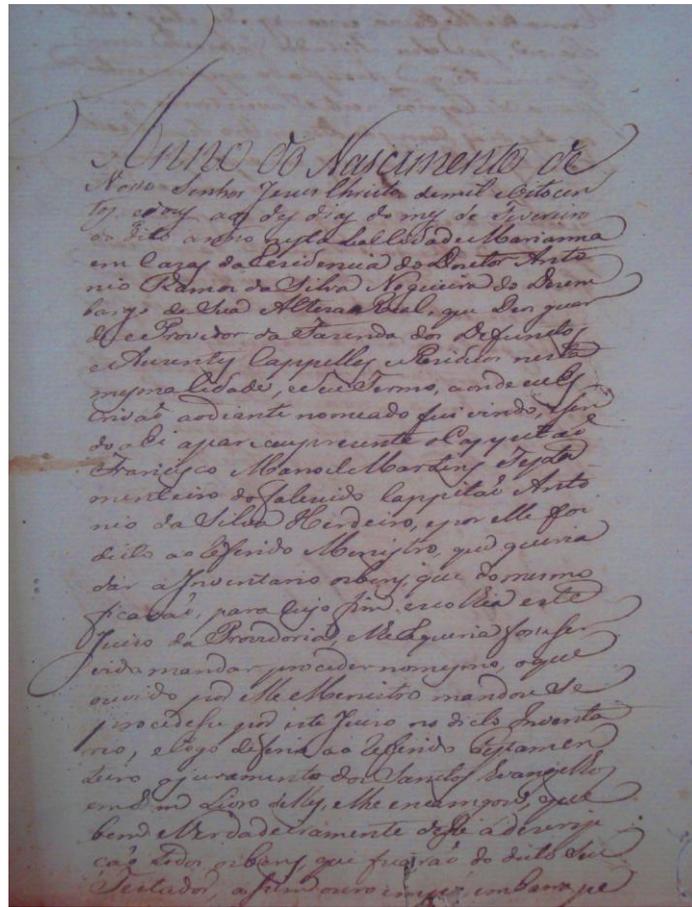
Aí presentes os louvados Antônio da Silva Herdeiro, Antônio Moreira Gomes, Antônio José da Costa e Domingos Moreira de Oliveira por eles foi dito que examinando toda a obra da Capela na forma das plantas, riscos, condições e termos que ouve com o rematante João Alves Vianna achavam estar feita na forma das ditas condições e só com as diminuições seguintes, que achavam em sessenta e quatro oitavas, o Lagedo do frontispício em doze oitavas, a janela do frontispício por estar partida oito oitavas, seis soleiras pequenas, que achavam de menos seis oitavas, os guarnecimentos de alguns ornatos duas oitavas, duas gárbulas que faltão nove oitavas, que tudo importa em Cento e uma oitava de ouro, que tanto deve ser abatido, no preço da dita arrematação e que, além disso, ficava o rematante obrigado a meter a água no lavatório. (LOPES, 1942, p. 33).

No inventário de Antônio da Silva Herdeiro (ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA, 1801) (FIG. 17), podem ser localizadas informações relevantes a seu respeito. Uma delas é a descrição das ferramentas utilizadas pelo mestre pedreiro em seu ofício. Da lista consta: um enxó, goiva, martelo, serra, plaina, compasso³⁹. Além desses instrumentos de trabalho, constam inúmeros outros itens, como juntas de bois e até mesmo escravos como Francisco Mina, João Congo, José Angola, Theotônio Crioulo, José Sabará, Domingos Angola e um pedreiro de nome Antônio Angola, de 60 anos.

Sabe-se que, no período em questão, uma pessoa possuidora de cabedais era aquela possuidora de bens, sobretudo, escravos. Diante disso, pode-se constatar que Antônio da Silva Herdeiro era um profissional possuidor de cabedais, devido aos vários escravos encontrados em sua posse, quando da confecção de seu inventário.

³⁹ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. 1º ofício. Inventário, código, auto 654, Antônio da Silva Herdeiro, 1801.

Figura 17 – Primeiro fôlio do Inventário de Antônio da Silva Herdeiro



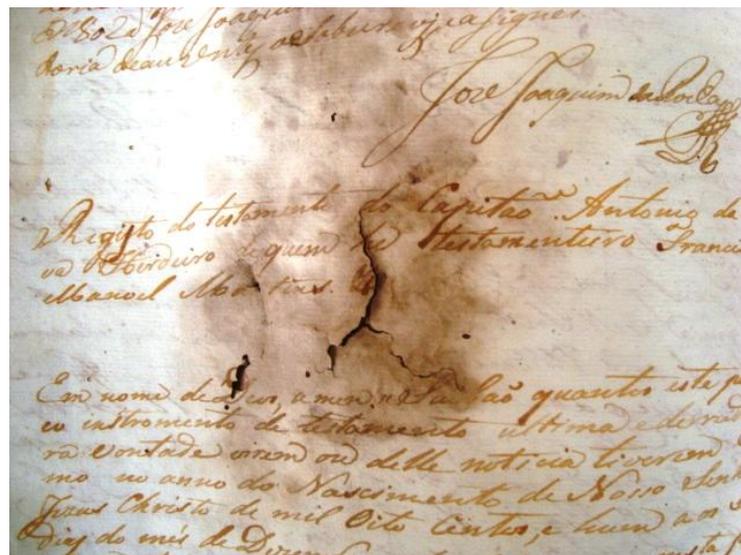
Fonte: Foto da autora, 2013.

Pode-se dizer, a partir das análises da documentação encontrada e das obras executadas por ele, que Herdeiro foi um profissional de destaque no cenário construtivo mineiro, dentre tantos outros que estavam no território de Minas Gerais. Tal destaque pode ser percebido pelo fato de ele ter conseguido arrematar a igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, uma construção de escala monumental que precisou contar com os competentes profissionais para ser finalizada.

Em sua atuação nas Minas, Herdeiro é localizado em pelo menos dois momentos figurando ao lado de Manoel Francisco Lisboa, que reuniu para sua equipe os bons profissionais do período e que também arrematava obras de grande porte e de relevância para sociedade colonial. Na oficina do Carmo, Herdeiro teve contato com Domingos Moreira de Oliveira, empreiteiro e construtor que, conforme foi analisado,

também foi contratado para ser louvado na sexta louvação da igreja. As informações acerca de Antônio da Silva Herdeiro cessam em 10 de fevereiro de 1801, ano de seu falecimento, conforme consta em seu testamento. (ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA, 1801) (FIG. 18).

Figura 18 – Fragmento do Testamento de Antônio da Silva Herdeiro



Fonte: Foto da autora, 2013.

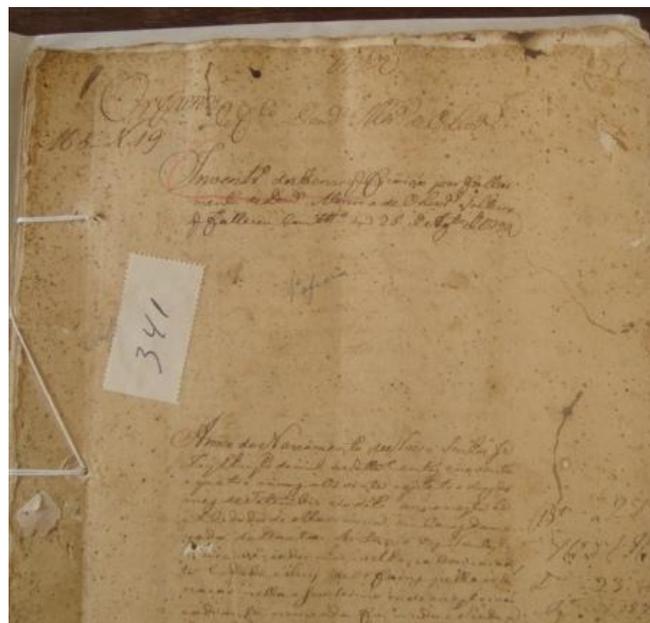
No que tange a atuação de Domingos Moreira de Oliveira, o que consta na documentação é que o construtor nasceu na freguesia de Duas Igrejas, em Santa Maria da Feira, no dia 02 de dezembro de 1717, conforme consta no Livro I (1681-1780) citado por Dangelo (2006), no registro de assento, sendo o primogênito do casal Manuel Moreira e Thereza de Oliveira (ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO, 1761-1780, f. 23 citado por DANGELO, 2006).

Os relatos existentes acerca da atuação de Domingos Moreira de Oliveira em Minas Gerais iniciam em 1746. O seu nome figura como morador do Taquaral, no já citado *Censo Geral dos Ofícios*, realizado em Vila Rica. Foi observado um hiato de informações entre os anos de 1746 a 1766, período que arrematou as obras da capela-mor da igreja de São Francisco de Assis excluída a empena do arco cruzeiro. “As prestações alusivas a este serviço foram pagas até 1794, ano de seu

falecimento, sendo transferidas a sua viúva que recebeu as parcelas até o ano de 1813.” (MARTINS, 1974, p. 83).

Analisando a documentação do período, observou-se que as dívidas por parte de irmandades eram comuns e se arrastavam por um período considerável, conforme ocorreu com o entalhador Coelho de Noronha, que iniciou os seus trabalhos na igreja do Bom Sucesso em 1758 e recebeu seu último pagamento no ano de 1765 (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1765, fl. 127). Nota-se que o caso de Domingos Moreira de Oliveira foi peculiar, já que os responsáveis por receber os seus pagamentos foram seus herdeiros, conforme consta em seu inventário (FIG. 19) (ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA, 1794). Conforme Trindade (1951), a liquidação das contas com o construtor prolongou-se por 75 anos.

Figura 19 - Inventário de Domingos Moreira de Oliveira



Fonte: Foto da autora, 2012.

As informações levantadas a respeito deste construtor, extraídas do *Livro de Receita e Despesa do Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco de Assis* e de seu Inventário, são alusivas a seu trabalho na oficina de São Francisco de Assis e se referem aos pagamentos que foram recebidos por ele e que são relativos às obras

realizadas de canteiro e pedreiro, sem que a Ordem lhe exigisse fiadores. Estas informações apuradas só confirmam que, para ele ter esse respaldo junto a Ordem de São Francisco de Assis, já devia ser um homem de “fábrica” e bastante conceituado, tendo a sua idoneidade referendada pelos Irmãos da Ordem.

Também possuidor de escravos, (MARTINS, 1974) Oliveira teve como sócio e parceiro o pedreiro Miguel da Costa Peixoto, que também foi responsável pelas obras da capela dos Terceiros de São Francisco de Assis, ordem de que fazia parte como Irmão. Peixoto esteve junto de Oliveira também na construção da capela de Santa Efigênia do Alto da Cruz e faleceu em 4 de setembro de 1789.

A partir das análises dos documentos alusivos à Oliveira, apurou-se que ele era um profissional muito competente no universo da construção, já que dois anos após arrematar as obras da capela-mor na igreja de São Francisco de Assis inicia seus trabalhos na igreja do Carmo, onde em 13 de janeiro de 1768 dá seu parecer, juntamente com o pedreiro e canteiro Francisco de Lima Cerqueira, sobre uma modificação, da planta da igreja. Modificação esta proposta pelo arrematante da obra, o pedreiro João Álvares Vianna. Após a construção, foram sendo introduzidas mudanças no primeiro projeto da capela. Momento, onde surgiram novos desenhos, detalhes e alguns ajustes. Este documento comprova a importância de Oliveira, que era “Irmão definidor da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo” (LOPES, 1942, p. 25), o que evidencia o prestígio que tinha em Vila Rica. Foi solicitado nos anos de 1770, 1771 e 1785 para ser louvado nas obras da construção da igreja do Carmo.

Além de ter trabalhado com os já citados Francisco de Lima Cerqueira, Miguel da Costa Peixoto e Antônio da Silva Herdeiro, Oliveira trabalhou também com José Antônio de Brito, Manuel Francisco de Araújo, Antônio Gomes e Antônio José da Costa. Profissionais que constantemente faziam trocas de informações relativas à profissão, objetivando, cada vez mais, a excelência nas construções por onde passavam.

A busca pelo apuro técnico nas construções é notada devido às várias análises ou louvações que elas passavam até chegar ao resultado final. A capela-mor da igreja do Carmo de Vila Rica que, conforme foi citado, passou por seis louvações até chegar ao resultado final, pode ser apontada como um exemplo dessa preocupação em atingir um resultado de qualidade nas construções.

Conforme Judith Martins (1974), em informações extraídas do *Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do arraial do Padre Faria*, no ano de 1777, Domingos Moreira de Oliveira reconstruiu a fachada em pedra da igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz e, em 1782, realizou trabalhos na igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia, não foi localizada a especificação dele.

Além de suas realizações em Vila Rica, Oliveira executou algumas obras em Mariana, como por exemplo, a igreja de Nossa Senhora do Carmo, no ano de 1774. Além da igreja do Carmo, ele também fez trabalhos em pedra na igreja de Nossa Senhora das Mercês. Foi nomeado louvado para as obras da cadeia de Mariana juntamente com José Antônio de Brito A obra foi arrematada por José Pereira Arouca.

Conforme os dados que constam no Livro 1 de Batismos (1721-1737) fl. 117 v. e 118; segundo assento e de acordo com o que nos relata o próprio pedreiro, em seu testamento datado de 8 junho de 1793 (MARTINS, 1974), José Pereira Arouca nasceu na Freguesia de São Bartolomeu da Vila de Arouca. Ficou conhecido pela toponímia de onde nasceu. A vila pertence ao Bispado de Lamego, Comarca do Porto, onde foi batizado. Era filho legítimo de Manoel Pereira Flor e de Mesia de Pinho Vieira.

As informações apuradas sobre a atuação de Arouca em Minas Gerais são de que ele era mestre de obras do ofício de pedreiro, canteiro e carpinteiro. Foi empreiteiro de obras públicas e privadas e teve uma considerável atuação na Vila do Carmo e Vila Rica. Iniciou as suas atividades no ano de 1753 na Igreja de São Pedro dos

Clérigos. De acordo com o segundo Vereador de Mariana, Arouca foi discípulo de José Pereira dos Santos e também foi seu fiador nas obras da capela-mor da igreja de São Pedro dos Clérigos.

Este profissional teve a oportunidade de se inserir no universo da construção em Minas Gerais e participar ativamente da rede profissional constituída no território mineiro. De acordo com Veiga (1999), ele trabalhou ao lado de Manoel Francisco Lisboa, Antônio Francisco Lisboa e Manuel da Costa Ataíde. Devido a sua estreita relação com o entalhador Francisco Vieira Servas, ele aceitou ser o seu credor fazendo-lhe um empréstimo de 26 oitavas, correntes e troncos de ferro. Dívida que ficou sem ser quitada, devido o falecimento de Arouca (MENEZES, 1978).

No ano de 1762, Arouca foi nomeado Juiz de Ofício e dois anos depois foi eleito Juiz de Carpinteiro, permanecendo neste ofício até o ano de 1772, quando retorna para o ofício de juiz de pedreiro, sendo reeleito para o mesmo ofício em 1774. Essa intensa atividade em Vila do Carmo só ratifica o respaldo que Arouca possuía naquela sociedade, como bom profissional, responsável por assumir várias empreitadas.

Conforme a documentação alusiva à trajetória de Arouca publicada por Martins (1974), este profissional foi o responsável pela fatura da capela-mor da igreja de São Francisco de Assis, na Vila do Carmo, pela sacristia e pela Casa do Noviciado, obras feitas em pedra e cal iniciadas no ano de 1762, Devido às informações detalhadas no inventário dele, ele foi um dos mestres de obras portugueses que atuou na Capitania de Minas Gerais que mais possui mais informações a seu respeito. Além dos trabalhos na igreja de São Francisco, Arouca fez a pia batismal na capela de Nossa Senhora de Oliveira, algumas obras pequenas na igreja de Nossa Senhora do Carmo, além de arrematar a obra da capela-mor. Fez as obras do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em 1780, a sacristia da igreja do Bom Jesus, pertencente à freguesia de Bom Jesus do Furquim. Passou também pela Sé de Mariana.

Arouca foi responsável por arrematações de obras públicas, como as pontes dos “Monsús, de São Gonçalo, e do Seminário e de Sant’Ana, Pinguelos do Canellas e

Matacavallos, paredam ao pé dos Monsús, parapeitos na do Barranco do Caminho do Itacolomi.” (MARTINS, 1974, p.63), documentadas entre os anos de 1764 a 1794. Foi responsável por fazer a sepultura de D. Frei Manoel da Cruz, em 1764, pela Chácara de Olaria, em 1767, pela Casa Capitular, em maio de 1770, arrematada pela importância de 16.000 cruzados, conforme os riscos e as condições que lhe foram apresentados. Esteve à frente das construções de chafarizes e fontes e dos aquedutos, nos anos de 1776 e 1778, respectivamente.

A atuação de Arouca em Vila Rica foi tão expressiva quanto na Vila do Carmo. Ele foi contratado para trabalhar em importantes obras, como igreja de Nossa Senhora do Carmo e São Francisco de Assis. Pelo fato de trabalhar como Juiz de Ofício, Arouca acabou reunindo à sua profissão perícia e argúcia e devido a isso foi considerado apto para atuar como louvado em duas importantes obras em Vila Rica, igreja de São Francisco de Assis e a igreja do Carmo no ano de 1771.

Na igreja do Carmo, ele trabalhou ao lado de nomes como Henrique Gomes de Brito e conforme já dito Antônio Francisco Lisboa, a este último competia “a medição do risco, isto é, o estudo comparativo entre os primitivos e os novos desenhos.” (LOPES, 1942, p. 27). Dessa forma, o autor comprova documentalmente a atuação de Aleijadinho como arquiteto.

Aleijadinho e Gomes de Brito participaram da segunda louvação, analisando os acréscimos e as diminuições que havia sido feitas na capela. Além da louvação nas obras da capela Arouca também ficou responsável por examinar os riscos do pórtico, dos arcos do coro e do lavatório da sacristia e deu o seu parecer sobre todas essas obras.

Arouca e Aleijadinho encontraram-se novamente no ano de 1777, na oficina de São Francisco de Assis, para, juntos, dirimirem acerca das obras da igreja de São Francisco de Assis realizadas por Domingos Moreira de Oliveira. No ano de 1780 foi convidado para ser louvado, nas obras de cantaria, estando desta vez ao lado do pedreiro José Antônio de Brito e cinco anos depois ele figura ao lado do carpinteiro Manoel Francisco de Araújo e do carpinteiro e pedreiro José da Silva Pereira

(MARTINS, 1974), dando o laudo da quinta louvação das obras da capela da igreja do Carmo.

Com relação às obras públicas Arouca, ele foi o responsável por dar seu parecer e dirigir as obras da estrada tanto de Vila Rica, quanto da Vila do Carmo, assim como as obras da casa de Câmara e Cadeira, de Vila Rica, no ano de 179. Foi contratado pela Câmara, evidenciando o seu respaldo, devido a sua competência, diante da sociedade de Vila Rica.

Conforme a documentação existente, José Pereira Arouca faleceu em 21 e julho de 1795. Foi encomendado e acompanhado para a Capela da Ordem Terceira do Patriarca São Francisco de Assis da Vila do Carmo e nela, após terem rezado o ofício de corpo presente e a missa, Arouca foi sepultado (MARTINS, 1974). Arouca faleceu com 62 anos, solteiro. Não deixou filhos, mas devido a sua condição abastada deixou em torno de 50 escravos.

Foi no canteiro de obras da igreja do Carmo que se deu o encontro de Arouca e do mestre pedreiro José Álvares Viana, também conhecido por João Alves Vianna⁴⁰, natural da freguesia de São Thiago de Cardiellos, comarca de Valença, termo de Vianna do Arcebispado de Braga. Arouca foi um dos responsáveis pela louvação das obras da capela-mor arrematada por Alves Viana. (CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE OURO, PRETO citado por MARTINS, 1961, p. 302).

Alves Vianna era filho legítimo de Clemente Afonso Pimenta e de Ângela Rodrigues. Casou-se com Maria Rodrigues, falecida em Portugal, de quem teve um filho chamado Clemente. Em Minas Gerais, Alves Vianna teve mais dois filhos com uma escrava libertada por ele.

⁴⁰ Diz João Gonçalves Parente, “primo e tutor dos órfãos do falecido intitulado nestas minas João Alves Vianna sendo o seu verdadeiro e legítimo nome e cognome em Portugal João Afonso (sic) Pimenta (...) tratando-se nestas minas por João Alves Vianna talvez por alguma necessidade que para isso tivesse como fazem muitos por estas minas (...)” (CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE OURO, PRETO citado por MARTINS, 1961, p. 302). Optou-se neste estudo por chamar o profissional pelo nome adotado nas Minas Gerais, qual seja João Alves Vianna.

Foi Alves Vianna o responsável pelos consertos feitos no Palácio dos Governadores, em Ouro Preto, que abrangeram o conserto do encanamento e de madeira, mas a sua atuação mais considerável se deu na oficina do Carmo. Após o risco da obra da capela-mor ser apresentado por Manoel Francisco Lisboa, ele foi arrematado por Alves Vianna, em 14 de setembro de 1766. Alves Vianna deu o preço de 36 mil cruzados, considerado o valor mais baixo. Assumindo a obra na “forma do risco e condições, que vão copiadas pelo que respeita ao ofício de pedreiro, canteiro e rebocadores, como também a toda a pedraria, e mais declarados nas mesmas condições.” (LOPES, 1942, p. 21).

Alves Vianna atuou como um verdadeiro empreiteiro nas obras da igreja do Carmo e, para acertar a área que era destinada à capela, precisou fazer o desaterro e a terraplenagem, episódio que será mais aprofundado quando for abordada a oficina estabelecida para a oficina do Carmo de Vila Rica neste trabalho. Para administrar esses serviços, a Mesa da Ordem de Nossa Senhora do Carmo havia contratado o Irmão Antônio Roiz. Como ele não executou o serviço a contento, contratou-se Alves Vianna para a administração tanto das obras, quanto da movimentação de terras que se fazia necessária para efetuar a construção da capela.

Percebe-se que Alves Vianna era um profissional bastante exigente, pois, ao analisar a documentação a seu respeito, nota-se que ele, em vários momentos, propôs modificações no risco original da capela. Alves Vianna não se sentia confortável em reproduzir o projeto feito por Manoel Francisco Lisboa, tendo em vista que este projeto já se encontrava defasado para o momento. Conforme Dangelo (2006), a arquitetura praticada pelo pai de Aleijadinho, por volta de 1771, já estava sendo preterida, por ser considerada superada para o período. Os profissionais já estavam desejosos de uma arquitetura que dialogasse com o novo estilo⁴¹ presente na Capitania.

Em um espaço de tempo de apenas cinco anos, os profissionais já viam necessidade de ajustes e de modificações no projeto inicial da capela. Foi devido a essa necessidade que Manoel Francisco Araújo, Domingos Moreira de Oliveira,

⁴¹ O novo estilo em questão era o Rococó que já sobrepunha ao estilo barroco que era praticado na Capitania de Minas Gerais.

Francisco de Lima Cerqueira, o próprio arrematante da obra e o filho do responsável pelo projeto, Aleijadinho, se reuniram e refizeram praticamente toda a concepção arquitetônica apresentada por Manoel Francisco Lisboa. Apresentou, com essas modificações, um projeto mais arrojado.

Além de levar a cabo as obras da capela-mor, Alves Vianna também assumiu a execução do ladrilhamento da sacristia e dos corredores da igreja. Mostrou-se um perito à frente da empresa arquitetônica. Alves Vianna faleceu em 28 de abril de 1781 e seu corpo foi sepultado, conforme seu desejo e direito, por ser Irmão Terceiro de Nossa Senhora do Carmo, na capela do Carmo, que construía.

O profissional que transitou com mobilidade e conhecimento técnico no cenário arquitetônico da capitania de Minas Gerais, na segunda metade do Setecentos, teve a oportunidade de dialogar com a maior parte dos profissionais que laboraram no período foi Antônio Francisco Lisboa.

Aleijadinho nasceu aos 29 dias do mês de agosto de 1730,⁴² em “Bom Sucesso, pertencente à freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias.” (BRETAS, 1896, p. 163) Aleijadinho era filho de Manoel Francisco Lisboa com uma escrava de nome Isabel, liberta na ocasião de seu batizado.

Diante das informações existentes acerca de sua atuação no território mineiro, nota-se que ele procurou dialogar com as inovações do período, não se fechando às novidades e nem tampouco propondo soluções inéditas, como propalavam os modernistas, num momento quando procuravam um expoente para a cultura nacionalista que solidificava no Brasil.

Perceber que as suas propostas para a arquitetura não eram inéditas e, sim, resultados de diálogos com outras culturas não o diminui em sua importância, muito pelo contrário, ressalta as suas características de artista completo. Aberto às

⁴² Existem controvérsias no que diz respeito à data de nascimento de Antônio Francisco Lisboa, se foi em 1730 ou 1738. Para este estudo adotou-se a data fornecida por seu biógrafo. Ver: BRETAS, Rodrigo José Ferreira. Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 23-51, 1951.

mudanças do período que se apresentavam constantemente aos atentos profissionais sabedores de que a assimilação das novas técnicas e gosto fazia parte do mundo profissional do período em questão e a adesão a estas modificações dependiam a sua permanência nos empreendimentos que surgiam. Dangelo ressalta essa característica de Aleijadinho e diz:

Como artista, Antônio Francisco Lisboa, foi o principal herdeiro da corrente mais criativa da arquitetura setecentista mineira, ligada tanto à obra arquitetônica e gosto italiano, idealizada pelo Doutor Antônio Pereira de Souza Calheiros, como ao desenho assimétrico de gosto francês, introduzindo em Minas pelo abridor de cunhos de Vila Rica, João Gomes Batista (DANGELO, 2008, p. 91).

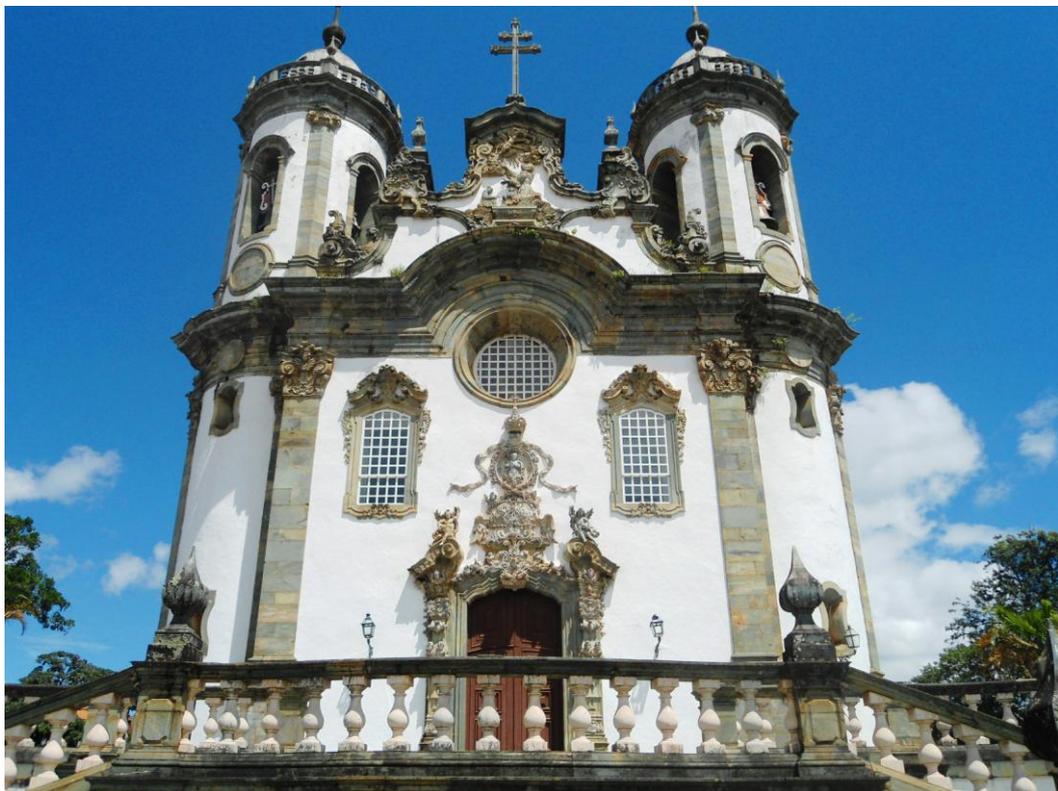
Aleijadinho foi iniciado por seu pai nos ofícios de carpinteiro e entalhador. Atuou também como arquiteto, posteriormente, na igreja de São João do Morro Grande, em Barão de Cocais, conforme será analisado à frente. Dessa forma, teve, desde muito cedo, a oportunidade de ter contato e também perceber como funcionavam as relações no universo das construções do período, assim como as transformações ocorridas no mundo arquitetônico nas Minas setecentistas.

Além de seu pai, Aleijadinho teve como mestre o abridor de cunhos João Gomes Batista. Gomes Batista é considerado o seu mestre de risco e desenho. Foi dele que, provavelmente, Aleijadinho herdou o gosto pela heráldica e pelo estilo rococó, que se fez presente em seus trabalhos na igreja do Bom Sucesso, em São Francisco de Assis e, principalmente, na igreja do Carmo de Vila Rica.

Outro profissional que passou pela Capitania de Minas Gerais e que é apontado por tê-lo influenciado foi Francisco Xavier de Brito, além do já citado José Coelho de Noronha que, conforme foi ressaltado, tenha sido, provavelmente, no canteiro de obras da Matriz do Bom Sucesso, em Vila Nova da Rainha de Caeté, que os dois tiveram o primeiro contato, possivelmente, intermediado por seu pai, Manoel Francisco Lisboa que, como nos relata Joaquim José da Silva, foi o responsável pelo risco da igreja.

Menezes (2007) chama atenção ao fato de Aleijadinho, ao ser chamado para modificar os projetos originais das igrejas, buscou melhor composição, objetivando, com isso, conseguir volume para as edificações. A solução encontrada por Aleijadinho para atingir essa volumetria foi o encurvamento das paredes, das fachadas laterais ou principais, dando as estas paredes curvas e contracurvas, como foi o caso da modificação inicial feita para a igreja do Carmo, em Vila Rica, e para São Francisco de Assis, em São João Del Rei. (FIG. 20).

Figura 20 - Igreja de São Francisco de Assis – São João Del Rei/MG



Fonte: Foto da autora, 2012.

Outro projeto modificado por Aleijadinho foi o da igreja de São João do Morro Grande (FIGURA 21), riscada por Coelho de Noronha, no ano de 1761. Dois anos depois, em 1763, Aleijadinho fez alterações no corpo da igreja e no frontispício, obedecendo a um novo risco com o intuito de corrigir os defeitos do primeiro.

Figura 21 - Igreja São João do Morro Grande – Barão de Cocais/MG



Fonte: DANGELO, André, 2006.

No campo da construção, Aleijadinho se deteve ao trabalho intelectual, não atuando como pedreiro ou construtor. “Atuava apenas na parte intelectual da obra, ligada ao projeto”. (DANGELO, 2008, p.94). E, pelo fato de ele estar inserido numa cultura dominada pela primazia da “fábrica” ou pela vivencia no canteiro de obras, acabava tendo a sua função pouco valorizada, além também de ter que lidar com a chamada “infâmia de mulato”, que o impossibilitava de arrematar a obras. Devia sempre trabalhar “como operário para um patrão encarregado da execução de suas próprias obras.” (BAZIN, 1983, p. 215). Como de fato aconteceu na igreja de São Francisco de Assis, o risco da porta era de sua autoria, mas a arrematação ficou a cargo de José Antônio de Brito.

Dois projetos importantes foram modificados por Aleijadinho. O primeiro deles foi o da igreja de Nossa Senhora do Carmo, de Vila Rica, o segundo, a igreja do Carmo, de Vila Real de Sabará (FIG. 22). Conforme Dangelo (2008), este foi o primeiro trabalho em que Aleijadinho pôde implantar uma linguagem artística própria. O responsável pelo risco dessa obra foi o mestre Tiago Moreira que, em 24 de abril de 1763, assina o contrato com a Ordem de Nossa Senhora do Carmo, mas, devido às transformações arquitetônicas e artísticas que ocorriam na capitania, o seu projeto já estava sendo considerado arcaico. Diante disso, a Ordem considerou importante a contratação de um novo arquiteto, Aleijadinho. (ARQUIVO DA ORDEM TERCEIRA DE SABARÁ 1770-1778, citado por Publicação: MARTINS, 1974, v. 1 p. 371).

Figura 22 - Igreja de Nossa Senhora do Carmo – Sabará/MG



Fonte: Foto da autora, 2012.

Será no frontispício do Carmo de Vila Real de Sabará (FIG. 23) que Aleijadinho introduzirá elementos assimétricos, conchas e volutas. Formas que estavam presentes em gravuras que circulavam pelo mundo luso-brasileiro, principalmente através das Oficinas de Augsburg e também a partir dos tratados decorativos franceses.

Figura 23 - Detalhe do frontispício da Igreja de Nossa Senhora do Carmo - Sabará/MG



Fonte: Foto da autora, 2012.

Pode-se afirmar que a sua atuação como arquiteto foi bastante expressiva em Vila Rica, principalmente, no que diz respeito às modificações realizadas no projeto inicial da igreja de Nossa Senhora do Carmo:

Será neste momento que Aleijadinho demonstrará a sua desenvoltura como arquiteto objetivando alcançar o que o arrematante da obra solicitava ao propor mudanças no risco original: melhor perfeição e segurança de toda a obra, sem ficar com as fraquezas, e incômodos, que mostrava o primeiro risco, a respeito das obras, que agora pelo novo (risco) se emendavam. (LOPES, p. 26, 1942).

Ele também participou da segunda louvação da igreja, como medidor do risco, juntamente com os principais mestres de obras e de arquitetura do período, conforme evidenciado anteriormente. Outros traçados ficaram sob a sua responsabilidade, como por exemplo, o da capela da irmandade de São José, em Vila Rica, no ano de 1772, o da capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, que foi riscado três anos mais tarde e revisto no ano de 1777. Será, porém, na igreja

de São Francisco, em São João Del Rei, em 1774, que ele assimilou melhor o rococó internacional. Conforme Dangelo:

Para a construção do risco inicial de São Francisco de São João Del Rei, Antônio Francisco Lisboa partiu da experiência adquirida não só nas modificações empreendidas no Carmo de Ouro Preto a partir de 1771, mas em uma série de projetos arquitetônicos e decorativos dentro da linguagem do rococó, realizados entre os anos de 1769 a 1774. (DANGELO, 2008, p. 155).

Na igreja de São Francisco de Assis, em São João Del Rei, ele romperá com o costume tradicional de introduzir a sacristia ao fundo ou ao lado e optará por introduzir a sacristia na frente, onde ela se ligará à capela-mor por um corredor. Atitude que demonstra um grau de maturidade, evidenciado no risco considerado inovador.

4. O UNIVERSO DOS EMPREENDIMENTOS ARQUITETÔNICOS

O panorama do universo arquitetônico do Setecentos encontrava-se da seguinte forma: as atividades que mais se destacavam nas empreitadas eram de juízes de ofício, ou presidente, escrivães, também chamados de secretários,⁴³ pedreiros, canteiros, carpinteiros, rebocadores (em pedra e gesso) que poderiam atuar como louvados, dependendo da obra que fosse analisada (BAZIN, 1983, p. 41). Os profissionais que se destacavam nas construções, como pedreiros ou carpinteiros, poderiam chegar a chefes de construção, podendo, dessa forma, serem responsáveis pelos ofícios na qualidade de mestres de obras. Havia também os homens de fábrica, serventes e escravos.

Neste período ainda não havia um ofício reservado exclusivamente aos arquitetos, isto é, “aqueles que forneciam a planta (risco) e o desenho (traça) de uma construção.” (BAZIN, 1983, p. 43). Conforme analisado no primeiro capítulo em Portugal, onde havia uma cultura de primazia da fábrica sobre a parte intelectual, os riscos não eram muito valorizados e devido a isso poderiam ser feitos por “pessoas das mais variadas condições, sendo eles arquitetos, pedreiros, entalhadores, artistas dos mais diversos ofícios, ou simples curiosos.” (OLIVEIRA, 2001, p. 33).

Nas Minas Gerais, era bastante semelhante, pois os riscos eram propostos por qualquer pessoa que tivesse algum conhecimento na área de arquitetura, quer pela prática em algum ofício ligado à construção, como pedreiros, carpinteiros, entalhadores, pintores, dentre outros, quer intelectualmente como os padres⁴⁴ ou, ainda tecnicamente, como no caso dos engenheiros militares, que pela habilidade com a geometria e por serem construtores de fortalezas, eram contratados para projetarem as igrejas. Sendo especialistas na arte de construir e projetar estavam a par das técnicas utilizadas na Metrópole, recorrendo-se a elas sempre que possível. Como foi o caso do engenheiro militar Pedro Gomes Chaves, que, conforme foi analisado, provavelmente tenha projetado a matriz do Pilar de Vila Rica.

⁴³ Os escrivães eram eleitos por uma assembleia-geral que era convocada pela Câmara Municipal. (BAZIN, 1983, p. 41).

⁴⁴ As Ordens monásticas tinham arquitetos membros da Ordem; é principalmente o caso dos Franciscanos, Beneditinos e Jesuítas.

Diante disso, percebe-se que no universo arquitetônico luso-brasileiro setecentista a parte intelectual do ofício de arquiteto era notadamente dissociada da parte material. O mestre de obras executava o seu ofício com base em planta que era feita por outro profissional.

Esta prática pode ser observada com mais clareza na documentação analisada, principalmente, no caso da capela-mor da igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, onde o mestre pedreiro, Antônio da Silva Herdeiro, responsável pela construção da capela, recebeu inúmeras recomendações para executar a obra⁴⁵, tendo sempre que observar o que estava estabelecido na planta que não havia sido riscada por ele. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1757, Casa dos Contos – 1075, fl. 41).

Na documentação da igreja do Bom Sucesso não é possível encontrar o autor do risco. Conforme mencionado, provavelmente, se deva ao fato de no período o trabalho manual era mais valorizado que o intelectual. Pouco se recebia para executar o risco dos edifícios. Por ser pouco valorizado, em muitos casos, não era registrado. Outra hipótese aventada por Bazin (1983) era a de que “o contrato do profissional e seu pagamento eram feitos através de algum Irmão da Ordem em troca de benefícios, não ficando, portanto registrado nos livros das irmandades.”⁴⁶ (1983, p. 45).

No caso da igreja de Nossa Senhora do Carmo, pode-se observar um fato parecido com o do Bom Sucesso, a diferença é que neste caso existe o registro do autor do risco da capela-mor, que foi Manoel Francisco Lisboa⁴⁷ (1º LIVRO DE TERMOS E DELIBERAÇÕES, fl. 107. 1766, citado por LOPES, 1942, p. 21), mas quem a

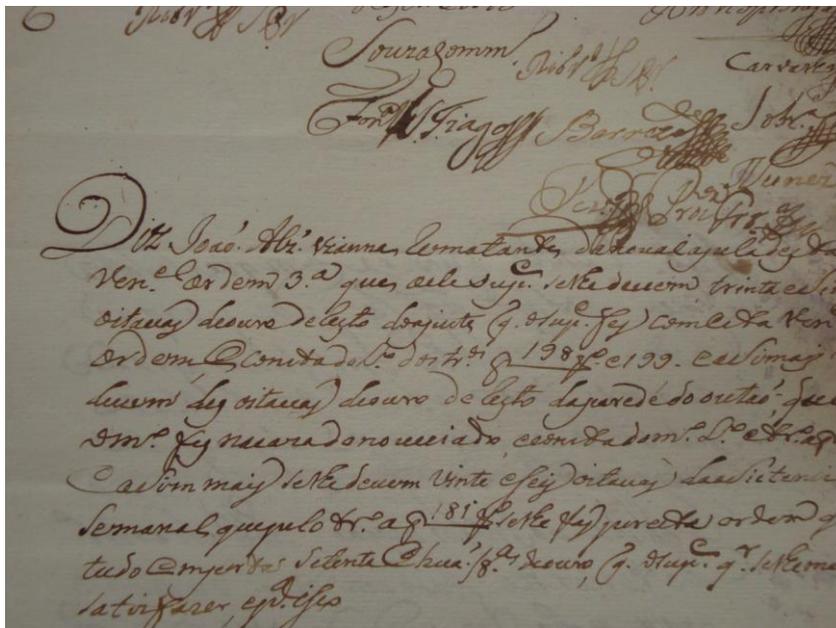
⁴⁵ “As mais paredes fará o mestre aquilo que a planta mostrar (...) Fará o mestre o presbitério na capela-mor com os degraus que a planta mostrar e com a perfeição que permitir a arte (...). (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, APM, código 1075 – C.C, fl. 41, 1757).

⁴⁶ É o caso dos terceiros do Carmo do Rio de Janeiro, em 1818. Numa deliberação, tomada a 30 de outubro, o prior diz que havia mandado fazer e custeado o risco das torres, pelo Tenente-coronel de engenheiros, Domingos Monteiro. (BAZIN, 1983, p. 45)

⁴⁷ “(...) ahi apareceu presente Manoel Francisco Lisboa, com o risco para a nova obra da capela que esta determinado fazerse, e sendo apresentado, e visto por todos uniformemente o aceitarão, e aprovarão, ordenando se pagasse ao dito Lisboa cincoenta oitavas de ouro (1º LIVRO DE TERMOS E DELIBERAÇÕES, fl. 107. 1766), citado por LOPES, 1942, p. 21).

arrematou e encabeçou a construção foi João Alves Vianna⁴⁸ (FIG. 24) (1º LIVRO DE TERMOS E DELIBERAÇÕES, 1766, fl. 109, Citado por LOPES, 1942, p. 21). Foi também obrigado, da mesma forma que Herdeiro, a executar o que estava determinado na planta. No tocante à igreja de São Francisco de Assis o projeto é atribuído a Antônio Francisco Lisboa, mas quem foi o arrematante da obra e a executou foi Domingos Moreira de Oliveira.

Figura 24 - Documento da arrematação da construção da igreja de Nossa Senhora do Carmo – Ouro Preto/MG, por João Álvares Vianna



Fonte: Foto da autora, 2011.

Importante ressaltar que o risco era mencionado pela primeira vez no termo pelo qual decidiam “por em praça” algum trabalho. Quem iria executar a obra assinava o contrato de acordo com o risco que era aprovado, ou ainda, segundo o risco que lhe era apresentado. Como no caso do risco da capela-mor do Carmo, onde:

⁴⁸ “(...) será o rematante obrigado a fazer todas as paredes na forma da planta e seus perfis, que estas serão feitas de pedra, cal e areia com toda a segurança como se costuma fazer semelhantes obras toda a pedra (...) deviam ser feitas também todas as portadas que mostra a planta e perfis, assim de portas e janelas e fretas do coro, das tribunas e do consistório e todas hão de ser de cantaria lavrada a escoda com toda a perfeição. (12 de outubro de 1766).” (1º LIVRO DE TERMOS E DELIBERAÇÕES, 1766, fl. 109, Citado por LOPES, 1942, p. 21).

apareceu presente Manoel Francisco Lisboa com o risco para a nova obra da Capella que esta determinado fazerse, e sendo apresentado, e visto por todos uniformemente o aceitarão, e aprovarão, ordenando se pagasse ao dito Lisboa, cinquenta oitavas de ouro.” (1º LIVRO DE TERMOS E DELIBERAÇÕES, 1766, fl. 109, citado por LOPES, 1942, p. 21).

É importante observar que o fato de o autor do risco não ser o arrematante da obra acarretava inúmeras alterações no risco original. Essa prática era considerada comum e era o que dava às construções o caráter de obras coletivas. Esse detalhe é percebido na citação seguinte, onde o mestre pedreiro João Alves Vianna sugere modificações no projeto primitivo da capela-mor da igreja do Carmo. Pedindo que:

se visse e examinasse o risco, da mesma obra, e se ponderasse que a parede que fica por detraz da escada que vai para o camarim, mostrava no risco três palmos, e meio de grossura, e para segurar a obra que se ouvesse de fazer hera muito poulas (sic) largas, e que de nececidade devia ter quatro palmos e meio de grossura, em toda a sua altura. (1º LIVRO DE TERMOS E DELIBERAÇÕES, 1766, fl. 109, citado por LOPES, 1942, p. 32).

Essas modificações são entendidas melhor a partir da análise do documento, datado de 23 de julho de 1799, relativo às alterações realizadas no risco original da igreja de São Francisco, de São João Del Rei. Somente após o risco posto em execução, percebia-se a necessidade de ser modificado. O mestre Francisco de Lima Cerqueira foi chamado para dar explicações sobre as inúmeras alterações feitas no risco e disse:

Não que o risco tenha defeitos, porém algumas coisas só quando se fazem se vê a impossibilidade de as por conforme o sentido do emanuense. E como se acha ser conveniente fazer a capela-mor mais comprida do que trata o mesmo risco, para melhor comodidade do altar-mor, e escada para o camarim, e também se achou ser conveniente não se abrirem duas portas na capela-mor que o dito risco trata e se acham nesta. Também se achou ser conveniente que as frestas da mesma capela-mor não fossem feitas pelo feitio e tamanho que traz o risco e sim por outro feitio e maiores para por elas se receber, mais luz na dita capela-mor, e para assim ficarem com mais graça. (ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DE SÃO JOÃO DEL REI, 1779, f. 114 v. citado por ALVARENGA, 1975).⁴⁹

⁴⁹ Termo que se faz a respeito de algumas declarações tendentes ao curso da obra da nova igreja de São Francisco de Assis – São João Del Rei – 1779.

No fragmento documental acima, pode ser notada a preocupação do arquiteto Francisco de Lima Cerqueira em corrigir o risco realizado por Antônio Francisco Lisboa, já que percebeu que seria impossível colocar em prática o que havia sido pensado por seu colega de profissão. A partir deste documento, percebe-se que houve, por parte de Bazin (1971), uma análise tendenciosa no que tange às modificações empreendidas por Lima Cerqueira, fazendo o leitor pensar que a sua atitude, ao propor as mudanças, foi irresponsável e impensada, quando, na verdade, estas foram empreendidas com o intuito de corrigir o risco realizado, tornando o projeto executável.

No que tange aos empreendimentos arquitetônicos no período setecentista, conforme salientado anteriormente, na maioria das vezes eram atribuídos por adjudicação e o profissional que desejasse assumir as obras que eram “postas em praça” deveria estar disposto a seguir uma série de etapas até conseguir arrematar e levar a empreitada à diante. Esta forma de assumir uma determinada obra também era praticada, conforme abordado, nas oficinas de Portugal. A etapa de apresentação do risco, citada acima, feita por algum profissional ligado ao universo da construção era seguida por um edital de arrematação.

Em Portugal, mais precisamente na cidade de Porto, quando ocorriam os pregões das obras, principalmente as que eram consideradas as mais importantes, o processo era iniciado com “a colocação de editais nas partes públicas da cidade e fora dela⁵⁰.” (FERREIRA-ALVES, 1990, p. 291). O processo, de arrematação de obras, tal qual acontecia no Porto, em Lisboa e, naturalmente, em outras partes de Portugal, pode ser percebido nas documentações relativas às concorrências e arremates das obras da igreja do Bom Sucesso⁵¹, do Carmo⁵² e São Francisco de Assis.

⁵⁰ “(...) fazendose lavrar editaes e fichalos nas partes, ou lugares mais públicos desta vila, cidades Mariana, Caethe, Sabará, Congonhas do Campo e Vila de São João Del Rei.” (1º LIVRO DE TERMOS E DELIBERAÇÕES, 1784, fl. 249, citado por LOPES, 1942, p. 67-68).

⁵¹ “Os dias dos editaos (*sic*) que nesse passaram para efeito de se alcançar a obra da sobredita Capela-mor na forma que determina a Ordem de Sua Magestade (...)”. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, APM, código 1075 – C.C, fl. 91 v, 20/04/1756,).

⁵² 1º Livro de Termos e deliberações, fl. 107 “(...) e se fixassem Editaes para se por em praça a obra pelo mesmo risco, e na forma das condições que para isso se havião feyto.” (1º LIVRO DE TERMOS E DELIBERAÇÕES, fl. 107).

A análise dos editais de arrematação das três igrejas citadas permitiu dizer que eram nesses instrumentos públicos onde se indicavam o dia em que a obra seria “posta a lances”, sendo seguido pela arrematação dela. É importante observar que um dos critérios que fazia com que o profissional tivesse boas chances de arrematar as obras era o valor do lance que ele dava no momento das arrematações. Os profissionais mais experientes e conhecedores dos trâmites relativos aos empreendimentos tinham o pleno conhecimento de que o menor lance dado seria considerado o melhor e, dessa forma, teria maiores chances de ser aceito.

Todo profissional da construção que estivesse disposto levar a cabo alguma obra deveria estar no dia e local determinados pelo edital. Os locais de arrematação das obras geralmente eram a Casa dos Contos da Real Fazenda,⁵³ em Vila Rica, ou na própria casa do Provedor da Real Fazenda⁵⁴ ou ainda na sede onde se reuniam os Irmãos das Irmandades que estivessem interessadas na contratação de profissionais para a construção da igreja⁵⁵ (TRINDADE, 1951, p. 293).

O profissional que desejasse arrematar a obra deveria estar disposto, além de dar o menor lance, como foi dito, fazer a edificação de acordo com “a forma da planta, suas condições e apontamentos, conforme detremina a Ordem de Sua Magestade.” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1766).

Nos documentos analisados, fica evidente que havia uma norma para se realizar os pregões de arrematação. Estes eram feitos seguindo os ritos oficiais que eram utilizados pelo Senado da Câmara. No rito da arrematação, o porteiro do auditório

⁵³ “Aos vinte e três dias do mês de Março de mil setecentos e cinquenta e seis nesta Vila Rica de Nossa Senhora do Pillar do Ouro Preto em a Caza dos Contos da Fazenda Real”. (...). (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1756 fl. 93)

⁵⁴ “Anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e sincoenta e seis aos vinte dias do mês de Abril do dito anno, nesta Villa Rica de Nossa Senhora do Pillar do Ouro Preto, em caza de residencia do Doutor Provedor da Fazenda Real Domingos Pinheiro, Cavaleiro Profeço na Ordem de Christo.” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, APM, código 1075 – C.C, fl. 91, 20/04/1756).

⁵⁵ “Anno do nassimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil sete centos sessenta e seis aos vinte e sete dias do mês de Dezembro nesta Vila Rica de Nossa Senhora do Pillar do Ouro Preto, em a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da dita vila sendo na caza da Venerável Ordem Terceira de São Francisco desta mesma vila (...).” (TRINDADE, 1951, p. 293).

afrontava os arrematantes ⁵⁶. Punha um ramo verde na mão de quem desse o melhor lance e assim ganhasse a concorrência. Lopes (1942) publicou um documento minucioso alusivo ao momento da arrematação para a construção da igreja do Carmo e é a partir deste documento pode ser entendido como se dava o procedimento de arrematação das obras:

A certa altura, com voz alta e inteligível e bem percebida dos presentes, apregoou o Porteiro dos Auditórios: que coatro mil cruzados trezentos e sincoenta mil reis querião pela dita obra na forma dos riscos, e condições, e azolejos com pagamentos na forma nelas declarados, se havia quem por menos o fizesse se chegasse a ele receberia seu lanço afronta fazia por que menos não acharia, se menos achava, menos tomara, e lhe dava húa, duas, e outra piquenina. Apregoou novamente, terminando por dizer que lhe dava húa, duas, e por não haver menor haver chegandose a pessoa do sobredito lançador Manoel Francisco de Araújo, disse dou lhe três, pois se menos me não dão fassa lhe muito bom proveito, e com as coaes solenidades, observadas as mais de Direito ouve a meza a rematação por feita com todas as cláusulas, condições, e obrigações expressas neste auto. (LOPES, 1942, p. 68).

Em alguns casos para algumas obras correntes, ou mesmo para obras consideradas importantes fazia somente o termo de arrematação que era assinado pelo profissional que havia conseguido arrematar a obra, mas este deveria apresentar aos presentes os seus fiadores, que eram considerados profissionais de alto nível.

É importante ressaltar que, no universo arquitetônico setecentista, para se conquistar a confiança mencionada acima, por parte dos especialistas da construção, era importante, além de ser competente, ser também dono de uma estrutura material e física, que propiciasse ao arrematante levar adiante a empreitada e, além disso, assumir todas as dificuldades e riscos que, inevitavelmente, apareceriam no decurso das obras arrematadas, quer fossem elas públicas ou privadas. A esta estrutura, conforme já visto, recebeu o nome de “fábrica”.

⁵⁶ “O dito porteiro afrontando as pessoas que ali se achavam e passavam e por não achar quem menos lanço lhe desse fez pergunta se rematava e visto pelo dito Doutor Provedor e que com efeito não havia quem menos lanço desse mandou ao dito porteiro fizesse mais deligências e que entam afrontasse e rematasse. (...)” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, APM, códice 1075, C.C, fl. 91 v. e 92, 20/04/1756).

Diante disso, é notável a importância no universo da construção de personagens como Antônio da Silva Herdeiro, Domingos Moreira de Oliveira e João Alves Vianna, que, de acordo com o que foi analisado, arremataram as construções das igrejas de Nossa Senhora do Bom Sucesso, São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Carmo, respectivamente, levando tais obras até o fim de sua execução, atestando, assim, a sua competência.

A análise dos documentos relativos à arrematação da obra da igreja de São Pedro dos Clérigos, da Vila do Carmo, possibilita também evidenciar a importância do fiador. Essa igreja pode ser considerada uma “obra revolucionária” (DANGELO, 2006, p. 323), onde o mestre pedreiro José Pereira dos Santos (ANUÁRIO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA III, 1954, p. 137-140) precisou de 12 fiadores, dentre eles Manoel Francisco Lisboa, além de Domingos de Oliveira e José Pereira Arouca, considerados ilustres mestres da arquitetura e da construção.

Uma relação de compadrio e confiança era estabelecida entre as partes interessadas, na qual o fiador atestava a competência do arrematante da obra a partir da assinatura do contrato, dando a garantia de que esta seria entregue concluída ao seu contratante. Caso não fosse concretizada pelo arrematante, ela deveria ser assumida pelo fiador. Ele ficava sujeito até mesmo a impedimentos legais, caso o arrematante não honrasse com a obra assumida.

Um importante episódio onde os fiadores tiveram que dar assistência foi no caso do arrematante das calçadas e quartéis de Vila Rica. Os fiadores receberam um requerimento por parte do “Procurador do Concelho” intimando-os a arcarem com os custos das obras, sob pena de serem presos. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1741).

A partir da documentação analisada, percebe-se que nesse período o tratamento dispensado aos profissionais que não conseguiam levar a cabo uma obra era rigoroso, o que viria a prejudicar a imagem do oficial, dificultando que ele pudesse assumir obras posteriores. O caso do pedreiro Antônio Leyte Esquerdo é um exemplo do rigor praticado nas Minas Gerais. Esquerdo foi preso, já que não conseguiu terminar a ponte do bairro da Barra. O pedreiro necessitou de uma

solicitação de relaxamento da prisão, após alegar que a ponte só não foi construída devido o período de chuvas e mau tempo. Comprometeu-se a construir a ponte em oito dias. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1749).

Ainda no tocante aos procedimentos de arrematação da obra, para que esta fosse levada à diante sem prejuízo para o contratante, no caso das irmandades e nem para o contratado era importante que este levasse em consideração o que regia o *Termo de Arrematação* que, conforme Ferreira-Alves (1990), além de definir pela entrega da obra, a quem pertencia responsabilidade de executá-la, continha as condições que eram exigidas para a sua realização. Na documentação analisada, se percebe, claramente, essas instruções. As condições para o arrematante da obra de pedra e madeira da capela-mor do Bom Sucesso era de fazê-la com 120 palmos de comprimento com o coto de 100 palmos e 50 de largura e altura proporcional (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1756).

Na oficina do Carmo as condições e exigências foram detalhadas em vinte e dois parágrafos que deveriam ser seguidos pelo arrematante da obra. O documento inicia chamando a atenção para que o arrematante da construção da capela-mor fizesse todas as paredes de acordo com o que fosse determinado na planta. Indicando, inclusive, o material que deveria ser utilizado para a construção.⁵⁷ (1º LIVRO DE TERMOS E DELIBERAÇÕES, 1766, fl. 109 citado por LOPES, 1942). No que diz respeito à arrematação da igreja de São Francisco de Assis foram entregues ao mestre construtor 13 cláusulas que deveriam ser observadas com instruções relevantes desde os alicerces até as torres e conforme Trindade “na execução da obra tinha o construtor de cingir-se dessas condições, que eram estipuladas no ato da arrematação.”⁵⁸. (TRINDADE, 1951, p. 294).

⁵⁷ “Será o rematante obrigado a fazer todas as paredes na forma da planta e seus perfis que estas serão feitas de pedra e cal e areya com toda a segurança como se costuma o fazer semelhantes obras toda a pedra que levar as ditas paredes e seus aliserçois serão delage do Morro damais dura que ouver.” (1º LIVRO DE TERMOS E DELIBERAÇÕES, 1766, fl. 109 citado por LOPES, 1942).

⁵⁸ “Será obrigado o rematante abrir todos os alicerces que mostra a planta os do corpo da igreja (*sic*) torres e fronte espisio de dose palmos de largo e defundo oito adonde não careçer demais, que acarecer sera obrigado aprocorar firmeza sofeciente para asegorança da dita obra (...)” (TRINDADE, 1951, p. 294).

Além das condições da obra contidas no *Termo de Arrematação*, há também a presença dos apontamentos que eram elaborados pelo autor do risco e que estabeleciam como a obra devia ser feita, assim como o preço de custo da construção. Os apontamentos descreviam o traçado que deveria ser feito, assim como seria o processo de construção e quais seriam os sistemas construtivos a serem utilizados. Eles vinham registrados no contrato e o profissional que arrematasse a obra era obrigado a executá-la conforme havia sido determinado.

A análise dos apontamentos existentes na documentação das três igrejas em questão permite ver como são minuciosas as indicações sobre a forma que o mestre deveria construir a capela-mor, as sacristias e o corpo da igreja. Nos apontamentos da igreja do Bom Sucesso existem desde o risco a ser seguido até as indicações dos alicerces das paredes que sustentariam o edifício. É interessante observar como as indicações são ricas em detalhes conforme está presente no documento abaixo:

Primeiramente, será o Mestre que arrematar a dita obra obrigado a fazella a imitação do risco, metendo em medida assim em altura como em largura tudo em sua medida, acomodando a largura com o comprimento, como também repartindo a guarnição dos bancos em altura suficiente para acomodação da pedra em todas as guarnições. Abrir-se-ao alicerces das paredes mestras com largura de oito palmos e em altura suficiente até a firmeza capaz, e serão bem cheias as paredes e bem (ilegível) de cal, saibro e barro, o que levarão as mais paredes todas. Seguirá esta altura até dar para se assentar a soleira da porta principal e das mais portas, que correrá esse soleiramento toda a volta da obra para sobre ele fazer o coto das paredes mestras, que serão de seis palmos de largo. Sobre o dito soleiramento correrá um banco de soco liso, de dez palmos e meio de alto, que este correrá toda a volta da obra, fazendo seus ressaltos donde for perciso, que he nos cantos (...) (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1766).

Da mesma forma que existe uma riqueza de detalhes nos apontamentos da igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, este quesito é percebido também nos apontamentos encontrados na documentação da igreja de Nossa Senhora do Carmo, feitos para a sua edificação. Chama atenção, inclusive, para que o arrematante se atentasse à planta e aos materiais que seriam utilizados na construção, conforme consta no nono parágrafo:

Será obrigado o rematante a fazer os seis arcos das capelas na forma que mostra a planta e as suas voltas. Serão feitas de lages do morro com toda a

segurança que se careçe para a dita obra estes serão fechados em cima de (ilegível) em volta redonda e assim mais fará as duas servidois para os púlpitos na forma da planta com toda a segurança que se carecer fazendose os perpianhos de cantaria tosca de itacolomi. (1º LIVRO DE TERMOS E DELIBERAÇÕES, 1766, fl. 109 , citado por LOPES, 1942).

O detalhamento, observado nas documentações das obras acima, não seria diferente nos apontamentos para a igreja de São Francisco de Assis. Interessante ressaltar que estava contido nesta documentação o período que o profissional deveria executar a obra. De acordo com o observado na décima terceira cláusula para a execução da igreja de São Francisco de Assis:

Será obrigado o rematante a dar feita e acabada toda a referida obra no termo de cinco annos para o que trará atualmente os officiais que se lhe assignarem serem neseçarios com as pennas que nas mesmas assignarão se lhe puzerem não o trazendo tanto de asentadores como de canteiros para lavrarem a pedra de cantaria a tempo conveniente e ficará elle rematante sugeito a ser a obra que for fazendo vista e examinada se vai ou não vai conforme o risco e condiçõens como tão bem não poderá pedir aaccessimo algum de alguma couza que por esquecimento se não tenha devertido achandose no risco e seu perfil. (...) (TRINDADE, 1951, p. 299).

É interessante salientar que os apontamentos eram partes constantes dos contratos e a inobservância deles acarretava prejuízo ao arrematante, que, com foi dito, se via obrigado a executar a obra a partir das indicações contidas no documento.

A obra feita pelo arrematante estava sujeita a passar por uma vistoria, caso fosse necessária, feita por mestres peritos do ofício em questão. Essa vistoria recebeu o nome de louvação. Os peritos chamados a darem o seu parecer eram chamados louvados, aos quais cabia a verificação das obras, com o intuito de constatarem se o trabalho realizado estava dentro das normas prefixadas nos apontamentos.

Importante lembrar que se caso o risco fosse desvirtuado, contrariando o que havia sido acordado entre ambas as partes, contratante e contratado, a obra ficaria sujeita a demolição, sendo refeita a expensas do profissional que a arrematou.

Infelizmente, não foram localizados os documentos das louvações da obra do Bom Sucesso e quais profissionais foram os louvados da mesma, já as documentações alusivas às louvações das igrejas do Carmo e São Francisco trazem informações relevantes de como se deram esse processo.

No caso da igreja do Carmo, após o risco original, que como foi dito foi feito por Manoel Francisco Lisboa, ter sofrido modificações e o novo risco ter sido visto e aprovado pelos mesários e ainda, após aprovadas as 11 novas condições da nova obra, ficou resolvido que se deveria fazer as louvações pelos peritos. Ficando estabelecido, dentre outras especificações que:

Será obrado o corpo da capella, pela nova planta com as grossuras das paredes que nella se mostram com a advertência que as torres recolherão para dentro hum palmo cada hua, e terão de vão tão somente doze palmos as paredes do fronte espício não terão mais de oito palmos de grosso. (DOCUMENTO AVULSO, 1773, fl. 7, citado por LOPES, 1942, p. 26).

Cabe ressaltar que a construção da capela-mor da igreja do Carmo passou por seis louvações, sendo que para cada uma delas foi necessário introduzir novas modificações e acréscimos. No termo de louvação, estão presentes todas as alterações pelas quais passou a obra. Abaixo, pode ser visto o laudo referente a sexta e última louvação da obra que diz o seguinte:

Aos onze dias do mês de agosto de mil setecentos e oitenta e cinco annos, nesta Villa Rica e capela de Nossa Senhora do Monte do Carmo onde nós louvados nomeados e aprovados fomos vindos para efeito de louvarmos a obra da dita capela, no forão apresentados risco e planta e condições e várias louvações e ajustes que entre o remate e os Irmãos mezários daquella venerável ordem tem avido, e avista de tudo, vimos e examinamos a dita obra a qual achamos feita e acabada na forma das ditas condições e risco, só sim achamos falta de ornamentos no fronte espício, lhe deminuimos oito oitavas pello defeito de se achar partida cujo defeito não progredica a segurança da obra. Seis soleiras pequenas que achamos menos, avaliamos em seis oitavas. Avalliamos mais os guarnicimentos de algumens ornatos em duas oitavas cujas avaliaçoins acima declarados, se devem abater ao rematante da obra, e nesta forma fizemos esta louvação bem e fielmente seguindo o que entendemos em nossas condições, e so sim fica o rematante obrigado a meter agoa no lavatório na forma que he obrigado e para constar fizemos este termo que todos assignamos. (DOCUMENTO AVULSO, 1785, citado por LOPES, 1942, p. 33).

A referida louvação foi aceita tanto pelo testamenteiro de João Alves Vianna, João Fernandes Parente, quanto pela Mesa, que colocou um adendo para o pagamento do arrematante. Alves Vianna só receberia o seu último pagamento se colocasse água no lavatório e se fixasse a parede dele.

No que diz respeito à igreja de São Francisco de Assis, há comprovações de que duas louvações foram realizadas em suas obras. Uma, no ano de 1777, quando a igreja havia sido inaugurada para a realização das missas, mas ainda não havia sido entregue à Irmandade de São Francisco de Assis e outra, ao final das obras, no ano de 1794. Para a primeira louvação, para proceder as vistorias, foram chamados o competente Francisco de Lima Cerqueira, Thomás da Maya Brito e Theotoni Jozé de Oliveira e, para segunda, foram solicitadas as presenças de Antônio Francisco Lisboa e José Pereira Arouca. Profissionais, considerados conceituados e respeitados no universo dos empreendimentos religiosos.⁵⁹

Outro detalhe que está nos apontamentos foi a forma de pagamento feita ao arrematante. Ficou acordado, nos apontamentos das obras da igreja do Bom Sucesso, que Antônio da Silva Herdeiro receberia pelos seus serviços em três pagamentos. Um, no principio, outro, quando a obra estivesse sendo executada e a última parcela do pagamento no final da obra, depois que a obra fosse toda examinada, ou louvada.⁶⁰

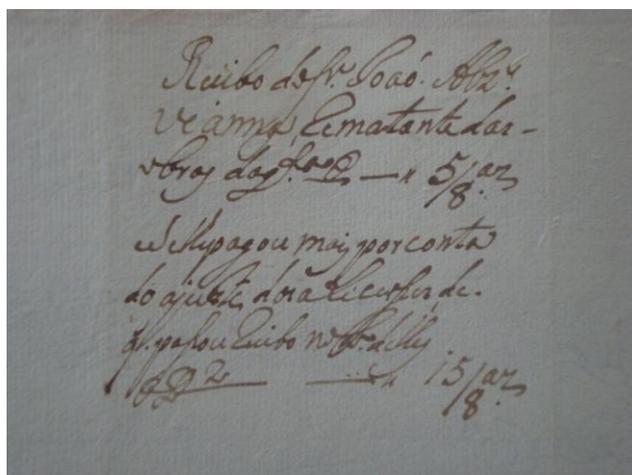
Os pagamentos feitos pela Mesa da Ordem de Nossa Senhora do Carmo se diferenciaram um pouco dos pagamentos feitos a Antônio da Silva Herdeiro nas obras do Bom Sucesso. Nos apontamentos das obras da capela-mor do Carmo, fora

⁵⁹ “Aos vinte e coatro dias do mês de agosto de 1794 annos nesta Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto e no Comisistorio e caza de despacho desta Venerável Ordem onde eu Secretário atoyal da mesma Ordem me achava com o Ir. Procurador Geral Domingos Alz. Da Costa ahi aparecerão presentes Costodio Luis Soares procurador do rematante Domingos Moreira de Oliveira e os louvados nomeados e aprovados para o exame da obra da Capela da dita Ordem a saber por parte desta Antônio Francisco Lisboa e por parte do dito arrematante o Alferes José Pereira Arouca. (...)” (TRINDADE, 1951, p. 333).

⁶⁰ “(...) O mestre que rematar a dita obra cobrarão o pructo do compito que rematar em três pagamentos, hum no principio, a outra no meyo da dita obra, e o último no fim depois de examinada a dita obra assim da capella-mor como do corpo da igreja cujos pagamentos serão na forma que os da capella-mor e as vias sacras se acharão na forma do risco. Tudo bem feito e acabado.” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, APM, códice 1075 – C.C, fl. 44, 1757).

estabelecido que os pagamentos deveriam ser feitos em seis parcelas. (1º LIVRO DE TERMOS E DELIBERAÇÕES, 1766, fls. 109 e Doc. Avulso, fls. 2, citado por LOPES, 1942, p. 30). À medida que as obras fossem atingindo determinados pontos de desenvolvimento seriam feitos os pagamentos a João Alves Vianna (FIG. 25). De acordo com Lopes “acabadas as torres e concluído tudo o mais que toca ao arrematante se lhe fará o sexto e último pagamento.” (1942, p. 30).

Figura 25 - Recibo de Pagamento a João Alves Vianna



Fonte: Foto da autora, 2011.

Ao analisar a Deliberação da Mesa (1º LIVRO DE TERMOS E DELIBERAÇÕES, 1771, fls. 181, citado por LOPES, 1942, p. 30), expedida pela Irmandade, pode-se apurar que esta norma não foi seguida, pois Alves Vianna recebeu semanalmente para dar continuidade à obra. Os pagamentos eram feitos de acordo com as ordens assinadas pelos mesários. É interessante notar que Alves Vianna obteve da Ordem do Carmo um empréstimo, antes mesmo de arrematar a obra da capela-mor. Isto só confirma que não havia uma norma seguida pela Mesa com relação aos pagamentos feitos aos profissionais. (DOCUMENTO AVULSO, 1763, citado por LOPES, 1942, p. 31).

No que tange aos pagamentos feitos a Domingos Moreira de Oliveira, a situação ocorrida com este construtor foi *sui generis*, já que Oliveira faleceu sem receber todas as parcelas acordadas com a Irmandade, tendo que deixar um testamenteiro

para reclamar os pagamentos que ainda não haviam sido feitos. Foram a viúva e seus descendentes os responsáveis por receber as referidas parcelas, pagas até o ano de 1813.

Ainda com relação aos apontamentos estavam contidos nesses documentos os nomes dos fiadores dos arrematantes das obras. Para as obras da capela-mor Antônio da Silva Herdeiro contou com João Amorim Pereira⁶¹ para ser seu fiador e para as obras dos corredores e sacristia com o mesmo Amorim Pereira e Domingos Pereira.

No que diz aos fiadores para o construtor da igreja de Nossa Senhora do Carmo sabe-se que os nomes apontados foram os de Jozé Mendes Novaez, Antônio José da Costa e Jerônimo Vieira dos Santos. Eles eram moradores de Ouro Preto e se viram obrigados a hipotecar os seus bens “e seus juros com as obrigaçoens precisas e necessárias para toda segurança” (LOPES, 1942, p. 31). Com essa atitude, os fiadores ajudaram o mestre pedreiro João Alves Vianna a assegurar tanto o arremate da obra, quanto o recebimento dos pagamentos.

No caso de Domingos Moreira de Oliveira, arrematante da igreja de São Francisco de Assis foi preciso assinar o termo de arrematação da capela-mor, onde constava que o ele deveria apresentar fianças idôneas assim que fosse receber o primeiro pagamento. O fiador apresentado foi Miguel da Costa Peixoto, conforme consta no documento a seguir:

Abono ao dito recebedor (Domingos Moreira de Oliveira) ao comprimento de tudo como fiador e pagador como se foçe dívida minha própria. Vila Rica, 14 de maeyo de 1769. Declaro que faço este abono somente para mim assignado. (TRINDADE, 1951, p. 314).

Conforme Ferreira-Alves (1990, p. 294), geralmente, eram dois arrematantes, podendo ser do mesmo officio, ou de officios diferentes, mas inseridos no universo

⁶¹ “Aos vinte e três dias do mês de março de 1756 nesta Villa Rica de Nossa Senhora do Pillar do Ouro Preto em a Caza (sic) dos Contos da Fazenda Real ahi por Antônio da Silva Herdeiro e João de Amorim Pereira moradores desta Villa que conheço pelos próprios de que dou fé, por elle me foi dito que ficavam por fiadores e principaes pagadores do rematante retro Antônio Silva.” (...) (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, APM, código 1075 – C.C, fl. 93, 23/03/1756).

arquitetônico, ou de outra profissão que não estivesse relacionada à arquitetura, sendo esta última uma situação mais rara.

Observados todos os passos constantes nos referidos apontamentos e após assinados o contrato, tanto pelas partes interessadas quanto por testemunhas, a obra seria entregue ao arrematante que, a partir desse momento, assumiria a responsabilidade de levá-la até o final, transformando o projeto em realidade.

5 UM OLHAR SOBRE O CANTEIRO DE OBRAS: a oficina de São Francisco de Assis em Vila Rica

Rafael Bluteau denomina oficina como “o nome genérico dos lugares em que trabalham os oficiais de qualquer ofício” (BLUTEAU, 1712-1713). Diante da definição do monge teatino e ao analisar a literatura e a documentação que versa acerca do universo construtivo luso-brasileiro setecentista, foi constatado que a construção da igreja de São Francisco de Assis de Vila Rica funcionou como uma oficina, onde ocorriam trocas de experiências, saberes e técnicas construtivas.

No entanto, não é errôneo dizer que, dada a mobilidade profissional percebida nas Minas Gerais, assim como a autonomia, principalmente do profissional ligado ao campo artístico, fazia com que ele pudesse ser considerado a sua própria oficina por levar consigo, aos lugares que fosse contratado, as suas ferramentas juntamente com o seu saber-fazer acerca da profissão e agregar novos aprendizes nos locais que era convidado a trabalhar.

Ao analisar a documentação da igreja percebe-se que para atender às solicitações e exigências das Irmandades⁶², eram contratados inúmeros profissionais, de ofícios variados, para levarem a cabo as construções religiosas. “Os mestres, os pedreiros, os canteiros e os entalhadores começaram a ter oportunidades de trabalho em conjunto em obras seguidas aqui e ali.” (LEMOS, 2003, p. 89).

No que tange a atuação das irmandades, Boschi (1986) relata que nas Minas Gerais elas iam além de suas funções espirituais, tornando-se responsáveis também por erigir as igrejas e capelas. Transformando-se em grandes parceiras dos empreendimentos ligados à construção em Minas Gerais

Eram as Irmandades responsáveis pelas contratações dos profissionais. Estes iriam construir as igrejas dedicadas ao orago patrono das irmandades contratantes, mas anterior ao início da construção da igreja e de estabelecer a oficina era necessário

⁶²Tais solicitações e exigências, por parte das Irmandades, estão presentes nos Editais de Arrematação das obras.

obter a anuência do Rei, através da licença régia expedida pelo Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens, conforme nota-se no fragmento a seguir:

Dom José por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquém e dalém mar em África Senhor de Guiné, como governador e perpetuo admenistrador, que sou do mestrado da cavallaria e ordem de Nosso Senhor Jezus Christo. Faço saber aos que esta minha provizão virem, que atendendo a me representarem os Irmãos da Ordem Terseira de São Francisco de Villa Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, pertenderem edificar huma Ermida nos subúrbios da mesma Villa, para melhor exercitarem os seus officios espirituaes por estarem em igreja, que não era sua, na qual não podião cumprir com o seu Instituto; e que requerendo ao Ouvidor da comarca, este ouvindo a Câmara que não duvidou, lhes concedera a Licença, para a dita edificação, ordenandolhes que dentro de dois anos, me pedissem a confirmação della, pello meu Tribunal da Meza da Consciencia, e ordens, por serem da ordem de Christo as terras de Ultramar, na forma dos Breves Appostólicos de Gregório Outavo, e de Clemente Sétimo, pedindome os mesmos suplicantes fosse servido confirmar a mesma licença. (...) (TRINDADE, 1951, p. 266).

Com base na documentação do Setecentos publicada por Trindade (1951), conclui-se que a expedição de uma licença régia dava-se de forma bastante morosa. O documento era expedido após ser realizada uma pesquisa que consistia em verificar se a Irmandade ou a paróquia possuíam os recursos que eram necessários para levar a cabo uma obra.

É importante lembrar que o tempo levado para a obtenção da resposta por parte da Coroa se dava num espaço de no mínimo dois anos depois de recebida a solicitação. Antes de chegar às mãos do representante da irmandade, passava pelo governador.

Como o processo para a expedição da licença régia para a construção da igreja de São Francisco de Assis foi bastante lento, foi necessária a criação do cargo de procurador e este cargo foi investido de uma grande importância, já que era necessária uma pessoa para dirimir as questões relativas às construções religiosas entre a Metrópole e a Colônia.

Ficou a cargo da irmandade a eleição daquele que seria o seu porta-voz, uma espécie de advogado que levaria até ao rei a solicitação de permissão para iniciar as

obras, trazendo até a Irmandade a permissão para dar início ao processo construtivo.

A análise da documentação acerca da construção da igreja de São Francisco de Assis, de Vila Rica, possibilita perceber que muitos foram os imprevistos que ocorriam nesse período quando o procurador peregrinava entre a Colônia e Metrópole, com o intuito de obter êxito. Houve caso de um dos procuradores ficar doente e teve de abandonar o que pode ser chamado de “missão”. Neste contexto, poder ser citado o caso do Dr. Francisco Xavier Ramos, que teve que se ausentar do cargo por motivo de doença, e foi substituído pelo capitão Francisco Antônio Rodrigues Feio (TRINDADE, 1951). Diante de tais imprevistos as construções das igrejas eram cada vez mais proteladas.

Conforme foi apurado, a primeira resposta por parte da Coroa à Irmandade foi dada no ano de 1759, ou seja, seis anos após o início dos trâmites entre Colônia e Metrópole. Nota-se uma situação similar, ao analisar a documentação da igreja do Carmo de Vila Rica, já que a autorização de sua construção também foi marcada pela lentidão. As delongas no processo de liberação da licença régia, assim como a falta de respostas aos pedidos anteriores feitos pela Irmandade, fez com os Irmãos tivessem que enviar à Coroa várias somas em dinheiro para assegurar e agilizar a expedição do documento. Conforme se nota na deliberação abaixo:

Pera efeito de conseguirem o pertendido sobre o requerimento nova mente feito a Sua Magestade para a conceção das terras e lecença pera se fazer a Capella de nossa Mai Santíssima asentarão de comum e geral acordo que noso Irmão Prior Manoel Dias da Costa tomase sobre si o dito requerimento e por sua via o remetese mandando assistir com todo o dinheyro que fosse necessário pera a despeza não só o custo que elle ficeçe mas também pera regallos que presesos fozem inda que fossem três quatro e mais mil cruzados. (LOPES, 1942, p. 18).

No que respeita ao processo para a liberação da licença para a construção da igreja de São Francisco de Assis, Bazin denomina o “espantoso” (1983, p.29). Tal espanto por parte do autor deve-se ao processo burocrático que caracterizou este caso. Pode-se dizer que a burocracia foi decorrente tanto das contingencias ocorridas com os procuradores, conforme citado, além das trocas dos secretários da Coroa, quanto

pela vontade, por parte desta, de se resguardar com relação aos endividamentos ocasionados pelas construções intermináveis, muitas delas geravam dependência financeira e esta poderia recair sobre a Real Fazenda.

Importa ressaltar que, mesmo diante desse quadro de incertezas e longas esperas pela Licença Régia, o número de agremiados crescia a olhos vistos. No ano de 1755, a Irmandade contava com aproximadamente mil Irmãos “para nela poderem exercer os seus atos, conforme lhe determinam os seus estatutos e regras” (TRINDADE, 1951, p. 255). Diante desse alto número de agremiados, a necessidade de um espaço próprio era imperativa.

A necessidade de obtenção de maior espaço e comodidade para os Irmãos pode ser considerada o principal motivo que levou a Irmandade a dar início à construção da igreja de São Francisco de Assis, sem que ainda tivesse recebido a autorização da Coroa para iniciar à edificação dela. A resposta somente foi conseguida após um período de 19 anos.

5.1 As obras preliminares: a montagem do canteiro

Depois de recebida a anuência para a construção da igreja por parte da Coroa, conforme analisado anteriormente, passava-se à escolha e à compra do local onde a ela seria construída. Iniciavam-se as obras preliminares. Para que os mestres de obras pudessem efetivar esta etapa, eram necessários uma sólida estrutura e um aparato que lhes pudessem atender em suas necessidades. Nesse momento, os mestres comprovavam serem homens de fábrica, conforme abordado, ao demonstrarem que possuíam uma estrutura tanto material, como guindastes, andaimes, ferramentas, juntas de bois, escravos, dentre outros elementos, quanto financeira e capacidade para honrar com os imprevistos que surgiriam ao longo do processo construtivo.

Importante observar que a escolha do local onde seria construída a igreja era feita de forma criteriosa. Eram observados os melhores terrenos, as melhores vistas,

assim como os melhores preços. (TRINDADE, 1951, p. 269-270) Diante de tais necessidades para se chegar ao terreno ideal, era necessário efetuar desapropriações e demolições, conforme observado no caso da construção da igreja de São Francisco de Assis, onde os definitórios da Irmandade decidiram que seriam compradas as casas do ex-ministro da Ordem, o falecido sargento-mor João de Sequeira, para com isso chegar ao melhor território possível para efetuar a edificação. Sequeira, ao falecer, possuía várias dívidas e teve os seus bens confiscados pela Real Fazenda, que autorizou o seu testamenteiro a vender os terrenos à Irmandade de São Francisco de Assis.

Conforme apurado na documentação da Irmandade do Carmo percebe-se que a atenção dada à escolha do local para se construir uma igreja também foi observada por esta irmandade. A mesma optou por construir em local de mais visibilidade em Vila Rica, onde, a princípio, estava localizada a capela de Santa Quitéria, no morro de mesmo nome. Local onde se assentou também a administração pública da Vila.

O Morro de Santa Quitéria recebeu a Casa de Fundição e dos Despachos, que foi substituída posteriormente pelo Palácio dos Governadores. Neste local também foram construídas a Casa de Câmara e a Cadeia e diversas residências. Conforme Lopes, “o alto do Morro de Santa Quitéria se transformou numa grande praça, erigindo-se, então, no mesmo local da primitiva capela, majestoso templo, sob a invocação de Nossa Senhora do Monte do Carmo.” (1942, p.4).

Passada a escolha do terreno, das citadas desapropriações, demolições, desaterros, enfim, da preparação da superfície, eram necessários começar os serviços para a construção propriamente dita e o primeiro deles era a terraplanagem. Para acertar as áreas que eram destinadas às futuras construções, o terreno passava por pesados e sucessivos serviços de movimentação de terra.

Era também o momento de erguer muros de arrimo que sustentassem a terraplanagem feita, assim como momento de erigir os telheiros⁶³ provisórios para atender aos trabalhadores em suas necessidades básicas, como, por exemplo, as relacionadas à alimentação, servindo também de depósito de materiais necessários às construções.

Ficou a cargo do Irmão João Ferreira Braga a escolha de um profissional que fosse o responsável por administrar tanto o desaterro e a alimentação que seria servida aos trabalhadores. Diante de tal incumbência, Braga escolheu José Cabo-Verde para ser o cozinheiro no período que durasse o referido desaterro. Cabo-Verde foi o responsável por “administrar o mesmo comer de brancos e pretos.” (TRINDADE, 1951, p. 272).

Foi eleito um carpinteiro⁶⁴, do qual não consta o nome na documentação citada por Trindade (1951), que foi responsável por erigir uma casa de pau a pique, onde seriam acomodados os carros de bois, assim como todas as ferramentas que seriam utilizadas no dia a dia do canteiro.

Para empreender a terraplanagem, uma mão de obra considerável era arregimentada. É interessante registrar que a maioria destes trabalhadores que auxiliaram neste serviço não possuía os seus nomes na documentação analisada, já que faziam os serviços por devoção, ou vontade própria, ou em troca de alguma esmola ou comida.

É necessário dar atenção maior ao fato de que nem sempre os trabalhadores que faziam os trabalhos braçais nas oficinas eram “homens de cor”, conforme percebido na documentação do Carmo, onde se lê o seguinte: “Asestirá com feijão, farinha, toucinho e sal, e algúa carne que servirá para algú branco que venha trabalhar no

⁶³ Telheiros: “Área ou galpão abertos ou fechados, com cobertura de telha, geralmente usados, como depósito, oficina ou para abrigos de fornos.” (ÁVILA, 1996, p. 88).

⁶⁴ “(...) fazer-se uma eleição em um oficial de carpinteiro para este levantar outra casa de pau-a-pique com o massame e madeiramento daquela que se havia deitado abaixo, qual se fazia muito precisa e necessária para se guardar os carros e ferramentas que haviam de laborar no mesmo desaterro.” (TRINDADE, 1951, p. 272).

dito dezaterro, e também comprará os carumbés e ferramentas necessárias” (LOPES, 1942, p. 24). Conclui-se, a partir dos documentos analisados, que esta prática, de ajuda desprendida, era uma constante nos canteiros, ainda mais em se tratando de uma sociedade caracterizada por uma forte religiosidade e que edificava as suas igrejas em nome da fé.

Concomitantemente à terraplanagem, se davam a escolha e a extração das pedras que seriam utilizadas nas construções. A análise das oficinas de São Vicente de Fora, Santa Engrácia e Mafra permitiu notar que não havia descuido dos construtores com relação à qualidade e à procedência dos materiais. Atenção percebida também em Minas Gerais por parte dos construtores que estavam afinados neste quesito com a Metrópole.

Alguns estudos alusivos ao universo da construção na América Portuguesa nos evidenciam também o cuidado tomado na escolha dos materiais, como por exemplo, o *Tratado descritivo do Brazil em 1587*, no capítulo *Memorial e declaração das grandezas da Bahia*, esta preocupação é demonstrada, pois a necessidade de se construir fortificações capazes de resistir às investidas de possíveis inimigos é abordada no documento. Neste estudo há uma descrição minuciosa acerca da abundância de pedra tanto de alvenaria, quanto de cantaria para se fazer muros, fortalezas e edifícios resistentes, assim como da ocorrência de pedra preta nos arredores da cidade de Salvador, de pedreiras boas de quebrar e de cal, produtos necessários para aumentar a resistência das construções de pedra.

Na obra *Novo Orbe Seraphico Brasílico*,⁶⁵ existe um documento redigido, no século XVIII por frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, onde há uma descrição da pedreira que estava localizada dentro do convento de Santo Antônio da Paraíba. Neste documento, frei Jaboatão, além de descrever o local, explica como se davam a extração e o emprego do material. Ressalta também a profusão da pedra no local o que os livrariam de gastos com a compra do material. De acordo com o frei:

⁶⁵ Sobre o documento de Frei Jaboatão ver: *Novo Orbe Seraphico Brasílico*, p. 357, cap. VIII parágrafo 304, livro III, em parte reproduzido na RSPHAN, n. 6 p. 287 – 288, 1942.

Nesta pedreira do convento se tirou, e tira, ainda que já com algum trabalho de desmontar a terra pelos seus altos, toda a pedra, assim de cantaria, como a mais, que he necessaria a qualquer obra ou edificio. Consta de vários bancos como explicão os mestres da arte. (...) Toda sendo de grande conveniência e menos custo para as obras do convento que muito depois se levantou de novo, tirando-se dentro da sua cerca todo o material de pedras e cal e tão bemo saibro, que serve em lugar da areia, e he huã terra algum tanto vermelha que depois de tirada alguã, se segue esta athe se dar com o primeyro banco de pedreira, e tudo isto se tira dentro do terreno da cerca, sem a moléstia de o pedir e comprar fora. (JABOATAM, 1942, p. 287- 288).

Uma obra que traz a descrição de pedras utilizadas na construção, assim como sobre a sua origem é *O mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro – 1590/1990*. As pedras para a construção do mosteiro foram extraídas da Pedreira da Carioca, aberta no Morro da Viúva, em Botafogo. Elas eram consideradas de boa qualidade e apresentava as melhores condições para ser empregadas nas construções de igrejas. Outra construção onde se atesta a utilização de pedras é a construção da igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro (ALVIM, 1997), no Rio de Janeiro.

Para que o construtor obtivesse as melhores pedras para as edificações, era necessário escolher a melhor pedreira que se iria extrair o material. Interessante salientar que até o viajante Jean Baptiste Debret (BANDEIRA; CARVALHO, 2009) demonstra, numa de suas obras (FIG. 26), intitulada *Pedreira*, como seria o local de extração das pedras destinadas às construções feitas na cidade do Rio de Janeiro. A representação feita pelo francês é referente ao século XIX e retrata a retirada das pedras e como seria o trabalho que antecedia à chegada delas aos locais destinados às edificações.

Figura 26 - Pedreira



Fonte: DEBRET, 1826.

O trabalho de extração e de beneficiamento preliminar das pedras era realizado pelos escravos nas pedreiras. Cabia também ao mestre pedreiro, responsável por comprar as pedras, trabalhar nas pedreiras, além de ser responsável por vistoriar e direcionar o trabalho escravo para que não houvesse perdas e houvesse melhor aproveitamento do material.

Como ainda não foram localizados documentos que deem pistas acerca do local onde se dava as extrações das pedras, esta representação pode ser considerada uma reprodução que mais se aproxima do trabalho realizado nas pedreiras também no século XVIII. Já que nos documentos, como por exemplo, no inventário de Antônio da Silva Herdeiro (ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA, 1801), há menção de juntas de bois, cangalhas e escravos que naturalmente seriam utilizados numa pedreira para se levar as pedras até a construção.

Para este ofício, eram mobilizados grandes contingentes de escravos. Conforme notado na representação de Debret, o trabalho que se dava nas pedreiras era realizado em equipe e os escravos deveriam cavar buracos nas rochas para alojarem as pólvoras. Das explosões, resultariam fragmentos com os quais se trabalharia posteriormente. Os escravos deveriam extrair blocos regulares de pedras. E esta atividade se dava por métodos manuais rudimentares, com perfuração na pedra, onde era instalada pequena cunha para produzir blocos nos tamanhos desejados.

Na gravura de Debret, há um barracão construído para que as pedras pudessem ser trabalhadas e/ou fragmentada. Estas pedras seriam colocadas em carros de bois e estes seguiriam viagem para o local onde seria realizado o aparelhamento das pedras e o seu assentamento na construção. Este procedimento era realizado preferencialmente à noite, evitando-se o calor do dia, para que o material não fosse danificado. (COSTA, 2009).

Para conduzir as pedras do local de extração até o pé da obra, era necessário contratar um profissional responsável, denominado carreiro, que conduziria os carros de bois. Estes eram os meios de transportes adotados no século XVIII (KATINSKI, 1980) para levar as pedras até o local da construção. Fazendo com estas fossem entregues na obra sem nenhum dano. Diante disso, o aspirante ao cargo deveria passar pelo mesmo processo de arrematação do ofício de condutor de pedras que os demais profissionais passavam para assumir os trabalhos, conforme percebido no fragmento documental abaixo:

Diz Manoel da Fonseca Netto indigno filho desta Venerável Ordem, e como arrematante da condução da pedra de alvenaria para a obra da nova igreja desta mesma Venerável Ordem, que para continuar com a condução da dita pedra precisa muito da quantia de dusentos réis, para a costiação da grande fabrica de escravos e bois e carros que tem empregados na sobredita laboriação, e por servisso de Nosso Senhora e do Nosso Santíssimo Patriarcha requer a VV.CC lhe mandem dar a referida quantia a qual possa levar em conta abatendose no primeiro pagamento que se lhe ha de fazer da ditta arrematação. (TRINDADE, 1951, p. 472).

Cabe ressaltar que as pedras extraídas e conduzidas até a construção recebiam o nome de seu local de origem (PASSOS, 1940), como por exemplo, pedra do Brumado. Brumado era o local onde foram extraídas as pedras empregadas na obra da igreja do Bom Sucesso (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1757, Casa dos Contos – 1075, fl. 39 v.), a primeira em alvenaria de pedra de Minas Gerais. As pedras do Brumado, situado em Vila Nova da Rainha de Caeté, também foram levadas em carros de boi para Vila Real de Sabará para serem empregadas na construção da igreja de Nossa Senhora do Carmo.

Em vários documentos constantes da obra de Zoroastro Vianna Passos (1940), há referência às pedras saídas de Vila Nova da Rainha de Caeté, como por exemplo, no documento de Receita e despesa da Irmandade do Carmo de Vila Real que diz: “pelo que pagou de hú frasco de vinho, e hum caxão de banana, e hum lombo para dar ajente que trouxe a pedra do Cahete, segunda vez e queijos.” (PASSOS, 1940, p. 129).

Na documentação referente à construção da igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso⁶⁶, mais precisamente nas condições para a construção da obra da capela-mor, estão indicados os materiais que deveriam ser utilizados na obra. No documento, consta que deveriam ser usadas a pedra e a madeira. Ao longo da documentação, existem várias indicações dos locais onde deveriam ser empregadas as pedras. Além de serem utilizadas na capela-mor, deveriam estar presentes também nos degraus, torres e arco cruzeiro⁶⁷.

Indicações parecidas estão presentes na documentação do Carmo, onde estão detalhados os tipos de pedra que iriam ser utilizadas na construção, assim como os locais que seriam empregadas. Para as obras de alvenaria, foram utilizadas as pedras das Lages do Morro; para os trabalhos de talha, foram utilizadas as pedras

⁶⁶ “Condições com que se há de arrematar a obra de pedra e madeira da capella-mor que se pretende fazer da igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Villa Nova da Rainha do Caeté (...).” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, APM, códice 1075 – C.C, fl. 39 v, 1757).

⁶⁷ “O adro em cima será lajeado, ou de tijolo, e os degraus de pedra.” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, APM, códice 1075 – C.C, fl. 40 v, 1757).

sabão; e para obra de cantaria, as pedras do Itacolomy. Também eram do Itacolomy as pedras empregadas na construção de São Francisco de Assis.

No que tange à documentação de São Francisco de Assis, existe, nas condições de arrematação das obras da capela-mor⁶⁸, a indicação do uso da pedra e do local de sua procedência. Na documentação dos claustros e varandas, há nove cláusulas que versam acerca de suas faturas. Em pelo menos três cláusulas, ficam indicados, claramente, para o arrematante, os locais onde ele deveria extrair as pedras para a construção:

Será mais obrigado, a tirar, e quebrar toda a pedra que se carecer, assim de sabão, como de Itacolomy sendo obrigado a faser os acentos em sima dos pateos, que nesta se declara da dita pedra do Itacolomy por esta faser melhor figura, e ficar correspondendo a mesma grade de balaústres. (TRINDADE, 1951, p.353).

Todas as etapas citadas, principalmente no que respeita à utilização correta dos materiais, deveriam ser acompanhadas, com muita atenção, tanto pela irmandade, que era a contratante, quanto pelo mestre de obras, o contratado, para que houvesse o mínimo de erros possíveis no processo construtivo. Observados estes pontos considerados imprescindíveis, passava-se ao início da construção da igreja.

5.1.2 Dos alicerces

Entende-se por alicerces maciços de alvenaria que servem de base a paredes de uma casa ou edifício. O elemento fundamental que constituía os alicerces das construções religiosas em alvenaria do período colonial era a pedra. Esta poderia ser seca, ou seja, sem argamassa, unida ao barro ou a cal. Na análise de Sylvio de Vasconcellos (1979), esta última técnica está presente em construções mais recentes e, no caso do período colonial, era utilizada mais raramente.

⁶⁸ “Será obrigado o rematante a fazer todas as paredes que mostra a planta risco e seu perfil de pedra.” (TRINDADE, 1951, p. 295).

Consta no documento de arrematação, mais precisamente nas condições e advertências recebidas pelo mestre-pedreiro Domingos Moreira de Oliveira, que foi esta técnica, considerada mais rara por Vasconcelos (1979), adotada pelo mestre pedreiro e sua equipe na construção da igreja de São Francisco de Assis.⁶⁹

No que diz respeito à abertura dos alicerces, um dos fatores de fundamental importância levado em consideração era sobre as medidas estruturais. Eram estas que dariam firmeza à edificação, dando a ela solidez e durabilidade. O que se pode constatar, diante de tantos detalhes e minúcias presentes nos documentos, é que os contratantes, não se pode aqui afirmar se todos, mas boa parte deles possuía um considerável conhecimento acerca das etapas construtivas e dos elementos constitutivos de uma edificação.

No documento entregue ao mestre de obras Domingos Moreira de Oliveira, alusivo aos alicerces da igreja São Francisco de Assis, constam inúmeras exigências concernentes às referidas medidas estruturais, tais como a profundidade, a largura, assim como os materiais que deveriam ser aplicados para a execução deles. No caso da igreja de São Francisco de Assis, estão contidas em 13 cláusulas que norteariam o mestre-pedreiro na edificação da igreja. Duas delas versam exclusivamente acerca dos alicerces propriamente ditos. Este documento dá as dimensões exigidas para os alicerces da igreja e evidencia a preocupação em fazê-los com segurança, pois seria nestes onde se assentariam as pedras para se iniciar a edificação da igreja. No primeiro item, pode ser lido o seguinte:

Será obrigado o rematante abrir todos os alicerces que mostra a planta os do corpo da igreja torres e fronte espisio de dose palmos de largo e de fundo oito adonde não carecer demais, que acarecer será obrigado aprocorar a sua altura para o que não asentara a pedra sobre ditos alicerses sem serem vistos e examinados. Os dos alicerces da capela mor e sancrestia terão de largo oito palmos e de fundo o mesmo que os do corpo da igreja com a mesma observância. Os alicerces para a parede dos corredores caza do noveciado e despacho, terão de largo sete palmos e de fundo seis observando o que assim fica dito. (TRINDADE, 1951, pp.294–295).

⁶⁹ “Será obrigado o rematante aimcher todos os aliçerses de pedra e cal bem moçisados e com pedra grande e dura, principalmente adonde recebe cunhais e encontros de arcos e adonde mais conveniente for para a segurança da obra que mostra a planta, risco e seu perfil.” (TRINDADE 1951, p. 295).

Naturalmente, a preocupação com a profundidade e a segurança das estruturas era um dos primeiros quesitos observados nas construções religiosas, pois, além da igreja São Francisco de Assis, esta atenção foi observada também nas condições e advertências tanto para a construção da igreja do Carmo, quanto para a do Bom Sucesso. A atenção foi redobrada nestas duas últimas, ao que tudo indica, por causa as suas proporções. Nas condições contidas na documentação da igreja do Carmo, podem ser lidas as seguintes recomendações: "Terão os alicerces do fronte espisio dezoito palmos de fundo e a mesma altura terão os das torres tudo em roda os coais a liserçes terão a largura necessaria para ter para fora do plumo da parede coatro palmos". (LOPES, 1942, p. 123).

Sylvio de Vasconcellos (1979) chama atenção ao fato de que a dimensão dos alicerces modificará naturalmente, em função dos volumes que a estrutura for suportar, aprofundando-se e alargando-se à medida que as paredes forem ficando mais altas. Percebe-se esta situação em relação aos alicerces da igreja do Bom Sucesso, onde existem as seguintes recomendações:

Condições com que se há de rematar a obra de pedra e de madeira da capella mor que se pretende fazer da igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Villa Nova da Rainha do Caeté, que terá cento e vinte palmos de cumprido com o coto que fora desta fica de cem palmos, e de cinquenta largura, e altura proporcional. Primeiramente será o rematante obrigado a fazer toda a obra pela planta e seu perfil, tanto o corpo da igreja como a capella mor e sacristia, com ilhargas e fronstespício, como abaixo se declara nos apontamentos seguintes:

Serão abertos os alicerces de toda a obra com largura de nove palmos, com a altura em se achar terreno firme e seguro de pissarra ou firmesa onde se possa principiar o seu alicerce com toda a segurança, sendo este bem juntado e massiçado com cal, de sorte que não tenha ruína. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1757, fl. 39 v.).

Com relação às funções executadas na oficina, no momento de abertura de alicerces, pode-se dizer que o mestre-pedreiro tinha um papel relevante, o de coordenar os trabalhos para que fossem cumpridas todas as exigências contidas no documento entregue a ele. O menor erro nas fundações comprometeria a superestrutura. Diante disso, era mister que o profissional, de posse de seu ferramental, principalmente o nível e o prumo, assegurasse que as pedras

assentadas pelos pedreiros estivessem na horizontal perfeita, além de verificar, constantemente, se as paredes estivessem sendo erigidas exatamente na vertical, observações que a princípio podem ser consideradas elementares, mas, que se passassem despercebidas, poderiam causar danos a obra e gerar inúmeros prejuízos tanto à Irmandade, quanto ao arrematante. Além dessas atribuições, no momento da fundação, o mestre deveria coordenar também os trabalhadores para que eles executassem da melhor forma possível o que estava recomendado no documento de arrematação, já que as obras passariam por louvações e vistorias por parte da Irmandade.

Aos ajudantes de pedreiros, chamados serventes, caberia, *grosso modo*, preparar a argamassa que seria levada até o local que estavam sendo feitos os alicerces pelos pedreiros responsáveis por preenchê-los com pedra e cal que conferiria firmeza às estruturas e que deveriam ser usados “principalmente adonde recebe cunhais e encontros de arcos e adonde mais conveniente for para segurança da obra que mostra a planta risco e seu perfil.” (TRINDADE, 1951, p. 295).

As pedras para os alicerces variavam na sua espessura e no seu tamanho, mas para dar maior solidez às estruturas, essas eram escolhidas pelo mestre-pedreiro, preferencialmente, as maiores. Para encaixar as pedras umas nas outras, era preciso colocá-las em camadas no solo, utilizando as pedras menores para calçar as maiores. Sobre estas, eram distribuídas camadas sucessivas e superpostas de rochas, de forma que elas ficassem bem encaixadas uma sobre as outras. Dessa forma, as pedras ficavam travadas, devido, principalmente, ao calço das pedras menores e esse preenchimento era repetido sucessivas vezes pelos pedreiros, até chegar à superfície.

Analisando os documentos das igrejas, percebe-se um silêncio em relação aos nomes desses trabalhadores que executaram o trabalho descrito acima, na abertura dos alicerces, ao lado dos mestres de obras Domingos Moreira de Oliveira, na oficina de São Francisco de Assis, de João Alves Vianna, na oficina do Carmo e de Antônio da Silva Herdeiro, na do Bom Sucesso, mas torna-se importante ressaltar,

mais uma vez, que evidentemente não foi uma dúzia de braços que fizeram este trabalho.

Ao serem levadas em consideração as proporções da obra, as quantidades dos vários materiais necessários e o tempo investido nas construções, e ainda a qualidade dos trabalhos, fica evidente que o esforço de grande número de trabalhadores foi consumido nos canteiros de obras. Profissionais que contribuíram, sobremaneira, para fazer estruturas e edificações sólidas conforme atestado, já que estas resistiram até os dias de hoje.

O mesmo acontece com a construção dos paredões para igreja de São Francisco. As informações acerca dos trabalhadores que atuaram ao lado do mestre de obras Domingos Moreira de Oliveira e que constam no acervo publicado por Trindade (1951) foram registradas de forma bastante prática pelo síndico, João da Fonseca Neto. As informações encontradas nas folhas de pagamentos referem-se aos trabalhadores, genericamente, como “pessoas”. Pagamento feito pelo “jornal de 5 pessoas”, ou pelo “jornal de 6 pessoas” (TRINDADE, 1951, p. 329) O não registro dos nomes se dava também nas obras públicas e era ainda mais raro, principalmente, em se tratando de escravos, constar nos documentos de receitas e despesas os seus nomes. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1751).

Importante perceber, diante desse cenário, é que a administração da oficina e a organização por parte do mestre eram visivelmente notadas quando se analisam as folhas de pagamento e as prestações de contas. Isto faz acreditar que as oficinas possuíam uma nítida estrutura empresarial.

Além dos alicerces, podem ser encontradas nas condições para a edificação de São Francisco de Assis as indicações para a execução da encilharia⁷⁰. Nas palavras de Nolasco, “encilharia é a técnica construtiva onde são utilizadas pedras cortadas em forma de blocos em superfícies planas paralelas (denominadas pedras

⁷⁰ “Será obrigado o arrematante a fazer de cantaria todos os em vazamentos de todos os cunhais e pilastras de toda esta obra na forma que mostra o risco e assim a imchiliaria que mostra o risco pella parte de fora (...)”. (TRINDADE, 1951).

aparelhadas.” (NOLASCO, 2008, p. 48). Tais pedras tinham dimensões certas para encaixar uma às outras e os pedreiros que realizassem estes encaixes deveriam se atentar para que não fossem deixadas gretas entre as pedras. A técnica utilizada para obter esse resultado era assentá-las de forma semelhante à alvenaria.

Esta técnica aplicada pelos profissionais foi utilizada para a construção dos embasamentos (FIG. 27) que, no caso da igreja de São Francisco de Assis, foram executados em cantaria. Os embasamentos⁷¹ eram feitos após os alicerces chegarem ao limite do solo. São conhecidos também como baldrame⁷² e servem de base para se levantarem as paredes estruturais.

Figura 27 – Embasamento da igreja São Francisco de Assis



Fonte: Foto da autora, 2012.

⁷¹ De acordo com Ávila (1996, p.39) o embasamento é a parte inferior de um edifício destinada à sua sustentação.

⁷² Este baldrame se difere das vigas de madeira nas estruturas autônomas. “Consiste em um embasamento de alvenaria, cantaria ou encilharia. Localizada entre o alicerce e o nascimento das paredes. Vamos encontrar no caso de pavimentos elevados do solo.” (ÁVILA, 1996, p. 25).

5.1.3 – Das paredes estruturais

Consideram-se como paredes estruturais (FIG. 28) aquelas que “além de se constituírem em vedação, suportam por toda sua extensão as cargas da construção como sejam, forros, cobertas e pavimentos superiores.” (VASCONCELLOS, 1979, p. 19). Para a construção de paredes estruturais em Minas Gerais, foram utilizadas técnicas variadas e processos diversos. De acordo com Santos (1951), no caso de Ouro Preto, na primeira metade do século XVIII, devido à profusão da madeira, as técnicas construtivas adotadas foram pau a pique e taipa de sebe. Posteriormente, adotaram-se taipa de pilão⁷³, adobe⁷⁴ e pedra e barro, e, finalmente, na década de 1750, foram introduzidas a pedra e a cal assim como o tijolo e a cal.

Figura 28 – Paredes estruturais da igreja de São Francisco de Assis



Fonte: Foto da autora, 2012.

⁷³Taipa de pilão: “É o sistema em que as paredes são maciças, constituídas apenas de barro socado. Pode incluir em sua espessura reforços longitudinais de madeira. Ao barro são misturados, frequentemente estrume, fibras vegetais e cascalhos. A espessura é sempre superior a 40 centímetros.” (ÁVILA, 1996, p. 87).

⁷⁴ Conforme Ávila (1996, p. 18) o adobe é “um grande tijolo de barro seco ao sol. Na sua confecção, ao barro bem amassado às vezes eram adicionadas palha, crina, etc., para aumentar a resistência.”

No que respeita às paredes estruturais da igreja de São Francisco de Assis, existem algumas advertências para a sua construção. “As paredes das torres deveriam ser erguidas de oito palmos de groço” (TRINDADE, 1951, p. 295), chegando até a cimalha real. Conforme Trindade (1951) da cimalha em diante deveria ser feitas conforme o que estava indicado na planta. Tal procedimento deveria ser repetido na parede do frontispício. Para suportarem a carga do edifício, era fundamental que as paredes fossem levantadas, considerando todas as medidas indicadas no documento entregue ao mestre-pedreiro Domingos Moreira de Oliveira, assim como a mesma qualidade dos materiais e técnicas empregados nos alicerces por sua equipe.

Conforme já ressaltado, a utilização dos materiais pedra e cal foi uma técnica empregada em inúmeras etapas da construção da igreja e, novamente, nas paredes por representar durabilidade e segurança. A análise documental permite extrair a informação que além das pedras, provenientes das Lages, havia orientação para que fossem usados também tijolos.

Será obrigado o rematante a fazer todas as paredes que mostra a planta risco e seu perfil de pedra e cal bem moçicadas e ajontourados com as liaçõens neçeçarias para segorança sendo bem travadas nas engras como tão bem fará sobre arcos ou escarçoens emsima de todas as portas sendo bem assentados como sequer para segurança e **poderão ser de Lages adonde couberem e adonde não de tijollo** e terão todas as paredes altura que mostrao risco e seu perfil sendo os meteriais todos à custa do rematante. (TRINDADE, 1951, p. 296) (Grifo nosso).

Importante observar que a técnica citada acima, de compactação do terreno, chegou aos dias de hoje e é praticada nos canteiros de obras, como forma de se ter sólidas estruturas. Nas palavras de Nolasco, a compactação é uma:

Atividade que consiste em aumentar a resistência e o peso específico do solo, diminuindo seus vazios, reduzindo o seu volume total por meio de socamento / compressão, sem diminuir a quantidade de solo. (NOLASCO, 2008, p. 22).

Ainda no que diz respeito à utilização dos tijolos utilizados nas paredes, Santos (1951) diz que estes eram feitos à mão e começaram a ser empregados nas

construções em Vila Rica a partir de 1711. Nessa data, havia sido inaugurada, em Vila do Carmo, uma olaria e esta, por ser próxima a Vila Rica, fornecia o material para as construções tanto vilariquenses, quanto das vilas vizinhas. A inserção dos tijolos na construção, concomitantemente a utilização das pedras, pode ser considerada um marco importante na construção mineira, assistido por profissionais que atuaram na oficina de São Francisco de Assis.

5.1.4 Do barrete da capela-mor e abóbadas dos corredores

As abóbadas mais comuns adotadas nas igrejas de Vila Rica foram as de berço, barrete de clérigo⁷⁵ e aresta. (SANTOS, 1951). As abóbadas de berço, feitas em madeira, foram utilizadas nas capelas-mores, mas, em maior escala, nas naves. Já as abobadas de barrete de clérigo foram mais empregadas nas capelas-mores, como foi o caso da igreja de São Francisco de Assis.

A partir da documentação analisada, apurou-se que, no ano de 1772, foi posta em concorrência a arrematação do barrete da capela-mor e das abóbadas dos corredores da igreja de São Francisco de Assis. No mesmo ano, as obras foram arrematadas por Henrique Gomes de Brito e seu sócio Bento Luiz, conhecido, pela Irmandade, como “mestre dos barrotes”. (TRINDADE, 1951, p. 480).

Os documentos referentes à vida profissional desses dois mestres indicam que ambos iniciaram a parceria na oficina de São Francisco de Assis. Ao que se parece a parceria foi exitosa, já que aparecem juntos novamente no ano de 1774, na reedificação do Palácio dos Governadores e, em 1776, nas obras da residência do desembargador e provedor da Real Fazenda (MARTINS, 1974), ambos os trabalhos contaram com a atuação de Manoel Rodrigues Graça.

No que tange à forma de pagamento acordada entre os profissionais e a Irmandade, ficou determinado que o pagamento fosse feito em três parcelas. A primeira deveria

⁷⁵ O Barrete de clérigo também conhecido como abóbada de clérigo “é formado por quatro triângulos curvilíneos, cujos vértices se encontram num ponto central. É às vezes chamada simplesmente barrete.” (ÁVILA, 1996, p. 25).

ser paga após ter sido entregue o corredor do lado do evangelho; a segunda, quando fosse entregue o corredor do lado da epístola; e, por fim, quando o barrete da capela-mor fosse entregue, após ser guarnecido e caiado.

O processo de arrematação das abóbadas, tanto da capela-mor, quanto dos corredores, se deu de forma bastante semelhante ao da arrematação dos alicerces e paredes feitas por Domingos Moreira de Oliveira. Gomes de Brito e Bento Luiz, ao assumir as arrematações por menor preço, receberam por parte da irmandade de São Francisco um documento com 11 cláusulas, onde constavam todas as orientações sobre como os mestres-pedreiros deveriam proceder para entregar a obra com êxito.

Importa ressaltar que, diferentemente do empreiteiro Domingos Moreira de Oliveira, os sócios Gomes de Brito e Bento Luiz contaram com a parceria integral da irmandade de São Francisco de Assis, já que a mesma assistiu ao arrematante com todos os materiais que ele necessitou, como tijolo, cal, madeiras, pedras. Fato que causa certo estranhamento, já que, como se sabe, um empreiteiro, ao assumir a obra, deveria arcar com todos os gastos decorrentes dela, desde as contratações dos trabalhadores até a compra dos materiais.

Na análise da documentação da igreja de São Francisco de Assis, pode-se constatar que Henrique Gomes de Brito fazia parte da irmandade como Irmão. O que talvez explique essa maleabilidade por parte da irmandade.

Com relação à arrematação no documento, estão contidas as “condições para se rematarem as abobadas dos corredores e barrete da capella-mor da Igreja do Patriarca São Francisco de tijolo e cal (...)” (TRINDADE, 1951, p. 334).

Uma das principais orientações que a irmandade salienta é em relação aos riscos (plantas) que lhe haviam sido passada. Tais orientações deveriam ser reproduzidas o mais fielmente possível e quando estivessem prontas as estruturas, os mestres-

pedreiros deveriam aplicar os massames⁷⁶ em cima da abóbada dos corredores. Além de ser um procedimento importante para a segurança e reforço da abóbada, seria esta técnica responsável pela união das duas abóbadas, do corredor e da capela-mor.

Para os acabamentos, foi utilizado betume⁷⁷, uma exigência por parte da irmandade, para que não houvesse infiltrações nos tijolos. O betume era uma composição que consistia na união de cal, azeite e breu e era necessária a sua aplicação para vedar a passagem da água. Esta técnica de vedação precisou ser utilizada para que a água fosse desviada para as gárgulas e não para a parte baixa das paredes.

Observadas as orientações técnicas e estruturais contidas no documento, toda a circunferência das abóbadas foi caiada sem manchas, com o intuito de dar melhores aparências e perfeição à obra. A finalização dada às abóbadas foi feita em cantaria. Devido ao alto custo, esse material não era utilizado na totalidade do edifício, mas, sim, nos detalhes, como no frontispício, soleiras, pilastras, cornijas, janelas, cunhais e nos arcos das abóbadas, como no caso da igreja de São Francisco de Assis.

Interessa ressaltar que essa preparação das abóbadas era para receber os trabalhos de escultura executado por Antônio Francisco Lisboa (FIGURA 29). No período de 1773 a 1774, Henrique Gomes de Brito e seu sócio Bento Luiz estiveram lado a lado com Aleijadinho, nesta oficina. Além dos entalhadores Luiz Ferreira da Sylva, Faustino da Silva Correa e Leandro Soares de Carvalho. Provavelmente, eles fossem aprendizes e iniciaram na oficina de São Francisco, já que a única referência localizada a respeito desses personagens seja a fatura, juntamente com o mestre Aleijadinho, das esculturas do barrete.

⁷⁶ Conforme Ávila, massames são “argamassas simples, de cascalho, terra e cal, para receber o assentamento de piso de pedra ou ladrilho.” (1996, p.62).

⁷⁷ De acordo com Ávila (1996, p. 26) o betume é uma composição de cal, azeite, breu e outros ingredientes que, à maneira de betume, se usava para vedar condutos de água ou tapar juntas nas pedras. Com a grafia batume, aparece em 1772 nas condições para a construção das abóbadas da igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto.

Figura 29 – Escultura do barrete da capela- mor da igreja São Francisco de Assis



Fonte: Foto da autora, 2012.

Além da arrematação das esculturas do barrete da capela-mor, ficaram a cargo de Antônio Francisco Lisboa e de seus auxiliares os púlpitos, executados em pedrasabão, localizados no arco-cruzeiro⁷⁸, a portada com a escultura de São Francisco de Assis recebendo os estigmas no Monte Alverne (FIG. 30) e o retábulo⁷⁹ da capela- mor. (FIG. 31).

⁷⁸ O arco-cruzeiro é um “arco que separa a nave central e a capela-mor na parte da igreja denominada cruzeiro.” (ÁVILA, 1996, p. 20).

⁷⁹ Retábulo: “Estrutura ornamental, em pedra ou talha de madeira, que se eleva na parte posterior do altar. Às vezes, é chamado genericamente de altar.” (...). (ÁVILA, 1996, p.171).

Figura 30 – Escultura da portada da igreja de São Francisco de Assis



São Francisco de Assis recebendo os estigmas no Monte Alverne.

Fonte: Foto da autora, 2012.

Figura 31 – Retábulo da Capela – mor da igreja de São Francisco de Assis



Fonte: Foto da autora, 2012.

Pode-se dizer que a oficina de São Francisco de Assis foi para Aleijadinho o local propício para que ele pudesse colocar em prática os ensinamentos aprendidos na oficina do Bom Sucesso, que teve como provável mestre José Coelho de Noronha.

Além de ser o provável arquiteto da igreja de São Francisco, Aleijadinho executou os trabalhos de talha. Diversos recibos, que estão presentes e que podem ser analisados na obra de Trindade (1951), foram passados a ele pelo construtor Domingos Moreira de Oliveira e ele assumia a responsabilidade de repassar a seus auxiliares os pagamentos feitos pela Ordem Terceira⁸⁰. Este profissional pode ser considerado um verdadeiro empreiteiro que possuía o controle das ações praticadas na oficina de São Francisco de Assis. Sendo responsável tanto pelas subcontratações dos profissionais que atuavam a seu lado, passando pelos ensinamentos que ele, enquanto mestre repassava aos aprendizes, culminando com o pagamento dos trabalhadores que atuavam sob as suas orientações.

5.1.5 Dos corredores da Sacristia

Para esta obra, o empreiteiro Domingos Moreira de Oliveira selecionou e contratou vários mestres para estarem ao seu lado. A partir dos recibos alusivos à obra iniciada no ano de 1794 (TRINDADE, 1951, p. 340), podem-se extrair alguns nomes dos profissionais que estiveram lado a lado nesta construção. O primeiro deles foi João Alves Vianna que, conforme enfatizado, foi o mestre de obras na igreja de Nossa Senhora do Carmo. A rede profissional que se formava em torno dos trabalhadores do período pode ser sempre percebida. Concomitantemente ou após finalizar uma obra e entregar a empreitada ao contratante, assumiam outro trabalho nos arredores ou até mesmo distante do local onde atuavam. Além da fatura dos corredores da sacristia, Alves Vianna também foi contratado por Domingos Moreira de Oliveira para fazer o reboco da capela-mor da igreja de São Francisco de Assis. (TRINDADE, 1951, p. 343).

⁸⁰ “Recebi do Çíndico da Venerável Ordem Terceira de São Francisco sincoenta oytavas de ouro a conta da quantia do ajuste que fis sobre a fatura do retabolo da Capella-mor e por ter recebido a dita quantia paço este de minha letra e sinal. Villa Rica, vinte e hú de outubro de 1790.” (TRINDADE, 1951, p. 380).

Os profissionais não detinham somente o conhecimento alusivo a sua profissão. Muitos deles se desdobravam em vários ofícios, como os casos já citados de Alves Vianna e também de Henrique Gomes de Brito, que, como já demonstrado, este último era perito em seu ofício de pedreiro, ao executar as abóbadas da igreja, mas que também ficou responsável pelo reboco da cimalha⁸¹ que encima o arco cruzeiro. A competência e a perícia ao executar ofícios variados em várias obras tinham uma grande importância dentro das oficinas, pois conferiam a estes profissionais um diferencial, sendo um importante passo para alçá-los ao patamar de mestres.

Outro profissional responsável por várias funções na oficina de São Francisco de Assis foi o pedreiro Manuel da Rocha Monteiro, que havia trabalhado para a irmandade na construção de paredões e, em 1794, foi localizado novamente, desta vez, assentando o lajeado nos corredores.

Além de Rocha Monteiro e Alves Vianna, trabalharam nos corredores Manuel Fernandes da Costa, Paulo da Costa Peixoto e José Barbosa de Oliveira. Ficou por conta deste último a subcontratação de Custódio José Alves, José da Cunha, Luís da Costa Ramos. Além desses três profissionais, Barbosa de Oliveira subcontratou também dois negros de nomes Manuel e Joaquim e mais um servente, Luís da Costa. (TRINDADE, 1951, p. 340).

Interessante notar que, a partir de um recibo, torna-se possível conhecer um pouco mais sobre o universo das oficinas religiosas do Setecentos como por exemplo, no caso de Barbosa de Oliveira que já possuía um pouco mais de cabedais, já que podia subcontratar empregados para lhe ajudar no ofício. De acordo com o que já foram explanados, os profissionais eram sabedores de que a irmandade não arcaria com as subcontratações e, tampouco, com a alimentação dos oficiais. Condição que ficava acordada entre as partes quando da arrematação da obra.

A finalização das obras dos corredores ficou a cargo do mestre-pedreiro Manuel Fernandes da Costa, responsável pelo aparelhamento da cantaria. Não foram

⁸¹ Conforme Ávila (1996, p. 31) a cimalha é o “arremate superior da parede que faz a concordância entre esta e o plano do forro ou do beiral.”

localizadas informações mais detalhadas acerca da arrematação e do trabalho executado por Fernandes da Costa, o que se pode afirmar é que o mestre-pedreiro arrematou a obra em 1826, entregando à irmandade⁸² um dos lados dos corredores no mesmo ano.

5.1.6 Das torres e sinos

Nas construções religiosas, a principal função das torres era a de abrigar os sinos, constituindo a parte saliente e vertical das edificações. Nas igrejas onde inexistiam torres, as soluções mais praticadas eram instalá-los no frontão (empena) da igreja, internamente, acima do espaço ocupado pelo coro ou colocá-los numa construção independente próxima à igreja. Com relação à história das torres, Dangelo relata:

Carlos Magno, no século VI, fez anexar ao programa das igrejas as torres com funções de defesa e comunicação. (...) Um novo partido arquitetônico (foi desenvolvido) onde a torre passa a ser um elemento essencialmente vertical, de modo a propagar melhor a mensagem sonora. A partir desse momento, a torre sineira torna-se um referencial urbano e espacial ao qual se aliam ora a força da fé cristã, ora a representação do poder comunal. (DANGELO, 1998, p. 1- 2).

No que tange às torres das igrejas de Vila Rica, Baeta (2010) chama a atenção para interessante quebra da horizontalidade reinante no cenário barroco, sendo impossível não se deparar com um par de torres no percurso feito pelo transeunte. As torres que mais chamam atenção são as da igreja de São Francisco de Assis (FIG. 32), de forma cilíndrica e recuada, que aliada ao frontispício⁸³ projetado para frente resulta numa visível tridimensionalidade.

⁸² “Finalmente, em 1826, o mestre pedreiro Manuel Fernandes da Costa contrata o ladrilhamento do corredor ‘do lado de Mariana’ e o realiza no mesmo ano como afirma o registro de pagamento, a fls. 117 do livro segundo de receita e despesa, da quantia de 58\$200.” (TRINDADE, 1951, p.342).

⁸³ Fronstipício: “Fachada principal, frontaria.” (ÁVILA, 1996, p.45).

Figura 32 – Torres da igreja de São Francisco de Assis



Fonte: HENRIQUE, Elias, 2012.

Ao analisar a documentação alusiva à construção das torres, torna-se importante ressaltar a presença de uma equipe envolvida para colocar em prática este projeto de uma arquitetura inovadora em todos os aspectos, onde a introdução das mudanças feita integralmente nos partidos arquitetônicos não poderia mais ser posta de lado.

Para a introdução dessas torres na edificação, foi necessária uma equipe de profissionais com uma mentalidade mais arrojada. Essa equipe foi liderada por Luís Pinheiro Lobo. A construção das torres teve início em março de 1772 e, para a confecção delas, foram necessárias as subcontratações de profissionais que o auxiliariam na empreitada. No que tange aos pagamentos feitos pelas obras, a informação apurada é a de que receberam por “seus jornais sete oitavas e quatro vinténs.” (TRINDADE, 1951, p. 347).

No ano de 1787, a Irmandade decidiu fazer algumas modificações no projeto original, contratando para este serviço o carpinteiro José Ribeiro de Faria. Estas informações são confirmadas no recibo abaixo:

Recebi do senhor ajudante Manoel Alves de Meireles Prior da orde Terceira de Santo Francisco des oitavas de ouro do acréscimo que ouve na cimalha das torres da mesma Capella. Villa Rica a 19 de maio de 1787. Jozé Ribeiro de Faria. (TRINDADE, 1951, p. 348).

No que respeita os sinos (FIG. 33), da mesma forma que ocorreu na construção das torres, um grande número de profissionais foi mobilizado, desde a sua fatura até a sua instalação nas torres. Por ser considerada uma peça de extrema relevância, anunciadora de missas e mortes dos confrades. Os recibos feitos pela Irmandade trazem vários nomes de profissionais envolvidos nesta etapa.

Figura 33 – Sino da igreja de São Francisco de Assis



Fonte: Foto da autora, 2012.

Um deles foi o de Baltazar Gomes de Azevedo. Este ferreiro, quando contratado para executar os trabalhos na oficina de São Francisco de Assis, já era reconhecido e respeitado no meio profissional. Em 1751, Gomes de Azevedo já estava com a sua “Carta de exames e provisões de ofícios” e além de atuar em São Francisco de Assis, trabalhou também na igreja de Nossa Senhora do Carmo, no ano de 1768, conforme será analisado mais adiante, e na Casa de Fundição, no ano de 1770. No

testamento de Gomes de Azevedo, pode ser confirmado que o ferreiro possuía uma estrutura mínima de trabalho, já que declara no documento que deixará escravos, tendas de ferreiro e caldeireiro, com seus aparelhos. (MARTINS, 1974, p. 89).

Ficou a cargo deste ferreiro o “feitio das ferragens do sino”, que compreendia o feitio do badalo, do eixo, das argolas, dos gatos⁸⁴, das cavilhas⁸⁵ e das dobradiças. Era este profissional que ficaria responsável por dar o formato final ao sino. Todos os passos deveriam ser observados em seus detalhes, pois isso incidiria tanto na sonoridade e na afinação dos sinos.

Além de exercer esta atividade, Gomes de Azevedo foi localizado executando também a fatura das grades de ferro⁸⁶ tanto para igreja de São Francisco, quanto para igreja do Carmo. Interessante notar que, se o serviço executado por um profissional em igrejas vizinhas saísse a contento, a irmandade contratante solicitaria o mesmo tipo de serviço para que ao final da obra a sua igreja não ficasse aquém ou menos exuberante diante das igrejas já construídas. Como exemplo, existe, na documentação alusiva, a arrematação das grades de ferro, para a igreja São Francisco de Assis, que Baltasar Gomes de Azevedo deveria fazer as grades “com toda perfeição e segurança e feitio das do Carmo como se acha declarado”. (TRINDADE, 1951, p. 346).

Retornando a fatura dos sinos e ao material utilizado neles, há, em sucessivos recibos, o pagamento de somas de dinheiro para a compra de cobre e de chumbo para serem aplicados na fundição dos sinos.⁸⁷ Há também o pagamento feito a Manoel Gonçalves Neto⁸⁸ pelas ferragens que ele vendeu à Irmandade. Além do citado material, a Irmandade investia na compra de lenhas para ser utilizadas nos

⁸⁴ Gatos: “Peças de ferro que, em parede, muro, etc., une e segura duas pedras de cantaria.” (ÁVILA, 1996, p.49).

⁸⁵ “Peças de madeira ou metal, curta como prego, com cabeça numa extremidade e geralmente fenda na outra, destinada a unir ou segurar peças de madeira ou outro material.” (ÁVILA, 1996, p. 31).

⁸⁶ “(...) e havendo vários lanços foi o menos o de Balthazar Gomes de Azevedo morador nesta villa que nella lançou por cada húa libra de ferro obrado.” (TRINDADE, 1951, p. 345)

⁸⁷ “Resebi do Sr. Domingos Alves da Costa hua oitava de ouro de cobres velhos que lhe vendi q. pezarão sete libras para a fundição do sino novo que se fez em São Francisco e para sua clareza lhe paso este de mesma letra e sinal. 15 de setembro de 1794. Antônio de Crasto Lobo.”. (TRINDADE, 1951, p. 348).

⁸⁸ “Pagou o sindico a ferrage do sino que fes Manoel Glz.” (TRINDADE, 1951, p. 351).

foros. Jacinto Coelho da Silva era o responsável pelo carregamento das bestas que levavam as lenhas até a fundição. Este tipo de ofício mobilizava um alto número de fornecedores de materiais.

O primeiro profissional contratado pela Irmandade para a fundição dos sinos foi o irmão e sargento-mor Manoel Fernandes da Silva que cobrou da Irmandade seis contos 49 mil, 200 e 80 reis. Outro profissional contratado pela Irmandade para a mesma função foi José Valentim Onofre, que entregou o serviço pronto à Irmandade em oito de dezembro de 1883.

Valentim Onofre, que possuía a fundição em Vila Rica, atendia também as regiões vizinhas, como Mariana, conforme consta na inscrição presente no sino da Sé de Mariana. (FIG. 34)

Figura 34 – Sino da Sé de Mariana – Mariana/MG



Na inscrição lê-se: Fundido em Ouro Preto por José Valentim Onofre em Maio de 1884
Fonte: Foto da autora, 2012.

A documentação datada de 1832 traz informações preciosas acerca da mobilização feita para a colocação do sino nas torres. Um total de 25, 360 réis foi empregado por parte da Irmandade, tal soma foi empregada para pagar a pessoa que tirou o sino do seu lugar⁸⁹, para comprar uma arroba de chumbo⁹⁰, caibros⁹¹ para a fatura dos

⁸⁹ 1\$920

⁹⁰ 7\$000

⁹¹ 1\$840

andaimes necessários para instalação dos sinos nas torres, trabalhadores⁹² que estiveram envolvidos na fundição do sino e, por fim, o responsável por colocar o sino na torre⁹³.

Ao fazer a análise, desde a fundição dos sinos até a instalação deles fica evidente que um número considerável de trabalhadores foi contratado para esta etapa da construção. Nesse momento, é percebida a quantidade de profissionais que circulavam numa oficina, assim como o grande número de empregos gerados pela Irmandade em suas contratações.

5.1.7 Das Portas e janelas

As portas e janelas da igreja (FIG. 35) foram ajustadas pelo mestre de carpintaria Lucas Evangelista de Jesus, no ano de 1823. Além das portas, ficou a cargo do mestre a fatura das janelas do coro.

Figura 35 – Portas e janelas da igreja de São Francisco de Assis



Fonte: Foto da autora, 2012.

Ao fazer as portas e janelas, o mestre deveria se atentar à segurança, exigida pela Irmandade, conforme consta em todas as etapas da construção. Além da segurança, o arrematante deveria atentar-se também à perfeição. Importante notar a atenção

⁹² 5\$800

⁹³ 1\$600

dada ao decoro preceito, considerado “fundamental para a fábrica da arquitetura religiosa em Ouro Preto.” (BASTOS, 2009, p. 9). A observância deste ponto, dentre outros, como sutileza, elegância, formosura, decência, dentre outros contidos nos documentos, transformava estas oficinas numa fábrica artística.

No que tange ao pagamento feito ao mestre, está presente no documento entregue a ele no ato da arrematação a forma que foi acordada entre as partes. A porta principal deveria ser executada pelo valor de 80 reis e as quatro portas laterais seriam 24 reis, cada uma⁹⁴. Evangelista de Jesus receberia a metade do valor, após iniciada a fatura, e o restante, ao finalizar todo o assentamento das portas e janelas.

O mestre Evangelista de Jesus necessitou subcontratar o oficial Manoel Francisco de Amaçeno, responsável por furar as madeiras e assentar as portas e janelas. As subcontratações eram necessárias, devido o volume do trabalho assumido pelos arrematantes, e o pouco tempo dado pelas Ordens ao profissional para a entrega do trabalho. Como exemplo, existe o caso do mestre José Barbosa de Oliveira que subcontratou, sob sua responsabilidade, os serventes para a fatura dos corredores da sacristia.

Ainda no que tange às subcontratações, os arrematantes lançavam mão delas sempre que necessário, pois eram a partir delas que os profissionais oportunizaram a inserção nas oficinas dos aprendizes, ou até mesmo de artífices já profissionalizados no ramo em que estava sendo preciso no período em questão, mas que, por algum motivo, não estavam inseridos no canteiro. A análise das subcontratações pode ser uma interessante forma de entender como se davam as relações entre contratante e contratado no interior das oficinas.

No que respeita ao material empregado nas portas e janelas, foi detectada uma variada gama de madeiras das mais variadas espécies, de acordo com a disponibilidade em cada região. As cartas escritas pelo arquiteto, engenheiro e

⁹⁴ “Fara a aporta pella quantia de oitenta mil reis, as quatro travessas de fora da igreja a vinte quatro mil reis cada húa (...)”. (TRINDADE 1951, p.355).

viajante L.L. Vauthier⁹⁵ (1943) acerca da arquitetura doméstica no Brasil são fontes importantes que trazem os nomes de algumas madeiras existentes no território brasileiro, muitas delas empregadas nas construções religiosas. Segundo Vauthier:

As florestas do Brasil, sem exagero algum, fornecem as mais belas e melhores madeiras de construção conhecidas. (...) O Coração negro, a sucupira, o pau-ferro, a massaranduba, a sapucaia e uma infinidade de outras estão ao alcance das mãos do construtor. (VAUTHIER, 1943, p. 159).

Outro viajante que descreveu com minúcias a procedência das madeiras para construção do século XIX foi Jean Baptiste Debret (DEBRET, 1978). A procedência das madeiras utilizadas nas construções no litoral, mais precisamente no Rio de Janeiro, é do sul do Brasil, tais como: canela preta, marrom, óleo, ipê, grapiapunha, guarabu, jacarandá, vinhático, peroba branca e a rosa, cabiúna, guarapiúna, angico, sucupira, cedro, jequitibá, jatobá, picuá, braúna, candeia e, posteriormente, a importada pinho de Riga. Madeiras encontradas também nas construções do século XVIII.

Muitas das madeiras existentes no litoral eram encontradas na Capitania de Minas Gerais, como jacarandá, cedro, braúna e vinhático. De acordo com Ávila (1977), a madeira foi um dos materiais de uso mais intenso e diversificado nas técnicas construtivas e obras de ornamentação do período colonial mineiro. O autor elenca algumas madeiras de maior incidência em Vila Rica e Vila do Carmo, como: aroeira, braúna, bagre, candeia, cangerena, guapeba, andiroba, jengiroba, licorama, ipê, sucupira, tobu, peroba, canela, canela preta e marrom. Importante dizer que cada madeira era apropriada para uma parte da construção. Cabia ao profissional analisá-las e utilizá-las no local adequado.

Conforme Vasconcellos (1979), os construtores preferiam utilizar as madeiras de lei, devido as suas vantagens, mas havia um cuidado de se seguir as normas para

⁹⁵ Arquiteto e engenheiro francês, ele permaneceu no Brasil entre 1840-1846 escrevendo um diário rico em informações sobre a vida e os costumes brasileiros deste período. As suas cartas foram publicadas pela Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ver VAUTHIER, L.L. Casas de Residências no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 7, Rio de Janeiro, 1943.

derrubar as árvores em tempo seco e em fases certas da lua. Entre o período de derrubada e a utilização da madeira, dava-se um tempo para que houvesse uma secagem melhor dos troncos.

As madeiras utilizadas por Evangelista de Jesus para a fatura das portas e janelas da igreja de São Francisco de Assis foram a Canela preta e parda⁹⁶. A canela parda também foi empregada pelo mestre carpinteiro Manuel Gomes Neves e seus oficiais de carpintaria Manoel Gomes Barreiros e Manoel Gomes Laborinho no forro do coro e nas grades de madeira dessa igreja.

Ainda no que tange às portas e janelas, ao término dos serviços prestados por Evangelista de Jesus, a obra passou pela louvação, como era de costume, e dois louvados foram responsáveis por analisá-la. Um louvado contratado pela irmandade, e outro, pelo contratado. Importante ressaltar que o louvado contratado pelo profissional que executou a obra deveria passar pelo crivo da irmandade e, após ser aprovado por ela, poderia participar da louvação e, se fosse o caso, dar o aval à fatura realizada.

No momento da louvação, foi apresentado também o fiador do contratado de nome Manoel d'Ascensão Crus. Ele arcaria com os danos ao material comprado pela Irmandade, na ausência de Evangelista de Jesus, restituindo a ela os prejuízos, caso fossem causados.

5.1.8 Do Telhado

Conforme Santos (1951), o madeiramento dos telhados posto em prática nas Minas Gerais repete soluções já observadas tanto nas basílicas romanas, quanto góticas. Esta afirmativa do autor confirma a circularidade existente no que tange às técnicas construtivas, já que os métodos de madeiramento ganharam o território português e

⁹⁶ “(...) por duas praxas de canella preta de vinte palmos de comprimento, dous de largo, e tres quartos de groço (...) por vinte quatro taboas de canella parda de vinte, palmo e meio de largo, e meio palmo de groço.” (TRINDADE 1951, p. 357).

os portugueses levaram consigo, em suas viagens, o conhecimento acerca da construção, aplicando-os também na América Portuguesa e, inclusive, nas Minas Gerais.

Importa ressaltar que para fazer o madeiramento dos telhados nas igrejas de Vila Rica, inclusive, em São Francisco de Assis, era necessário que fosse feito, primeiramente, o preparo da madeira. Esta etapa se dava de forma semelhante à extração das pedras. O trabalho de escolha da madeira mais adequada era feito pelo mestre carpinteiro, na presença dos aprendizes, ou pelo arrematante do trabalho de extração, encarregado de levar a madeira até o mestre. O corte era realizado por escravos, sob a orientação técnica de um especialista, para que não houvesse desperdício e/ou perda de material.

Caso o corte não tivesse sido realizado em período seco, conforme atenta Vasconcellos (1979), deveria ser realizado o processo de secagem dos troncos, que levava, em média, de seis a um ano, pois estes não poderiam chegar molhados no canteiro de obras.

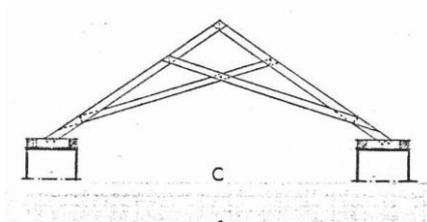
Antes das madeiras serem entregues desbastadas (falquejadas) para ser trabalhadas pelo mestre carpinteiro e seus aprendizes, elas eram desdobradas pelos escravos e passadas às mãos dos carapinas, encarregados de retirar os alburnes, deixando os cernes quadrados para que fossem transformados em vigas ou tábuas e empregadas na construção, neste caso, nos telhados. Importante ressaltar que as tábuas deveriam ser entregues secas e limpas nos canteiros de obras.⁹⁷

A solução para o madeiramento dos telhados, adotada na igreja de São Francisco e pesquisada por Santos (1951), consiste num sistema de caibros armados (FIG. 36),

⁹⁷ “Receberão se nesta venerável ordem terceira de São Francisco vinte e seis dúzias de taboado já limpo, do senhor Antônio Pereira Malta da conta que o dito arrematou para o forro da igreja e para constar dos recibos de sua entrada le passo o presente para a sua clareza e nossa. Vila Rica, 30 de outubro de 1781. Francisco Domingos de Carvalho.” (TRINDADE, 1951, p. 367).

ou seja, uma estrutura sem tesouras, com o caibro⁹⁸ recebendo o olivel⁹⁹, formando assim a cruz de Santo André.

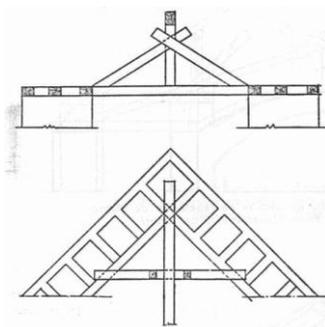
Figura 36 – Sistema de madeiramento do tipo caibro armado, adotado na igreja de São Francisco de Assis



Fonte: SANTOS, 1951, p. 95.

Outra técnica executada no telhado e colocada na parte posterior da igreja de São Francisco de Assis, com o intuito de aliviar a carga do espigão¹⁰⁰, foi a tesoura de ângulo, que consistia na colocação das pernas emboquilhadas em boca de lobo contra os frechais. (FIG. 37).

Figura 37 – Tesoura de ângulo, suportando o espigão



Solução adotada na igreja de São Francisco de Assis.

Fonte: SANTOS, 1951, p. 100.

⁹⁸ “O caibro é uma peça de madeira, de secção retangular, que, nos telhados, se apoiam nos frechais, nas terças e nas cumeeiras, para servir de sustentação às ripas, guarda-pós e telhas.” (ÁVILA, 1996, p.29).

⁹⁹ Olivel: “Nível ou horizontalidade de certos elementos construtivos ou de partes de um terreno.” (ÁVILA, 1996, p.67).

¹⁰⁰ “Será também obrigado a abrir hum rosto nas paredes dos lados da dita Capela Mor, para emleitar o tijolo da dita abobada e logo ficando o mesmo rebaxe no arco que fiser para o mesmo efeito de tijolo, e logo fabricando as empostas dos quatro espigoens, para que se fação bem fortes no centro do meyo adonde se forem fichos seus impuxos (...)” (TRINDADE, 1951, p. 336).

As referidas técnicas adotadas no telhado foram empregadas com muita destreza pela equipe do mestre Domingos Moreira de Oliveira, que as executou ao lado de seu sócio o pedreiro Miguel da Costa Peixoto. Costa Peixoto realizou vários trabalhos em Vila Rica, como por exemplo, no Palácio dos Governadores, e encontrou em Domingos Moreira de Oliveira um parceiro para as empreitadas assumidas em Vila Rica. Os dois estiveram juntos nas oficinas do Carmo, no ano de 1770, em São Francisco de Assis, 1771 a 1784, e na execução das obras de pedra da igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz, em 1777. (MARTINS, 1974, p. 108 – 109).

Com base na documentação sobre os profissionais que atuaram na execução do telhado, podem-se dizer que foram necessárias subcontratações e, além dessas, as recontrações, já que alguns dos profissionais que trabalharam em outras partes da obra atuaram novamente na fatura do telhado. Essas recontrações aconteciam, provavelmente, pelo profissionalismo daqueles que apresentavam um trabalho de qualidade, como no caso do mestre Henrique Gomes de Brito e José Ribeiro de Faria ou até mesmo pelo fato de ficar menos oneroso para a irmandade, evitando que ela precisasse fazer mais contratações.

Além dos já citados, foram contratados para trabalhar nesta obra, em períodos distintos, o pedreiro e Irmão da irmandade de São Francisco de Assis Francisco Rodrigues Lajes, José Barbosa de Oliveira, que necessitou do trabalho de oito oficiais escravos, dos quais existe somente o nome de um deles, Manuel. Além dele, trabalhou também no telhado João Pereira de Faria, que também necessitou do auxílio de outros oficiais. Foram doze no total.

5.1.9 Do Forro

As condições acerca da fatura dos forros eram minuciosas e rigorosas. Alguns documentos eram acompanhados de desenhos, como no caso da igreja de Nossa Senhora do Carmo. Há no documento um grande cuidado nas instruções passada ao mestre carpinteiro:

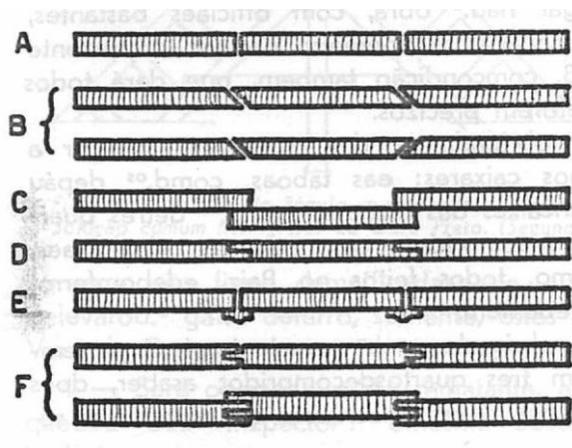
Será obrigado, o mestre carpinteiro, que a justar a ditta obra que he somente de suas mãos, a fazella na forma do risco que a mesma ordem lhe entregar, **declaraçe que o foro do concistório será feito de armação, como se vê na fegura número 3** que se mostra sua thezoura, que serão feitas, todas as mais assim como representa, a que esta a vista que se virar de modelo, para as mais que segundo a sua repartição poderão ser quinze 15, fazendo , **toda armação como se costuma com seus espigois como se mostra na fegura número 4** gorniçendo os mesmos espigois, tudo bem destruído para melhor poder pregar o taboado.(LOPES, 1942, p. 135) (Grifos nossos).

Na documentação referente à fatura do forro da igreja São Francisco de Assis, não se encontrou informações tão descritivas e ricas em detalhes, conforme presentes na documentação do Carmo. Existem as preciosas informações do pesquisador Santos (1951), onde ele descreve que o forro da nave, sacristia, corredores e consistório da igreja São Francisco foram feitos de frisos.

Conforme o autor, onde o forro é plano (sacristia, consistório, corredores) é sinal de que os frisos foram assentados sobre barrotes apoiados nas paredes. Onde é abobadado, no caso da nave e da capela mor, são assentados sobre cambotas. Estas cambotas são constituídas por peças, que foram pregadas lado a lado para dar a curvatura completa e foram apoiadas, pelas extremidades, contra as paredes e suspensas por meio de tirantes¹⁰¹ de madeira, contra o madeiramento do telhado. O forro adotado na igreja de São Francisco de Assis foi o correspondente a figura “B”, conhecido como meia esquadria ou de chanfro (FIG. 38). Eram estes forros os mais apropriados para receber pinturas decorativas, como por exemplo, a pintura do mestre Manuel da Costa Ataíde (FIG. 39), presente no forro da igreja de São Francisco de Assis.

¹⁰¹ Tirantes: “peças de madeira ou metal submetidas à tração.” (ÁVILA, 1996, p.89).

Figura 38 – Forro “B” denominado meia esquadria ou chanfro



Friso “B” adotado na igreja de São Francisco de Assis

Fonte: SANTOS, 1951, p. 102.

Figura 39 – Pintura do forro da igreja de São Francisco de Assis



Assunção de Nossa Senhora da Porciúncula – Mestre Manoel da Costa Ataíde

Fonte: Foto da autora, 2012.

O madeiramento do telhado e o seu camboteamento¹⁰² foram ajustados e executados por Manoel Roiz Grassa, no ano de 1779.¹⁰³ Na documentação, não há indícios de quem esteve ao lado dele nesta empreitada.

5.1.10 Da cobertura dos telhados

Os tipos mais antigos de cobertura de telhados empregados em Minas Gerais foram os de origem vegetal, tais como sapé, capim e palha. A cobertura de sapé foi utilizada em São Paulo desde o século XVI. Foi levada, posteriormente, pelos bandeirantes para os arraiais que eles fundaram em Minas Gerais.

Conforme pode ser percebido, em Vila do Carmo, no ano de 1711, a telha passou a ser o material utilizado para se fazer a cobertura dos telhados. Após essa data, as principais casas de Vila do Carmo e de Vila Rica passaram a ser cobertas por telhas.

Salomão de Vasconcellos (1941, p. 241)¹⁰⁴ reproduz em seu artigo intitulado *Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto* os dados extraídos de *O Livro de registro dos aforamentos de Vila Rica*, acerca das primeiras construções feitas utilizando telhas. Tais aforamentos tiveram início em 1712, mas foi no ano de 1719 que houve as primeiras referências acerca da utilização de telhas para se fazer coberturas.

¹⁰² Camboteamento: “Armação em cambota. Forma circular no molde para armação de arcos ou abóbadas.” (ÁVILA, 1996, p. 30).

¹⁰³ “Deve a nossa Venerável Ordem a Manoel Roiz Grassa para se lhe pagar na forma da rematação que fes do emadeiramento do forro e camboteado o que consta das condições e emporta a dita rematação que se fará em três pagamentos a quantia de 255\$000.” (TRINDADE, 1951, p. 366).

¹⁰⁴ “Licenciado Lobato da Silva: licença para transformar o seu rancho de palhas em hum de telhas”. (VASCONCELLOS, 1941, p. 241)

No caso das telhas das igrejas de Vila Rica, dentre elas a de São Francisco de Assis (FIG. 40), as telhas são do tipo cana ou colonial¹⁰⁵, medindo aproximadamente três palmos.

Figura 40 – Cobertura do telhado da igreja de São Francisco de Assis



Fonte: Foto da autora, 2012.

A arrematação da cobertura dos telhados da igreja de São Francisco de Assis ficou a cargo de Henrique Gomes de Brito¹⁰⁶, que deveria seguir as condições apontadas no documento de arrematação. Ao finalizar a cobertura dos telhados, o arrematante deveria rebocá-lo com cal e areia (argamassa do período) “para melhor sigurança e perfeição” (TRINDADE, 1951, p. 298), conforme consta na descrição das condições para o assentamento dos telhados:

¹⁰⁵ Também chamadas telhas canal e capa, ou canal e bica. Fora do Brasil são conhecidas por telhas árabes ou mouriscas, por isso em alguns trechos da documentação encontramos a expressão “telhas amouriscadas”.

¹⁰⁶ “Recebeu Henrique Gomes Brito de cobrir o telhado a quantia de rs. \$750, ano de 1771 a 1772.”. (TRINDADE, 1951, p. 366).

Será obrigado o rematante rebocar e caiar a duas mãos toda esta obra por dentro e por fora, todos os tilhados de toda esta obra **sendo todo o tilhado emvocado com cal** levando os amouriscados necessários para a perfeição e defesa dos temporaes **sendo a cal e area a sua custa e toda a telha será acusta da ordem** e será obrigado ahir buscar area para todos os fengimentos detrás do quintal do defunto Pe. Madeira e será todos os fengimentos traçada e beneficiada tempo antes de ser obrada para melhor sigurança e perfeição. (TRINDADE, 1951, p. 298) (Grifos nossos).

Importante ressaltar que as mesmas recomendações foram feitas para a fatura das abóbadas, tanto da capela-mor, quanto dos corredores que, conforme visto, também foram arrematadas por Henrique Gomes de Brito e seu sócio Bento Luiz, profissionais que, de acordo com o que foi constatado, possuíam comprovado conhecimento e vasta experiência no empreendimento arquitetônico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta dissertação foi analisar as construções religiosas tratando-as como oficinas, locais responsáveis por forjar profissionais, além de terem proporcionado trocas de conhecimentos e de técnicas alusivas às profissões atreladas ao universo construtivo.

A partir dessas análises, foi realizada uma revisão acerca dos estudos que versam sobre o universo arquitetônico dos Seiscentos e Setecentos portugueses. Com base nessa revisão, foi demonstrada a dinâmica em três canteiros estabelecidos em Portugal, São Vicente de Fora, Santa Engrácia e Palácio-Convento de Mafra, num momento em que esse país se encontrava defasado no que tange às práticas alusivas ao universo arquitetônico em comparação às demais partes da Europa, sobretudo, Itália e França.

A análise dos canteiros citados acima que, conforme já mencionado, foram tratados neste estudo como oficinas, concorreu para o entendimento de uma mudança de mentalidade no universo construtivo, que, conforme foi demonstrado, passou a evidenciar a importância do projeto anterior à prática construtiva. Diante disso, a análise dos profissionais que trabalharam nestas oficinas foi importante para melhor entendimento das mudanças empreendidas nesses locais.

Entender a atuação de Filippo Terzi, João Antunes e João Frederico Ludovice nos locais citados foi importante, pois, conforme percebido, eles introduziram uma forma inovadora no interior desses canteiros. Pode-se afirmar que eles empreenderam uma mudança numa cultura tradicional e fechada às novas soluções arquitetônicas. Tais mudanças contribuíram para a inserção de um novo estilo, o barroco, em território português, mesmo que de forma tardia e limitada.

Levando em consideração a mentalidade mencionada, analisou-se a inserção de profissionais lusitanos na América Portuguesa, mais precisamente, na Capitania de Minas Gerais, na primeira metade do Setecentos mineiro, assim como a atuação de

profissionais ligados aos empreendimentos construtivos na segunda metade do século XVIII. Os profissionais de Minas Gerais analisados foram os mestres pedreiros Antônio da Silva Herdeiro, mestre pedreiro que esteve à frente da construção da igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, Domingos Moreira de Oliveira, que liderou a oficina de São Francisco de Assis, e, por último, João Alves Vianna, que esteve à frente da oficina para a construção da igreja de Nossa Senhora do Carmo.

A relevância ao analisar a atuação desses profissionais residiu em evidenciar as contribuições dadas por eles, a partir de sua atuação à frente das referidas construções, assim como os trâmites necessários para assumir os empreendimentos, sendo importante demonstrar as redes de contatos profissionais que foram estabelecidas no território mineiro, considerado mais aberto que a Europa em relação às inovações, assim como os resultados dessas parcerias.

Por fim, foi demonstrada a dinâmica da oficina estabelecida para a construção da igreja de São Francisco de Assis, comparando-a com a de Nossa Senhora Bom Sucesso e a de Nossa Senhora do Carmo. Evidenciaram-se a atuação de profissionais no interior da oficina, o modo construtivo e as técnicas utilizadas na construção. A partir das análises dos documentos, alicerçada numa sólida referência bibliográfica, ficou constatado que os trâmites de arrematações de obras, assim como as técnicas utilizadas nas construções luso-brasileiras eram universais, ou seja, foram praticadas em todas as oficinas analisadas, sendo que o elemento diferenciador entre essas residia na mentalidade de quem estava à sua frente.

FONTES MANUCRITAS

1 Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM)

1.1. Inventários (ofício, código, auto/folha, data).

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. 1º ofício. Inventário, código, auto 654, Antônio da Silva Herdeiro, 1801.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. 1º ofício. Inventário, código 9, auto 341. Domingos Moreira de Oliveira, 1794.

1.1.1 Testamento (ofício, código, auto/folha, data).

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. 1º ofício. Livro de Registro de Testamentos, Antônio da Silva Herdeiro, nº 75, 156 v a 159, 1801.

1.1.2 Arquivo Público Mineiro – APM/ Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP)

Documentação não encadernada – DNE (caixa, documento, ano)

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO **CMOP – DNE** cx. 04, doc. 46, 1733.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO **CMOP – DNE** cx. 12, doc. 36, 1741.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO **CMOP – DNE** cx. 12, doc. 69, 1741.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO **CMOP – DNE** cx. 22, doc. 63, 1749.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO **CMOP – DNE** cx. 24, doc. 82, 1751.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO **CMOP – DNE** cx. 26, doc. 28, 1751.

1.1.3 Arquivo Público Mineiro – APM/Casa dos Contos (seção, código, ano, fólio)

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO **Casa dos Contos**. Código 1075, 1756, fls. 91,91v, 92, 92 v, 93;

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Casa dos Contos**. Código 1101, 1757, fls. 39, 39 v, 40;

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO **Casa dos Contos**. Código 1075, 1757, fls. 99, 99 v.100, 100 v, 101, 129,129v, 130;

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Casa dos Contos**. Código 1075, 1758, fls.104, 104 v, 105;

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Casa dos Contos**. Códice 1075, 1760, fls. 127, 127 v, 128;

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Casa dos Contos**. Códice 1148, 1765, fl. 71.

FONTES IMPRESSAS

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez e latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, v. 1 a 4; Lisboa: Officina de Pascoal da Silva, 1712-1721. v. 5 a 8 . Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/1>>. Acesso em 20 mar. 2012.

LOPES, Francisco Antonio. **Historia da construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942. 191 p.

SOUZA VITERBO, Francisco de. **Diccionario histórico documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses ou a serviço de Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899 - 1922, 3 v. Disponível em: <<http://archive.org/details/diccionariohist01lisbgoog>>. Acesso em 19 abr. 2012.

TRINDADE, Cônego Raimundo. **São Francisco de Assis de Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951. 457 p.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, Andre João. **Cultura e opulência do Brasil**: (texto confrontado com o da edição de 1711). 2. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976. 239 p.

ARGAN, Giulio Carlo. A Europa das capitais. In: COTERDI, Bruno (org.) **Imagem e persuasão**: ensaios sobre o barroco. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 46-185.

ATAÍDE, M. Maia. A igreja de Santa Engrácia. In: MOITA, Irisalva (coord.). **O livro de Lisboa**. Lisboa: Horizonte, 1994. p. 283-292.

ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. **Barroco mineiro: glossário de arquitetura e ornamentação**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, [Belo Horizonte]; Fundação João Pinheiro, 1979. 220 p.

ÁVILA, Affonso. **Circularidade da ilusão e outros textos**. São Paulo: Perspectiva, 2004. 115 p.

ALVIM, Sandra. **Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro**: revestimentos, retábulos e talha. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997. 269p.

BAETA, Rodrigo Espinha. **Ouro Preto: cidade barroca.** 2002. 427 p, volume 2. : Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

BAETA, Rodrigo Espinha. **O Barroco, a arquitetura e a cidade nos séculos XVII e XVIII.** Salvador: EDUFBA, 2010. 366 p.

BAETA, Rodrigo Espinha. **Teoria do barroco.** Salvador: EDUFBA, 2012. 214 p

BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Correa do; CARVALHO, José Murilo de. **Debret e o Brasil: obra completa, 1816-1831.** 3. ed. Rio de Janeiro: Capivara, 2009. 705p.

BASTO, A. de Magalhães. Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do Século XV ao século XVIII. **Documentos e memórias para a História do Porto, XXXIII.** Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da cidade. 1964. 593 p.

BASTOS, Rodrigo Almeida. **A Arte do urbanismo conveniente:** constituição, conservação e aumento do decoro das povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. 2003. 240 p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BASTOS, Rodrigo Almeida. **A maravilhosa fábrica de virtudes:** o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711- 1822). 2009. 437 p. Tese (Doutorado História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-08092010-160646/pt-br.php>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BASTOS, Rodrigo Almeida. Lacunas da historiografia da arquitetura desenvolvida no Brasil no século XVIII. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo.** Belo Horizonte, Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas. v.11, n. 12, 2004. p. 51-60.

BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 1983. 2 v.

BAZIN, Germain. **O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil.** Rio de Janeiro: 1971. 347 p.

BONNET, Márcia. Tratados nos trópicos: Vignola e Pozzo como fontes de referencia na obra de talha de Valentim da Fonseca e Silva. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO IBERO-AMERICANO, 4, 2006, **Atas...** p. 518-527.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder.** São Paulo: Ática, 1987. 254 p.

BOSCHI, Caio Cesar. **O barroco mineiro:** artes e trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1988. 78p.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. **A formação do homem moderno vista através da arquitetura**. 2 ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 235 p.

BRETAS, Rodrigo José Ferreira. Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa. Antônio Francisco Lisboa: O Aleijadinho. In: **Publicações Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 15, Ministério da Educação e Saúde, 1951.

BRETTELL, Caroline; B; METCALF, Alida. Costumes familiares em Portugal e no Brasil: paralelos transatlânticos. In: **População e Família**, CEDHAL/USP, v. 5, n. 5, 2003.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares**. 2001. 710f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BURY, John; OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **Arquitetura e arte no Brasil colonial**. São Paulo: Nobel, 1991. 219 p.

CAMPELLO, Glauco de Oliveira. **O brilho da simplicidade: dois estudos sobre arquitetura religiosa no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001. 160 p.

CARRATO, Jose Ferreira. **Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais: notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista**. São Paulo: Nacional, 1968. 311 p

CARVALHO, Ayres de. **As obras de Santa Engrácia e os seus artistas**. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1971. 142 p.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 443p.

COSTA, Antônio Gilberto. **Rochas e histórias do patrimônio cultural do Brasil e de Minas**. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2009. 291 p.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes. **Obras primas da arte portuguesa: arquitectura**. Lisboa: Athena, 2011. 143p.

DANGELO, André Guilherme Dornelles. **A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres de obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas**. 2006. 480f. 4 v. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DANGELO, André Guilherme Dornelles; BRASILEIRO, Vanessa Borges. **O Aleijadinho arquiteto e outros ensaios sobre o tema**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2008. 378 p. + CD ROM.

DANGELO, André Guilherme Dornelles. José Coelho de Noronha, arquiteto: um mestre lisboeta nas Minas Gerais setecentistas. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA, 4, 2012, Lisboa. Sessões Simultâneas. Lisboa: Associação Portuguesa de Historiadores da Arte, 2012. Resumo disponível em: <http://www.chap-apha.com/pdf/sessoes_simultaneas/SS1_C1.pdf>. Acesso em 21 dez. 2012.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Tomo I – Tradução e notas de MILLIET, Sérgio. Editora da Universidade de São Paulo, Livraria Itatiaia Editora Ltda, 1978. p. 364.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO. Convento e Basílica de Mafra. Lisboa. Disponível em: <<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/69940/>> Acesso em: 21 abr. 2012.

DIAS, Fernando Correia. A redescoberta do Barroco pelo movimento modernista. **Revista Barroco**. Belo Horizonte, n. 4, p. 7-16, 1972.

FERREIRA, Rodrigo José. **Biografia do Aleijadinho**. Belo Horizonte: Correio Oficial De Minas, 1858. Obra reeditada.

FERREIRA-ALVES, Natália Ferreira, FERREIRA- ALVES, J. J. Subsídios para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam em Trás-os-montes nos séculos XVII-XVIII. (I) **Revista de História Oral**, Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1983-1984.v. 5. p. 17-18. (Separata).

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. **O Porto na época dos Almadás: Arquitectura**. Obras Públicas. 1990. v. 2. 294f, Tese (Doutorado História da Arte). Universidade de Coimbra, Coimbra, 1990.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. A fachada da igreja de São Pedro de Vila Real (1728-1730). Barroco. In: CONGRESSO INTERNACIONAL, 2, 2003, Porto. **Actas** Porto: Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património Universidade do Porto, 2003. p. 269- 280.

KATINSKY, Júlio Roberto. **Um guia para a história da técnica no Brasil colônia**. 2.ed. São Paulo: USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1998. 46p.

KELLENBENZ, Hermann. **João Frederico Ludovice**: o construtor do Convento de Mafra. Lisboa: Instituto Alemão de Lisboa, 1959. 30p.

KUBLER, George. **A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes**: 1521-1706. Lisboa: Editorial Vega, 1988. 356p.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos - Série Arte e cultura, 1979. 158 p.

LIMA, Cecília Modesto; ALBERNAZ, Maria Paula. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. São Paulo: Proeditores, 1997-1998, 2 v.

MARTINS, Judith. **Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: MEC, 1974. 2 v.

MARTINS, Judith. Subsídios para a biografia de Manoel Francisco Lisboa. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 4. p. 121-153, 1940.

MARTINS, Judith. Novos Subsídios acerca de Manoel Francisco Lisboa. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 15, p. 113-137, 1961.

MENEZES, Ivo Porto de. José Pereira Arouca. In: MENEZES, Ivo Porto de. **V Anuário do Museu da Inconfidência**. Ouro Preto: MEC/DPHAN, 1978. p. 91.

MENEZES, Ivo Porto de. Os frontispícios na arquitetura religiosa em Minas Gerais. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, v. 14, n. 15. Dezembro 2007.

MOITA, Irisalva. **O livro de Lisboa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, 527 p.

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. **Anuário III**. Ouro Preto, 1954.

NOLASCO, Ney. **Alvenaria**. Ouro Preto, MG: FAOP, 2008. 87 p.

OLIVEIRA, Eduardo Pires. **De Braga para Minas Gerais, no século XVIII**: Novos dados biográficos sobre o arquitecto António Pereira de Sousa Calheiros. 1995. 255 p.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de. **Riscar, em Braga, no século XVIII e outros ensaios**. Braga: APPACDM, 2001. 257 p.

OLIVEIRA, Hilton Cesar de. **Minho Gerais dinâmicas familiares e alianças políticas dos minhotos na Comarca do Rio das Velhas (1726-1800)**. 2010. 331f. Tese (Doutorado História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **O rococó religioso no Brasil**: e seus antecedentes europeus. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 343p.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; PEREIRA, Sonia Gomes, LUZ, Ângela Âncora da. **História da arte no Brasil**: textos de síntese. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008. 232p.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Arquitetura da mineração nos Estados de Minas Gerais e Goiás In: BICCA, Paulo Renato Silveira; BICCA, Briane Elisabeth Panitz. **Arquitetura na formação do Brasil**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2008. p. 126-159.

PASSOS, Zoroastro Vianna. **Em torno da história do Sabará**. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1940. 167p

PEDROSA, Aziz José de Oliveira. **José Coelho de Noronha: artes e ofício nas Minas Gerais do século XVIII**. 2012. 303f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PIMENTEL, António Filipe. **Arquitectura e poder: o real edifício de Mafra**. 2 ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. 318 p.

PEREIRA, José Fernandes. **Arquitectura barroca em Portugal**. Lisboa: Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Série Artes Visuais, 1986. 215p.

PEREIRA, Paulo. As empreitadas filipinas. In: **Arte Portuguesa: História essencial**. Lisboa: Temas e Debates, 2011. p. 588.

RAMOS, Donald. Do Minho a Minas. A emigração para Minas Gerais, iniciada no período colonial, especialmente a oriunda da região norte de Portugal, reproduziu na América portuguesa padrões familiares semelhantes aos da origem. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, 2008, p. 132-153.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS, v. VII – 1960, Belo Horizonte.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, ano I, 1896, 1º fascículo.

REVISTA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. v. 4, 1940.

ROCHA, Mateus Ramalho; FRANCESCHI, Humberto Moraes; RIVERA, Nelson. **O mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, 1590 / 1990**. Rio de Janeiro: Studio – HMF, 1991. 405p.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Manuel Francisco Lisboa**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1968. 61 p

SALDANHA, Nuno, SOROMENHO, Miguel. O mosteiro e a igreja de São Vicente de Fora. In: **O livro de Lisboa**. Lisboa: Livros Horizontes, 1994. 527 p.

SANTOS, Paulo F. **Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951. 173 p.

SERRÃO, Vítor. **História da Arte em Portugal: o Renascimento e o Maneirismo**. Barcarena (PT): Presença, 2002. 294 p.

SERRÃO, Vítor. **História da Arte em Portugal: O Barroco**. Barcarena (PT): Presença, 2003. 302 p.

SILVA-NIGRA, Clemente Maria da. **Construtores e artistas do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro**. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, 1950, 1v.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO ARQUITECTÔNICO. **Planta da Igreja de Santa Engrácia. Lisboa** – [s/d]. Disponível em: <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4721>

TRINDADE, Jaelson Bitran. **A produção de arquitetura nas Minas Gerais na província do Brasil**. 2002. 151p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2002.

VARELA GOMES, Paulo. **Arquitetura, religião e política em Portugal no século XVII** – a planta centralizada. Porto: FAUP, 2001. 441p.

VARELA GOMES, Paulo. **O essencial sobre arquitetura barroca em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.161 p.

VASCONCELOS, Salomão de. Ofícios Mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 4. p.330-360, 1940.

VASCONCELLOS, Salomão. Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 241, 1941.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos**. 4 ed. Belo Horizonte: 1961. 192p.

VAUTHIER, L.L. Casas de Residências no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n 7, Rio de Janeiro, 1943.

VEIGA, Afonso Costa Santos. **José Pereira Arouca** – mestre pedreiro e carpinteiro– Mariana-Minas Gerais (Século XVIII). Arouca: Real Irmandade da Rainha Mafalda, 1999. 77 p.

ANEXOS

Casa dos Contos-1075, Fls. 43 v e 44.

(Fls. 43 v)

Apontamentos da Capella Mor da igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Vila Nova da Rainha do Cayté

Principiarão os Alicerces da ditta obra na mesma Largu/ra e firmeza da do Corpo da Igreja com a mesma largura e Altu/ra da Igreja correndo o mesmo solleiramento da Igreja em / toda a volta da ditta Capella mor, donde principará sobre o ditto / solo, o mesmo frizo em toda a volta correspondentes ao do Corpo da / Igreja nos currais da ditta Capella principiara com suas [varas] e ca/peteis correspondente ao da Igreja com as mais goarniçoens / medidas todas em sua medida acomodadas como pedrarias. / Os solleiramentos das dittas Janellas e costais da ditta / Capella Mor correrão todas no mesmo [oficial] ficando / mais altas das do corpo da Igreja três quarto de Palmo por razão / do degrao que há de fazer no Arco cruzeiro. – Acomodará / o Mestre que fizer, a ditta obra a serventia da Tribuna pella par/te mais conveniente pello risco o não mostrar. Far-se-há hum / Lavatorio na Sachristia com sua taça pia, e figura para deixar / agoa acompanhada com suas quartillas tudo metido na arte. / Fará mais huma Pena como no [Teorapreno] mostra com / seus pedrastaes almofadados correndo a goarnição do mesmo de Goax / toda a volta na altura, e largura, se acomodará repartida na for/ma da arte com as mesmas luzes nas costans correspondentes ao risco / por fora correspondentes as do Corpo da Igreja escada/das e Pillaradas todas as Janellas e luzes, assim por dentro como / por fora, e as dittas guarniçoens não havendo Pedra sufficiente / se farão de tijolo infingidas. Fará mais sua [impe/na] na Capella Mor pello risco o não mostrar correndo a mesma goarnição das costans e sobre ella se levará sua Crux / com seos Premaninas nos cantos tudo na forma da arte // **(fl. 44)** da Arte. – Será mais obrigado o Mestre que rematar a ditta obra / amadeirar a ditta Capella Mor em preto com boas Madeiras e forrada / de Borrete como no risco mostra como tãobem as portas e ja/nellas com suas almofadas. Será o ditto mestre obrigado / a dar a ditta obra da Capella Mor feita, e acabada com todo o primor / e decência como no Risco mostra excepto o Retabollo. / - O Mestre que rematar a dita obra cobrarão o producto do / compito que rematar em três pagamentos, hum no principio / a outra

no meyo da dita obra, e o ultimo no fim depois de Ex/aminada a dita obra assim da Capella Mor como do Corpo da / Igreja cujos pagamentos serão na mesma forma que os da / Capella Mor e as viasacras se [acamarão] na forma do Risco / tudo bem feito e acabad. Villa Nova da Rainha 16 de Agosto / de 1752. Francisco Jozé de Oliveira Escrivão da Camera o sobrescrevy e assignei com o Lanso do ultimo Domingo Rodrigues / Torres, Francisco Joze de Oliveira. Domingos Rodrigues Torres. E Regista/da a conferi com a própria que me reporto. Villa Rica 12 de / Fevereiro de 1756. Constantino da Costa Leyte Escrivam e sobescrivão / assigna. Constantino da Costa Leyte. /

Casa dos Contos -1075, fls. 91, 91 v, 92 e 92 v.

(Fls. 91)

Remataçam da Capella Mor sumente / da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Su/cesso de Villa Nova da Rainha do Cayte na / forma das Ordens de Sua Magestade apontamentos / condiçoens e planta pertencentes a dita Ca/pella Mor que Rematou Antonio da Silva / Mestre Pedreiro em quatorze mil cruzados.

[P.B. em 13 de Fevereiro de 1769]

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus / Christo de mil setecentos e sincoenta e seis aos / vinte dias do mês de Abril do dito Anno / nesta Villa Rica de Nossa Senhora do Pillar / do Ouro Preto, em cazas de residencia do Dou/tor Provedor da Fazenda Real Domingos / Pinheiro, Cavaleiro Profeço na Ordem de / Christo estando elle ahi presente com o Doutor / Procurador da Coroa, e Fazenda Real Jozé Manoel / de Siqueira e o Thezoureiro della o Capitam Manoel / Gomes Duque, comigo Escrivam da mesma / para efeito de se proceder a Remataçam da obra / que tam somente pertence a Capella Mor da / Igreja Matris da Freguezia de Nossa Senhora / do Bom Sucesso de Villa Nova da Rainha / do Caythé na forma das Ordens de Sua Mages/tade, sua Planta, Condiçoens e apontamen/tos respectivos a mesma da dita Capel/la Mor somente que tudo se acha copiado / no Livro Coatro de Registro de Provizoins e Or/dens Reais de folhas quarenta the folhas // **(fl. 91v)** the folhas quarenta e quatro por serem fin/dos os dias dos editaes que nesse passaram / para efeito de se me ter alcançar a obra da sobre/dita Capella mor na forma que

determina / a Ordem de Sua Magestade e se rematar / a quem por menos a fizesse, e sendo ahi / presente o Porteiro dos Auditorios desta / Villa Domingos Martins pelo dito Dou/tor Provedor lhe foi mandado metesse / em pregam a dita obra o que logo pelo / dito Porteiro foi satisfeito dizendo e a/pergoando em voz alta e intelingivel / para as pessoas que ali se achavão e pas/savam que quem quisesse lançar / na dita obra da referida Capella Mor / que se havia de fazer na forma da planta / suas condiçoins e apontamentos como de/tremina a Ordem de Sua Magestade / chegasse e elle Porteiro receberia seu lanço / que se havia de rematar a quem por / menos a fizesse, e entre vários lanços / que ouve foi o menor o de quatorze / mil cruzados que lanço Antonio / da Silva Mestre pedreiro que presente / se achava para a fazer como determina/va a Ordem do dito Senhor na forma / de sua planta, condissoins e apontamen/tos pertencentes a mesma obra da dita / Capella Mor somente, que tudo munto / bem vio e examinou de que dou fé deste, e se / lhe fazerem os pagamentos na forma / das condissoins, e em cujo lanço andou / o dito Porteiro afrontando as pessoas / que ali se achavam e passavam, e por não achar quem menos lanço lhe desse fez / pergunta se rematava, e visto pelo // **(fl. 92)** e visto pelo dito Doutor Provedor e que com / efeito não havia quem menos lanço desse / mandou ao dito Porteiro fizesse mais deligen/cias e que entam afrontasse e rematasse. / por bem do que desse o dito Porteiro quatorze / mil cruzados, me dam pela obra da re/ferida Capella mor da dita Igreja para / se fazer como determina a ordem de Sua / Magestade e na forma da planta, condis/soins e apontamentos respectivos a mesma / Capella mor há quem por menos a faça / chegue-se a mim recebem seu lanço que / se há de rematar a quem por menos o fizer / há quem por menos o faça que já se remata / afronta faço por que mais digo porque / menos nam acho se menos achara menos / tomara dou-lhe hua, dou-lhe duas, dou-lhe / três, e hua mais pequenina e chegando-se / para o dito lançador Antonio da Silva / Mestre Pedreiro lhe meteo na mam hum remo/ver de que na sua trazia dizendo-lhe pois / que nam há quem por menos remate / ficasse com produto com a qual serimo/nia e procedendo os mais que de dentro / se requerem, ouve o dito Doutor Prove/dor Procurador da Coroa e Fazenda pre/zente por elle foi / dito que por sua pessoa e bens presentes / e futuros, e o mais bem passado deles se / obrigava como cum efeito obrigou / a fazer a obra da sobredita Capella Mor // **(fl. 92 v)** da sobredita Capella Mor na forma de / suas condissoins apontamentos e planta / respectivos a

mesma como / determina a Or/dem de Sua Magestade que tudo lhe foi / presente e expressado neste e tudo cada / la feita igualmente coma mais obra do corpo da dita Igreja em cumprimen/to da mesma Ordem fazendo-se-lhe os / pagamentos como detreminam as / mesmas condissoins que para isso recebeo / cum a planta rubricado tudo por / mim Escrivam e por constar de todo / o referido mandasse o dito Doutor / Provedor fazer este Auto que assignou / com o Doutor Procurador da Coroa e Fa/zenda Real e Thezoureiro Rematante e Por/teiro sendo a tudo presentes por teste/munhas Antonio Mauricio da Silva / e Manoel da Costa Lima que tambem / assignaram e eu Constantino da Costa / Leyte escrivam da Fazenda Real que / o escrevi. / Rubricas. /

Casa dos Contos – 1075, fls. 93.

Termo de Fiança que fazem pelo Rematante retro João de Amorim do Mestre / Antonio da Silva Herdeiro. /

Aos vinte e três dias do mês de Março de / mil setecentos e cincoenta e seis / nesta Villa Rica de Nossa Senhora do Pillar / do Ouro Preto em a Caza dos Contos da Fazenda Real ahi por Antonio da Silva / Herdeiro e João de Amorim Pereira mo/radores nesta Villa que conheço pelos pro/prios de que dou Fé, por elle me foi / dito que ficavam por fiadores e principaes / pagadores do Rematante Retro Antonio / da Silva da mesma çorte que se acha/va obrigado ao cumprimento da dita / rematassam se obrigavam eles fiadores / por suas pessoas bens presente, e futuros / e o mais bem passado deles com todas as usas / interrogassoeins e condissoins de que tudo / foram scientes cujos fiadores aceitou e a/provou o Thezoureiro da Fazenda Real o Ca/pitam Manoel Gomes que com os ditos / fiadores aqui assigna e eu Constantino / da Costa Leite escrivam da Fazenda / Real que o escrevi. Antonio da Silva / Herdeiro. João do Amorim Pereira. /

Casa dos Contos-1075, fls. 99, 99 v, 100 e 100 v.

Rematação da Sachristia e Corredores na Capela / Mor da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Villa Nova / da Raynha do Caeté, na forma abaixo e ao

diante de/clarado que rematou Antonio da Silva Herdeiro / em preço e quantia de nove mil cruzados. /

Pagou [B] em 13/10/1768. /

Anno do Nascimento / de Nosso Senhor Jezus Christo de mil Set/tecentos e cincoenta e sete annos, aos nove dias do mês de No/vembro do dito anno, nesta Villa Rica de Nossa Senhora do / Pillar do Ouro Preto, em caza de residencia do Doutor / Provedor da Fazenda Real Domingos Pinheiro Profeço / na Ordem de Christo, estando elle ahi presente com o Dou/tor Procurador da Coroa, e Fazenda Real, Jozé Manoel de / Siqueira, e o Thezoureiro dela o Capitão Manoel Gomes / Duque, comigo Escrivão ao diante nomeado para efeito / de se proceder a Rematação das Sachristias, e Corredores, / na Capella Mor da Igreja Matriz de Nossa Senhora do / Bom Sucesso de Vila Nova da Raynha do Caeté na forma / e apontamentos respectivos a mesma obra das ditas / Sachristias e corredores na dita Capella mor / que tudo se acha copiado, no Livro quarto de Registo de Provizoens, / e Ordens Reais de folhas quarenta em diante the onde finda / as ditas Ordens, por serem findos os dias dos Editaes que / se passarão para efeito de se meter a lansos a sobredita / obra na forma que determina a Ordem de Sua Ma/gestade e se Rematará quem por menos a fizesse / e sendo ahi presente o Porteiro dos Auditorios Do/mingos Martins, e por elle dito Doutor Provedor Ihe / foi mandado metesse a pregão a dita obra o que logo / por elle dito Porteiro foi feito, dizendo e apre- // **(fl. 99v)** dizendo e apregoando em voz alta, clara e inteligível / para as pessoas que ali se achavão e passavão que quem / quisesse lançar na dita obra das Sachristias e corredores na referida Capella mor, que se havia de fazer na forma / da planta, suas condiçoins, e apontamentos, como / determinava a Ordem de Sua Magestade, se chegasse / a elle Porteiro, receberia seu lanço que se havia de ar/rematar a quem por menos a fizesse, e entre vários lan/sos que ouve foi o menor o de nove mil cruzados, que / lançou Antonio da Silva Herdeiro, Mestre pedreiro / que presente se achava, para o fazer como determinava / a Ordem do dito Senhor, na forma de sua planta, com/diçoins e apontamentos pertencentes a mesma obra / das Sachristias e corredores na sobredita Capella mor / que tudo munto bem vio e examinou de que dou fé, / e se / Ihe fazerem os pagamentos na forma das condissoins, / em cujo lanço andou o dito Porteiro de huma para / outra parte afrontando as pessoas que ali se achavão / e passavão; e por não achar quem

menor lanso lhe desse / fez pergunta se a rematava, e visto por elle dito Doutor / Provedor e que com effeito não havia quem menor lanço / desse mandou o dito Porteiro fizesse maior deligencia / e que então afrontasse e rematasse, / por bem do que dice / o dito Porteiro, nove mil cruzados, me dão pela obra das / Sachristias e corredores na Capella mor da Igreja Matris / de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Caeté, para se fazer como / determina a ordem de Sua Magestade e na forma da plan/ta, condiçoins, e apontamentos respectivos a mesma obra, há quem por menos a faça chegue-se a mim. Re- **(fl. 100)** chegue-se a mim. Receberei seo lanço que se há de / arrematar a quem por menos o fizer, há quem por me/nos o faça que já se remata afronta fará por/que mais não acho digo afronta faço porque menos não / acho, e se menos achara, menos lhe tomara dou-lhe hua, / dou-lhe duas, dou-lhe três, e hua mais pequenina / e chegando-se / para o dito lansador Antonio da Silva / Herdeiro lhe entregou na mão hum thomo ver/de que na sua trazia dizendo-lhe pois que nam há quem / por menos a remate faça-lhe muito bom provei/to, hem a qual serimonia e procedendo os mais / que em direito se requerem, ouve elle dito Dou/tor Provedor da Fazenda Real, Doutor Procu/rador da Coroa e Fazenda presente o Thezoureiro da / mesma o dito Capitão Manoel Gomes Duque / por rematada a dita obra das Samchristias e cor/redores na Capella mor da dita Igreja Matriz de Nossa / Senhora do Bom Sucesso em Vila Nova da Raynha do / Caeté na forma das referidas condiçoins e apontamen/tos do sobredito Mestre Pedreiro Antonio da Silva / Herdeiro, na sobredita quantia de nove mil cru/zados; E logo sendo presente o sobredito Remantan/te, por elle foi dito em presença dele dito Doutor Pro/vedor, Doutor Procurador da Coroa, e Fazenda e Thezoure/iro da mesma e das Testemunhas ao diante nomiadas / e assignadas que por sua pessoa e bens presentes e futuros / e o mais bem passados deles se obrigava como com / effeito obriga a fazer a obra da sobredita Sam/christia e Corredores, na dita Capella mor da dita Ma- // **(fl. 100v)** da dita Matriz na forma de suas condiçoins, apon/tamentos e plantas respectivas a mesma obra / como determina a ordem de Sua Magestade que tudo lhe / foi presente e expressado neste acto, e a da-la feita em / cumprimento da mesma ordem fazendo-se-lhe os pa/gamentos como detreminão as minhas condiçoins / que para isso recebeo com a planta Rubricada por elle / dito Doutor Provedor e Thezoureiro, e por mim Escrivão de / que para constar de tudo faço este Auto em que com eles ditos / Doutor Provedor, e Doutor Procurador da Coroa, e

Fazenda e / Thezoureiro da mesma assignão Rematante, e Porteiro e Tes/temunhas presentes o Capitão Nuno Jozé Pinto Pereira, e Fran/cisco Pereira Alves e eu Antonio Jozé de Lima Escrivão da / Execução em Civeis que por impedimento do da / Provedoria o escrevi. / Rubricas. /

Casa dos Contos-1075, fls. 101.

Termo de Fiança da Rematação Retro.

Aos des dias o mês de Novembro de mil sete/centos e sincoenta e sete annos nesta Villa Rica / de Nossa Senhora do Pillar do Ouro Preto, em a caza dos / Contos da Fazenda Real appareceu presentes o Re/matante Antonio da Silva Herdeiro, e por elle foi / dito offerencia por fiadores ao produto da Rematação / retro, Domingos Pereyra e João de Amorim Pereyra / moradores nesta Villa, que sendo presentes e reconheci/dos de mim escrivão pelos próprios de que dou fé por / elle foi dito que ficavão como com effeito ficão por fiado/res e principaes pagadores do dito Rematante cada hum / por si, e hum por ambos, assim da mesma forma que / o dito se acha obrigado, ao cumprimento da dita / obra Rematada, cuja obrigação fazião por sua pessoa / e bens presentes, e futuros e mais bens para do / delles, com todas sua interrogaçoens, condiçoens / de que forão scientes; os quais fiadores aceitou e apro/vou o Thezoureiro da Fazenda Real o Capitão Ma/noel Gomes Duque, com os quais assigna e as testemu/nhas o Capitão Nuno Joze Pinto Pereira e Francisco Pe/reyra Alvares de que para constar faço este termo de fian/ça e eu Antonio Joze de Lima, Escrivão das Execuçoens / cíveis que por impedimento do da Provedoria o escrevi. / Rubricas. //

(fl. 103 v)

Termo de Lanço da quantia de dezese/te mil cruzados [pelo retabolo da Cape/la] e douramento da capella mor da / Matris da Igreja do [...] / lanço Joze Coelho de Noronha / para a fazer conforme as condiçõ/is. /

Aos des dias do mês de Maio de mil / setecentos e sincoenta e oito annos / nesta Villa Rica de Nossa Senhora / do Pillar do Ouro Preto, em cazas dos Co/ntos [e meza] dela appareseo prezen/tes Joze Coelho de Noronha e por elle / me foi dito que

fazia lanço como com / efeito fez da quantia de dezasete / mil cruzados por fazer a obra do re/tabolo da Capella mor da Igreja ma/triz de Nossa Senhora do Bom Sucesso de / Villa Nova da Rainha e [pelo] lanso se / obrigou a fazer bem [ao uzo] nelle se lhe / arrematasse a dita obra, e de como / assim o disse assignou. E eu Caetano Joze / Viegas Escrivão da Fazenda Re/al que o escrevi. Joze Coelho de Noronha. //

Casa dos Contos -1075, fls. 104, 104 v e 105.

(fl. 104)

[Cabeçalho ilegível]

Na lateral da página leia-se:

[Vila Nova da Raynha do Caeté]

[Fiança neste Livro a fls. 127 v, pelos requerimentos ao diante a fls. 128 the 130]

[Pagamentos se veção a fls. 128]

[Extinta]

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus / Christo de mil Setecentos e sincoenta / e oito annos aos vinte e quatro dias co mês / de Maio do dito anno nesta Villa Rica / de Nossa Senhora do Pillar do Ouro Preto / em a Caza dos Contos da Fazenda Real / e em prezença dela o Doutor Provedor / Silverio Teixeira e o Doutor Procura/dor da Coroa Joze Manoel de Sequeira / e o Thezoureiro da mesma Feliciano / Joze da Camara comigo escrivão ao di/ante nomeado para efeito de se pro/seder a arrematação da obra do Reta/bolo da Capela Mor de Nossa Senho/ra do Bom /sucesso freguezia do Caethe / na forma das ordens de Sua Magestade / condiçoens e riscos respectivos a mesma / obra que tudo se acha copiado no Li/vro quatro e registro e Provizoens e ord/ens Regias a folhas the oitenta e sinco / verso, e folhas setenta e três e por se/rem findos os dias dos editais que prese/derão para efeito de se me dar salários / a obra do sobredito retabolo na for/ma que detremina as ordens de Sua / Magestade e se rematar a quem por menos a / fizesse e sendo ahy presente o Por/teiro dos auditórios desta Villa Domin/gos Martins pelo dito Doutor Prove/dor me foi mandado metesse em pregão / a dita obra o que logo pelo dito Porteiro / foi satisfeito dizendo e apregoando / em alta e em elegível voz para as / pessoas que ali se achavão e passavão / que quem quizesse lançar na dita obra /

do referido retabolo, pintura e doura/mento que se avia de fazer na forma / da planta suas condições e aponta/mentos como detreminava a dita or/dem chegasse ali por feito receberia / seu lanço que se avia de arrematar a quem / por menos a fizesse e entre varios lanços // **(fl. 104 v)** lanços que ouve na referida obra foi o menor o de seis contos e coatrocentos mil reis que fazem dezasseis mil cruza/dos que lançou Joze Coelho de Noro/nha que presente se achava para / o fazer na forma da planta, medi/çõens e apontamentos por pertenser / a mesma obra de que tudo isso [e emseminou] de que dou fé, e com a condição / de que como não tinha fiador nessa / Villa que pudesse se obrigasse a fac/tura da referida obra, seria o / pagamento dela no fim dos três an/nos em que se obrigava a fazer a dita / obra sendo esta primeiro examina/da na forma que se pratica com cujo / lanço andou o dito porteiro de hua / para outra parte afrontando as pes/soas que ali se achavão e passavão / e por não achar quem menor lanso lhe / desse fez pergunta se rematava / e vendo o dito Doutor Provedor e ma/is aderentes da Fazenda Real que / não avia quem menor lanço desse / Mandou ao dito Porteiro fizesse / mais deligencia que antão afron/tasse e rematasse por bem do que / disse o dito Porteiro seis contos e coa/trocentos mil reis me dão por faze/rem a obra do retabolo douramento / e pintura da Capela Mor da igreja / matris do Caethe na forma de suas / condiçoens e risco dentro do tempo de / três annos o há quem por menos o faço / chega se a mim e receberi o seu lanço que / se há de rematar a quem por menos o fizes/se que já se remata e afronta faço por/que mais se não achar mais se achará mais / tomara digo afronta faço porque me/nos não acho se menos achara menos to/marão dou-lhe hua dou-lhe duas dou-lhe / três e hua mais pequenina chegan/do-se para o dito lançador Joze Coelho / de Noronha nas reemtalhadas lhe / meteo na mão hum ramo verde que na / sua trazia dizendo-lhe pois que menos / me não dar faça-lhe bom proveito com su/as [serventias] feitas as mais que de direito // **(fl. 105)** [...] que o dito Doutor Prove/dor, Doutor Procurador da Coroa, e Fazenda Real, e Thezoureiro da mesma a di/ta obra por rematada na dita quan/tia consederão ao rematante a com/dição de que não dando fiança seria o pa/gamento por enteyro depois de exzamina/da e se achar finda a dita obra, feita / e acabada conforme a planta e com/diçoens dela, e pelo dito rematante / foi outrosim dito que por sua pessoa / e bens pertensentes, pordutos e mais bem / para dar delles se obrigava a fazer a dita / obra pelo referido preço e a dita / feita e acabada, pintada e doura/da na forma das

condiçõins dentro no / tempo de três annos e que finda a dita / obra na forma já declarada reque/ria o seu pagamento o que não pode/ria fazer sem estar finda e comple/ta na forma expreçada e das condiço/ins e risquo que tudo recebeo por mim assi/nada de como todos asseitarão a dita / rematação e condição sobre o paga/mento assinavão o Doutor Provedor e Doutor / Procurador da Coroa, e Thezoreiro da / Fazenda Real sendo presentes por tes/temunhas o Capitão Nuno Joze Pinto / Pereira e Clemente Gomes da Costa / rematante e por feito, e eu Caetano Jo/zé Viegas Escrivão da Fazenda Real / que o escrevi. Assinaturas. //

Casa dos Contos-1075, fls. 127, 127v, 128

(fl. 127)

Termo de Fiança que fazem / o Capitam João de Souza Lixboa / e Manoel Francisco Lixboa por Jozé / Coelho de Noronha, a obra de / Talha da Capela mor de Villa / Nova da Raynha, na for/ma das condissoens lansa/das a fl. 85 v do Livro do Re/gisto de Ordens, de que se procedeo // (fl. 127 v) se procedeo a Rematação / e neste Livro a fl. 104. /

Na lateral da página leia-se:

[Recebeo o primeiro pagamento de 2. 133\$333 em 28 de Janeiro de 1760.]

[Recebeo o segundo pagamento de outra tanta quantia em 7 de Mayo de 1763 anos]

[Recebeo o ultimo pagamento desta obra o final em 11 de Junho de 1765. Costa Pereira.]

[Extinto]

Aos vinte e oito dias do mês de / Agosto de mil setecentos e sessenta / annos nesta Villa Real de Nossa Se/nhora do Pilar do Ouro Preto na / Caza dos Contos e Fazenda Real em ou digo Real, aparesserão prezen/tes em suas próprias o Capitam Jo/ão de Souza Lisboa, e Manoel Fran/cisco Lisboa, moradores nesta dita / Villa, e por elles foi dito que de / sua livre, e expontanea vontade, / sem constrangimento de pessoa / alguma, ficavão, com efeito ficão / por fiadores, e principais pagado/res de Jozé Coelho de Noronha / do pé de Juizo, á Rematassão da o/bra do retabolo da Capella mor / da Villa Nova da Raynha na for/ma do termo de rematação, e con/dissoens, lansasdas nos Livros folhas de/claradas no titulo deste termo pe/lo qual

como dito se obri digo dito / tem se obrigação a que o dito seu / fiado [homilica] a dita obra na / forma das ditas condiçoens, e ris- // **(fl. 128)** condiçoens e riscos, e não o fazendo a/ssim ficarem responsaveis a todo / o prejuizo que a fazenda Real do con/trario receber, e sendo presente / o Thezoureiro da Fazenda Real / o Capitão Feliciano Jozé da Cama/ra, por ele me foi dito que ele a/provava os ditos fiadores, e de / como todos assim o disserão assi/g digo disserão, e se obrigarão a cum/prir o referido por suas pessoas / e bens assignarão aqyu Antonio / de Souza Machado, Escrivão / da Fazenda Real que o escrevi. / Assinaturas. /

Na lateral desta página leia-se:

[Em frente vão os pagamentos]

[A Rematação se fes a fls. 104 deste Livro]

Casa dos Contos - 1075, fls. 128, 128 v, 129, 129 v e 130.

(fl. 128)

Cópia das Petissoens e despachos por donde se tomou a fian/sa assim. /

Diz Jozé Coelho de Noronha que / para effeito de Alcanssar a Rema- // **(fl. 128 v)** a Rematassão que fes da obra de Talha / da Capela Mor da Matris da Villa / de Caete na forma das condissoens e com/primento do despacho junto de Vossa Mer/se nomeya ao Capitão João de Souza Lisboa e Manoel Francisco Lisboa / ambos moradores nesta Villa para o que / Pede a Vossa Merse lhe fassa merse man/dar que não tendo o thezoureiro desta / Real Fazenda duvida nos nomiados / o Escrivão continue termo de fiança / da dita rematassão na forma do esti/llo e que feito-se-lhes contínuos seus / pagamentos na forma das condissões. / E Resseberá Mersse.

Despacho – Responda o Thi/zoureyro – Teyxeira. **Resposta** - Senhor Doutor / Procurador, Aprovo o fiador nome/ado o Capitão João de Souza Lisboa, / e não tenho duvida a que Vossa Mer/se lhe mande a se lhe lavre o ter/mo de fiança, vossa mercê porem man/dará o que lhe paresser justo. Villa / Rica a vinte e oito de Agosto de mil / setecentos e sessenta. **Despacho** O Thezoureiro / Felissiano Joze da Camara, na forma / da resposta. Teixeyra. **Petiçam** – Dis Jozé Co/elho de Noronha que elle Supplicante / rematou nesta Provedoria a obra de / Talha da Capella Mor da Matriz da Villa / Nova da Rainha por presso e quantia / de dezasseis mil cruzados em três paga/mentos a saber hum no principio / da obra, outro no meyo e o terceiro a/cabada e assentada toda a talha / e feita na forma que expõem as / condissões e

como he estillo nesta / Provedoria o dar-se fianças a todas / as rematassoins ao Suplicante hera // **(fl. 129)** hera nesta Villa desconhesido as não / deu e por esse motivo requereo a Vossa / Merse dizendo-lhe que não tinha du/vida em que Vossa Merse mandasse / lhe lavrasse o Termo de Rematassão com a Declarassão que somente acabada / a obra se lhe pagaria a este requeri/mento foi Vossa Merse Servido dizer / ao Thezoureiro e Escrivão que como se / não seguia prejuízo a Real Fazenda / se lhe mandasse lavrar termo de arre/matassão na forma a que o rematante / requeria ainda que nas condissoins / com que se rematou a dita obra foy / rematada em três pagamentos e como / a obra se acha mais de meya feita como / atesta o Reverendo Vigário da mesma / Matris e o Suplicante a não pode aca/bar sem que se lhe fação os paga/mentos na forma das condissoins com que / rematou para o que ofresse o Supli/cante por fiador a dar comprimento / e fim a dita obra ao Capitão João / de Souza Lixboa, e feito o termo de / fiança se lhe faça os pagamentos na / forma das condissõins em que rematou / não obestante o termo de Arremata/ssão em que o Suplicante conveyo. / Pede a Vossa merse seja servido man/dar que se lhe Tome a fiansa e de/pois se lhe continue os seus paga/mentos. E Receberpa Merse. **Informaçam** - Informe / o Escrivão e responda o thezoureiro. / Teyxeira. A folhas sento e coatro / do Livro de rematassoens que actual/mente serve se acha o Auto de / Rematassão da obra de que trata / a petissão retro a qual não deve // **(fl. 129v)** não deve o Suplicante fiansa por / cuja razão se declara no dito auto / que Resseberá seu Inporte depois / da obra feita a vista de que Vossa Mer/se determinará o que for Servido. Villa / Rica a vinte de agosto de mil Setesen/tos Sessenta annos. Antonio de Souza / Machado. **Resposta** – Senhor Doutor Provedor / da informação do Escrivão se mos/tra que o Suplicante foy o Rematante / da obra de talha da Capella Mor da / Villa Nova da Rainha por presso e quan/tia de dezasseis mil cruzados e do ter/mo da rematassão consta que se pa/gará a obra depois de feita por na / ocazião não ter o rematante fia/dores como he estillo porem das / condissoens que se juntam com / que o Rematante reato a ob/ra se mostra ser hua destas que / se lhe fazia os pagamentos em três / a saber hum no principio da obra / o segundo no meyo e o 3º acabada / a obra digo ao terseiro acabado / que fosse e esta ofresse fiadores / abonados para em virtude delles / se lhe fazer os pagamentos na for/ma das suas condissoens e nisto / não considero prejuízo a Real / Fazenda, me pairesse que dadas / as fianças que nomeya se lhe / deve mandar

que se lhe conti/nue os pagamentos na forma / das condissoens com que rematou / Vossa Merce porem mandará / o que lhes parecer justo. Villa / Rica vinte e seis de Agosto de / mil Setessentos e Sessenta. O Thezoureiro // **(fl. 130)** Sessenta. **Despacho** - O Thezoureiro Felissia/no Joze da Camara. Na forma da / resposta. Teyxeira. E não se continha / mais nas ditas Petissoens Despachos / Informassoens ou Respostas que aqui / bem e fielmente fis tresladar das / próprias a que me reporto. Villa / Rica a vinte e oito de Agosto de / mil Settecentos e sessenta annos. / E eu Antonio de Souza Machado / escrivão da Fazenda Real que o sob/escrevi consertei e assignei. Antonio de Souza Machado. /

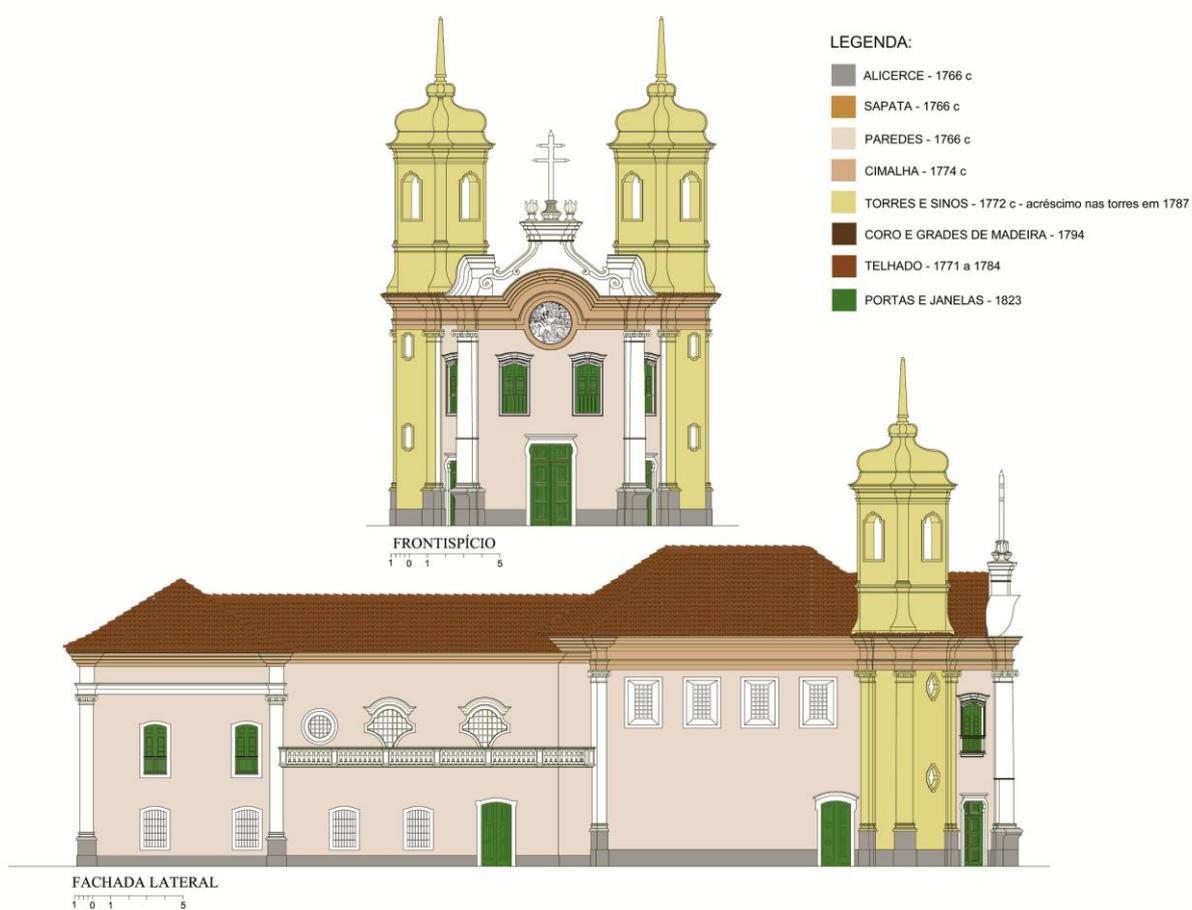
Casa dos Contos – 1148, fl. 71.

N. 783 – Passa papel corrente a quantia de 2:093\$333. /Dis Jozeph Coelho de Noronha arrematante que foi da obra de Talha, e dou/ramento da Capella mor da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso / da Villa de Caythé, cuja rematação fes por esta Real /fazenda, e se lhe está res/tando o ultimo pagamento que se acha vencido em razão de haver comple/tado a dita obra na forma da sua rematação, e condições como se ve da / Certidam junta, e para ser satisfeyto do ultimo pagamento Pede a Vossa Merce lhe fa/ça mercê mandar o Tezoureyro desta Real Fazenda lhe satisfaça na forma do seu re/querimento a vista dos documentos juntos. Araujo. Senhor Dezembargador Provedor da Real / Fazenda pelos documentos juntos mostra o Suplicante ter rematado a obra / de que o requerimento faz menção, e a forma de como o mesmo se fes e a/inda se lhe está devendo o ultimo pagamento da dita obra que importa 2:/093\$333 reis. Em vista de que mandará Vossa Merce o que for Servido digo dos reis, que / abatidos 40\$000 reis fica liquida a dita quantia. Isto é o que posso infor/mar a Vossa Merce que mandará o que for Servido. Villa Rica a 11 de junho de 1765. / Verissimo da Costa [Pereira]. Senhor Dezembargador Procurador da Real Fazenda. Não du/vido seja o suplicante satisfeito de 2:093\$333 que importa o dito pagamento / de sua rematação, abatido já os 40\$000 reis, determinados pelos louvados / que examinam obra de que o Suplicante fez entrega. Vossa Merce porem mandará / o que for Servido. Vila Rica 11 de Junho de 1765. O Thezoureyro Feliciano Joseph / da Camera. Passe mandado e entregará o risco que se deve aguardar nesta Pro/vedoria. Araujo. O Dr.

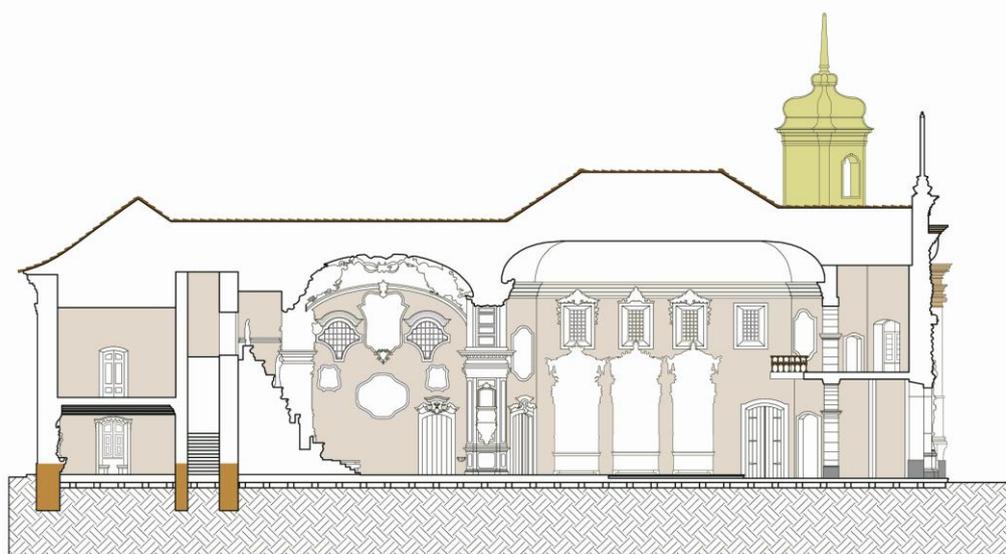
Joaquim Gomes de Araujo Cavaleiro Profeço na Ordem / de Christo do Dezembargo de Sua Magestade Seu Dezembargador da [...] Cidade do Porto e / Guerra nesta Capitania das Minas Geraes tendo pelo dito Senhor que Deus / Guarde, etc. Mando ao Thezoureyro da Fazenda Real Feliciano Jozeph da Ca/mera que prezentemente se pague ao Suplicante Jozeph Coelho de Noronha a / quantia de 2:093\$333 reis o quanto se lhe está restando do ultimo pa/gamento na forma da informação do Escrivam e resposta do thezoureiro, com conhe/cimento do recibo assignado pelo Suplicante se lhe levará em conta nas / que der, o que assim cumpra. Vila Rica a 11 de Junho de 1765. Verissi/mo da Costa Pereira Escrivam da Fazenda Real que o escrevi. Araujo. / Recebeu Jozeph Coelho de Noronha perante mim Escrivão da Fa/zenda Real do Thezoureiro della o Capitão Feliciano Jozeph da Camara da quantia / de 2:093\$333 reis, que lhe são devidos, e mando satisfazer pelo / modo supra. E de como recebeu digo pelo modo supra e documentos / juntos. E de como recebeu assinou comigo Verissimo da Costa / Pereira Escrivam da Fazenda Real que o escrevy. Vila Rica 11 de Ju/nho de 1765. Verissimo da Costa Pereira. Jozeph Coelho de / Noronha. /

ETAPAS DA CONSTRUÇÃO DA IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

1) Frontispício e fachada lateral da Igreja de São Francisco de Assis – Ouro Preto/MG



2) Planta Corte Longitudinal



CORTE LONGITUDINAL

1 0 1 5

LEGENDA:

ALICERCE - 1766 c	TORRES E SINOS - 1772 c - acréscimo nas torres em 1787
SAPATA - 1766 c	CORO E GRADES DE MADEIRA - 1794
PAREDES - 1766 c	TELHADO - 1771 a 1784
CIMALHA - 1774 c	PORTAS E JANELAS - 1823

3) Corte Transversal



LEGENDA:

- ALICERCE - 1766 c
- SAPATA - 1766 c
- PAREDES - 1766 c
- CIMALHA - 1774 c
- TORRES E SINOS - 1772 c - acréscimo nas torres em 1787
- CORO E GRADES DE MADEIRA - 1794
- TELHADO - 1771 a 1784
- PORTAS E JANELAS - 1823

CORTE TRANSVERSAL
1 0 1 5